

Maio de 2014

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Imigracao](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
Massomba Dominique e
Venancio Dombele

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	I
1.1 Um activista de peso no combate a pobreza	1
1.2 ALERTA. "Quem tem fome não pode Esperar"	2
1.3 Há solução para a pobreza em Angola	4
1.4 Degradação: Luanda precisa urgentemente de soluções para ser salva	4
1.5 Cidadão leva “vida de cão” nos subúrbios da metrópole	6
1.6 As lições de Lula da Silva sobre combate à pobreza	6
1.7 Execução de programas do Governo produzem resultados com pouca visibilidade mediática	8
1.8 Lula, a fome e a pobreza	10
2. MICROFINANÇAS	12
2.1 A prática da “Kixikila”	12
2.2 Investimentos no Cunene: BUE financia projectos	12
2.3 Camponeses recebem crédito	13
2.4 Crédito agrícola sem reembolso	13
3. MERCADO INFORMAL	14
3.1 Autoridades definem regras na venda ambulante	14
3.2 Mamadu's e Abdul's tiram sucesso às vendedoras nos mercados	15
3.3 Amotrang esta a munir os condutores de cupatatas	16
3.4 Governo não tem estratégia para a distribuição dos produtos agrícolas	16
3.5 Governo Provincial de Luanda, não tem capacidade de acabar com as oficinas de rua	17
3.6 Ganhar com funje à cabeça	17
3.7 Mais espaços para a venda de produtos agrícolas	18
3.8 Venda nas ruas. Ambulantes desobedecem ordens da CACL	19
3.9 Informais com metade das importações	20
3.10 Mercado informal ganha espaço	22
3.11 Zungueiros solidários apostam na formação profissional	23
4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	24
4.1 Aprovado relatório de execução do AGE	24
4.2 Os milhões do lixo	24
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	26
5.1 Não há condições para as autárquicas	26
5.2 Autarquias. Dos legítimos receios ao real e ao ideal	26
5.3 Degradação: Luanda precisa urgentemente de soluções para ser salva	29
5.4 Autarquias ainda na cabeça da UNITA	31
5.5 Feira dos municípios e das cidades um “Observatórios” da produção local (I)	31
5.6 As eleições autárquicas	33
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	34

6.1	Mais moradias sociais construídas no Cunene	34
6.2	Endiama Financia construção de casas na Lunda-Sul	34
6.3	Mau estado das vias diminui lucros	35
6.4	Horários Afugentam passageiros	36
6.5	Taxas com custos inoportáveis	38
6.6	OBRAS NO LOBITO: Nova centralidade fica pronta dentro de um ano	39

7. TERRA 40

7.1	Ocupações ilegais são desafio à autoridade do Estado	40
7.2	Martelo demolidor soma e segue em Cacucuo	41
7.3	Demolições deixam centenas de famílias ao relento	41
7.4	Novas medidas para combater venda ilegal	42
7.5	Moradores transferidos para outras localidades	43
7.6	CUANDO CUBANGO: Terras para cultivo livres de minas	43
7.7	Angola explora cinco milhões de hectares dos 35 que possui para agricultura	44

8. SERVIÇOS BÁSICOS 45

8.1	Água potável corre nas torneiras dos Gambos	45
8.2	Programa de recolha de resíduos urbanos custa 136,3 milhões	45
8.3	Água no Huambo: Novos sistemas de distribuição	46
8.4	Cuanza Norte: Mais distribuição de água	47
8.5	"LUANDA LIMPA" não paga salários há quatro meses	47
8.6	Sistema de captação instalado na região	47
8.7	Lixeira de resíduos sólidos nas obras da Polícia de trânsito	48
8.8	ELISAL com novo director interino	48
8.9	EPAL duplica capacidade de produção de água potável	49
8.10	Obras sobre conduta de água causam transtornos na estrada do lar do Patriota	51
8.11	Cónego Manuel das Neves afundada no lixo: Vendedores ambulantes insistem em comercializar na rua perante a passividade da Polícia	52
8.12	Melhoria dos serviços básicos: Instalado sistema de água no Quibinda	53
8.13	EPAL diz que moradores não pagam a água desde 1980	53
8.14	Capital. Saneamento básico piora com os aguaceiros	54
8.15	Falta de água potável em Luanda cria transtornos aos cidadãos	55
8.16	Nascentes da Tundavala e Senhora do Monte Contadores de água instalados no Lubango	56
8.17	Só montanhas de lixo atrás de montanhas: Postal pouco abonatório para a imagem da cidade	57
8.18	Ruas do Zango estão sem contentores de lixo	59
8.19	Os milhões de lixo	59
8.20	Bairro Cassenda sem água a dois nós	61
8.21	Obras condicionam abastecimento de água potável	62
8.22	Zango está sem contentores de lixo	63
8.23	Terra Nova intransitável cheira à catinga	63
8.24	Lixo acumula-se e enterra moradores na vala do Cassequel	64
8.25	Populares consomem água contaminada	65

9. AMBIENTE 66

9.1	Kilamba-Kiaxi. Aumenta os assaltos às cantinas de estrangeiros	66
9.2	Moradores da Rocha Pinto Clamam por quase tudo	67
9.3	Degradação: Luanda precisa urgentemente de soluções para ser salva	69
9.4	Feira dos municípios e das cidades um "Observatório" da produção local (I)	71
9.5	Roubos Versus homicídios	72
9.6	Violência doméstica: Aumentam os casos no Bié	73
9.7	As eleições autárquicas	73

9.8	Delinquência em alta em Cacucaco	74
9.9	Violência Doméstica	74
9.10	Armas de fogo amedrontam munícipes	75

10. AMBIENTE

77

10.1	Chuva desalojou famílias em localidades do Bengo	77
10.2	Famílias sem casa no Icolo e Bengo	77
10.3	Chuva desaloja famílias no município do Lucala	77
10.4	Luandenses aplaudem chegada do cacimbo	78
10.5	Os nossos candengucs das margens	79
10.6	Destruição de árvores: Província do Bengo ameaçada pela erosão	80
10.7	Consequências das chuvas: Luanda com os problemas de sempre	82
10.8	Devastação da floresta preocupa ambientalista	83
10.9	Lixo foi recolhido no Kilamba Kiaxi	83
10.10	Chuvas deixam ruas intransitáveis	83
10.11	Tempo chuvoso	85

11. IMIGRAÇÃO

86

11.1	Construtoras chinesas lideram lista dos que desrespeitam a lei laboral	86
11.2	Fronteira do Zaire: Ilegais foram repatriados	86
11.3	Relação comercial Angola e China ultrapassa os 37 bilhões de dólares	87
11.4	Polícia repatria imigrantes	88
11.5	Emigrantes voltaram para visitar a sua terra natal	88
11.6	A esperança de um dia voltar à terra	89
11.7	Angola conseguiu moldar' relação com a China, diz investigadora	91
11.8	CABINDA: Imigrantes detidos por situação ilegal	92

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Um activista de peso no combate a pobreza

Jornal de Angola

07 De Maio de 2014

Texto: Filomeno Manaças

Desde segunda-feira em Angola a convite da Fundação Eduardo dos Santos (FESA) para partilhar a sua experiência no combate à pobreza no Brasil, em seminário a ter lugar hoje, o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fala em entrevista ao jornal de Angola das soluções aplicadas para melhorar o desenvolvimento humano e defende, na luta contra a fome, políticas públicas e programas sociais Inclusivos. O ex-Presidente afirma que continua a ser um activista político e acredita que é possível um mundo sem fome.

JORNAL DE ANGOLA - O Sr. tornou-se um vulto político da América Latina e mesmo a nível mundial fruto da sua Presidência bem sucedida. Qual é a fórmula para retirar 50 por cento da população da linha da pobreza?

LUIZ INACIO LULA DA SILVA - Não há uma fórmula igual para todos os países, porque cada nação tem a sua própria realidade económica, e a sua situação política. Mas o que eu acho fundamental é incluir os mais pobres no orçamento público. Aqueles que não estão organizados em partidos, em sindicatos. E ver os recursos para a área social para a saúde, para a educação, para a moradia não como um gasto, mas como um investimento que o país faz no seu próprio povo. No Brasil, combinamos uma série de programas sociais, fizemos uma forte política de crédito para a população, incentivamos a regularização dos micro-empresendedores. Esse conjunto de acções resultou no maior programa de inclusão social da história do país. Criamos 21 milhões de empregos, tiramos 36 milhões de pessoas da extrema pobreza, e 42 milhões ascenderam à classe média. O principal programa de transferência de renda, é o Bolsa Família, que transfere recursos para as mães das famílias mais pobres que mantêm os seus filhos na escola e as suas vacinas em dia. O dinheiro, ao chegar à mão dos mais pobres, é distribuído preferencialmente às mães. O dinheiro não fica parado num banco, é transformado em alimento

para as crianças, roupas e material escolar. Esse programa, integrado noutras iniciativas, gerou um grande mercado interno, que movimentou o comércio, que por sua vez movimentou a indústria, gerando mais empregos. Os pobres deixaram de ser um problema e passaram a ser parte da solução.

JA - Numa análise por regiões, e se puder, destacando países, como vê a evolução ou regressão no combate à pobreza no continente africano?

LS - Quase sempre que um brasileiro é consultado, ele trata a África como se fosse um único país, com um único governo e uma única religião. Quando todos teriam que entender que há uma diversidade de países e situações no continente. Qualquer análise sobre a África deve levar em conta que os países conseguiram a sua independência há muito pouco tempo, e depois muitos deles tiveram que enfrentar guerras civis e vivem em paz há pouco tempo. Eu particularmente fico muito feliz por ver o continente africano neste século XXI a consolidar a democracia na maioria dos países, com a compreensão de que a paz impulsiona o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, é muito importante a gente reconhecer os avanços na construção da integração africana, com o fortalecimento da União Africana, do Banco Africano de Desenvolvimento, do NE-PAD e das Comunidades Regionais. A integração dos países africanos é a maior obra em construção no continente. Mas é claro que ainda há muito a ser feito. O maior desafio é o combate à fome e à miséria. A África tem todas as condições para se tornar auto-suficiente na produção de alimentos, como já foi no passado pré-colonial. E para produzir alimentos, é preciso produzir energia. A África pode ampliar a produtividade do campo e criar programas que garantam o acesso das pessoas aos alimentos. Em 2013, o Instituto Lula organizou, junto com a FAO e a União Africana, um encontro de alto nível em Adis Abeba, que propôs a meta, aceite pelos países africanos, de erradicar a fome no continente até 2025. Isso é plenamente possível. Quatro países foram escolhidos como referência para essa iniciativa: Angola, Níger, Malawi e Etiópia. A nossa compreensão é que o problema da fome não pode ser resolvido por projectos pontuais, mas com políticas públicas e programas sociais que garantam a alimentação como um direito de todo o cidadão.

JA- Na Ucrânia está a desenhar-se um conflito com potencial de evolução. Como avalia a sua génese e possíveis consequências para a geopolítica mundial?

LS - Ainda é cedo para fazer uma avaliação, e as informações são muito contraditórias. Eu sempre defendi o direito à autodeterminação dos povos e

acredito que a paz e o diálogo são fundamentais para a saída desta crise. Porque em momentos de conflitos armados, é a população mais pobre quem mais sofre.

JA - O Brasil é um país de futebol e o Mundial é já agora em Junho. Nunca um Mundial esteve rodeado de tanta expectativa, tanto desportiva como política. Escusado será dizer que a sua equipa preferida é o "excrete canarinho". Podem as manifestações de rua ofuscar a competição? Por que equipa acha que o Presidente José Eduardo dos Santos vai torcer?

LS - Eu não tenho dúvida de que a Copa do Mundo no Brasil será extraordinária, tem tudo para ser a melhor Copa já organizada. A Copa é mais do que um evento desportivo, ela não deve ter como objectivo principal a rentabilidade económica. A Copa é antes de tudo um encontro dos povos do mundo inteiro, o momento da maior confraternização do planeta. É a hora do Brasil apresentar-se como ele é, sem esconder os seus problemas. Houve uma imensa procura de bilhetes e centenas de milhares de estrangeiros irão ao Brasil.

Se acontecerem protestos, reivindicações, teremos que encarar com normalidade, é assim a democracia. O papel do governo é garantir as condições para os nossos visitantes serem bem recebidos, se sentirem seguros e poderem conhecer o país e as suas belezas, para que possam conhecer bem o povo brasileiro, que é alegre e acolhedor. Eu tenho a certeza que o Presidente, será muito bem recebido no Brasil. Eu imagino que o coração dele esteja bem dividido nesse momento, pois cinco países africanos vão disputar o Mundial e o futebol africano tem avançado muito. Mas como o Brasil é o país com a maior população negra no mundo depois da Nigéria, eu conto com um pouco do apoio dos angolanos.

JA - Como colunista mensal do jornal "The New York Times", há um ano, sobre o que é que mais escreve e o que mais faz desde que deixou a Presidência do Brasil?

LS - Eu já não desempenho qualquer cargo, mas continuo a ser um activista político. Criei o Instituto Lula com o objectivo de discutir e trocar experiências com latino-americanos e africanos sobre as políticas públicas bem-sucedidas na área social. Eu já acreditava antes e passei a ter certeza, baseado no que fizemos no Brasil, que é possível construir um mundo onde ninguém passe fome.

I.2 ALERTA. "Quem tem fome não pode Esperar"

Jornal Agora

09 De Maio de 2014

Texto: Ramiro Aleixo

O presidente 'analfabeto' que se tornou célebre no mundo por ter demonstrado com acções e programas como, efectivamente, um país pode reduzir a pobreza, crescer rapidamente do ponto de vista económico e reduzir as assimetrias entre ricos e desfavorecidos, Luís Inácio Lula da Silva, de nacionalidade brasileira, esteve esta semana em Angola, a convite da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), para passar aos angolanos a sua experiência de gestão 'vitoriosa' numa das questões que mais preocupam o mundo há quase um século.

Numa autêntica aula de sapiência e com argumentos temperados entre uma longa luta sindical, de disputa de cinco tentativas para ser eleito e finalmente nas vestes mais refinadas de estadista, o antigo líder brasileiro deixou claro que o caminho para o combate à pobreza só é longo e complicado quando os objectivos não estão perfeitamente classificados; mas alertou, acima de tudo, que é necessária vontade, perfeito domínio dos objectivos que se pretendem atingir e confiança nas capacidades de quem se encontra na pobreza.

Considerando, logo à partida, que a experiência brasileira não se adapta a nenhum país do mundo, porque, para que qualquer política dê certo, é preciso ter em conta a realidade económica, política e cultural de cada país. E nesse caso, Angola não foge à regra, porque, não tendo como se desculpar, também não se pode contornar que a nossa passe, necessariamente, por um longo período de guerra, que destruiu parte considerável das infra-estruturas económicas, sociais, culturais e outras e desviou parte considerável dos recursos que podiam ser canalizados para o progresso, que iniciou apenas há 12 anos com o processo de reconstrução nacional.

Lula da Silva, bastante ovacionado por uma plateia diversificada que 10100 a sala, começou por quebrar o gelo, 'gozando' com a plateia trajada a rigor (de fato e gravata para abordar a pobreza), enquanto ele se apresentava de 'goiabeira', a tradicional 'camiseta' cubana que ganhou identidade pelo mundo, também como expressão da simplicidade e do comunismo.

A POBREZA NÃO ESPERA. "Todas as pessoas podem esperar por qualquer coisa, mas quem tem fome não pode esperar", declarou Lula da Silva,

sustentado pelo facto de saber o que isso representa, porque também passou fome no Nordeste brasileiro, onde nasceu.

"As Forças Armadas podem esperar pelo orçamento no ano seguinte, qualquer um pode esperar, mas o pobre não", prosseguiu, considerando que "é sagrado colocá-lo como tarefa obrigatória, uma vez que o ele não está num partido político, num sindicato, pois a fome não leva um homem à revolução, mas sim à submissão".

No seu jeito frontal e informal, o ex-presidente não podia ser mais directo: "É para esses que se tem que governar e não para aqueles que comem três vezes ao dia".

Todos os governos do mundo, quando discutem dinheiro para qualquer sector, consideram investimento, disse, "mas quando se trata de discutir as coisas do pobre é gasto", comportamento que eliminou logo, à partida, na sua gestão presidencial, por considerar que, "quando se gasta na educação, na saúde e com um pobre, está a fazer-se investimento, para que esse cidadão se transforme na sua plenitude".

Explicou, igualmente, os passos que se seguiram a fim de que o pobre deixasse de constituir um problema e passasse a ser solução, alterando o quadro que o Brasil vivia, em que apenas 35% da população é que era efectivamente beneficiária dos resultados das governações anteriores, constituídas, como referiu, por gente sábia, detentora de muitos diplomas, mas completamente afastada da realidade que 65% dos brasileiros viviam.

Essa 'inversão', como explicou, foi realizada sem fazer "que o rico ficasse pobre, mas sim que o pobre ficasse rico", quebrando também algum tabu que envolvia a subida do salário mínimo, a pretexto de aumentar a inflação.

Durante 11 anos consecutivos, destacou, aumentámos o salário mínimo, e a inflação continuou controlada e, com outras medidas, as exportações foram quadruplicadas, o que deu origem a uma revolução no mercado brasileiro.

Justificando, sustentou que tudo isso aconteceu (e os seus antecessores não fizeram), visto que não basta perceber que existem pobres no país, mas colocá-los na agenda diária das discussões. O pobre só deixa de ser pobre, reafirmou, "quando ele deixa de ser um problema social e passa a ser um problema político, um ser activo e não passivo".

O SEGREDO DO MILAGRE. Para o ex-presidente brasileiro, o ponto de partida foi mudar uma série de conceitos e compreensões que se tinha da parte mais pobre do Brasil. Em consequência dessas medidas, há 11 anos que cresce a renda dos mais pobres e a média da sociedade, o aumento dos salários dos trabalhadores e que os pobres ganham uma aceção maior: nesse período, a renda média da sociedade cresceu 35% e dos pobres 65%.

A exemplo do que havia acontecido com Itamar Franco, um dos presidentes que o antecedeu, Lula da Silva considerou que o prua gré do seu programa reside na mensagem que transmitiu ao Chefe de Estado Angolano, na audiência que lhe concedeu, segundo a qual "um programa de combate à pobreza só dá certo se o Presidente da República cobrar, todos os santos dias, de cada ministro ou de cada autoridade a sua execução".

Naquela época, de acordo com o mesmo, pedia a Itamar Franco para que criasse um Conselho Nacional de Segurança de Política Alimentar, instituição que devia envolver a sociedade civil e que estivesse subordinada a ele, Presidente da República, que não acatou esse conselho. Criou, mas colocou-a na mão de um bispo e de um sociólogo (já falecido) que trabalharam muito, mas não na ideia de transformar a luta contra a fome numa renda fixa para as pessoas. Funcionaram na base da necessidade de se fazerem doações, o que, como clarificou, não deu certo.

"Não se acaba com a fome com política voluntarista, mas sim com política de Estado que tem de assumir a responsabilidade, porque toda a constituição diz que todos os brasileiros, todos os angolanos, todos os mexicanos, todos os americanos devem ser tratados em igualdade de condições perante a lei", salientou Lula da Silva a meio da sua intervenção, arrancando muitas ovações.

Garantiu também que até já está aprovado que a fome não existe por falta de alimentos e referiu que, como a "FAO costuma dizer, um terço dos alimentos produzidos é deitado ", pelo que, como solução, argumentou que primeiro é preciso tratar dessa questão, para que não haja desperdício e, depois, depositar "dinheiro na mão do povo, a fim de que ele possa comprar alimentos".

Tendo em conta a pertinência do tema, continuaremos com a sua abordagem na próxima edição.

I.3 Há solução para a pobreza em Angola

Novo Jornal

09 De Maio de 2014

Texto: Hortêncio Sebastião

FOME E A POBREZA em todos os países, especialmente em África, bastando para o efeito que haja vontade e entrega dos cidadãos e dos governantes.

O líder brasileiro proferiu esta semana em Luanda a uma palestra sobre o combate à fome e pobreza em Angola, a convite da Fundação Eduardo dos Santos, tendo ressaltado a necessidade de se instituir o combate à pobreza não como gasto, mas como investimento obrigatório do Estado.

"Fico bastante triste quando oiço falar de gastos quando se trata de daí algo aos pobres, mas não se fala assim quando são encargos com outros sectores da sociedade, nomeadamente a defesa, a educação ou com a saúde, que se consideram investimentos", deplorou Lula da Silva.

Na sua intervenção, diante de uma vasta plateia constituída por governantes, deputados, líderes políticos, empresários, religiosos, representantes da sociedade civil, catedráticos e estudantes universitários, o antigo Presidente do Brasil lembrou que "muitos países africanos já foram auto-suficientes no passado e, quando chegou a colonização, passaram a ser dependentes".

Segundo disse, o desenvolvimento passa também pela solução do problema do fornecimento de energia eléctrica às camadas mais desfavorecidas, porque sem ele não haverá acesso às novas tecnologias, nem à saúde, assim como a um ou outro bem.

"Fui à União Africana discutir como convencer o mundo rico de que a solução para essa crise económica e financeira em que se meteu passa por financiar o crescimento do mundo pobre, para este comprar o que se produz do outro lado e assim os pobres poderem ter acesso às tecnologias que o seu mundo precisa", referiu.

"É inacreditável ver que o mundo rico, tão inteligente, sabia da crise aconteceu no Brasil, na Bolívia ou no México. Quando a crise lhes bateu à porta já não sabem nada", frisou.

Segundo o ex-Presidente brasileiro no continente africano Angola está a demonstrar que está assumir o século XXI com optimismo, uma vez que tem "a oportunidade extraordinária" de consolidar-se como

país democrático e ir resolvendo -os problemas sociais e económicos.

Durante a sua estada em Angola disse ter conhecido um projecto de produção de açúcar em Malanje e outro na área da agricultura familiar, tendo-se mostrado surpreendido com a qualidade dos bens produzidos, o que o levou a concluir que o país tem potencial e pessoas comprometidas com as políticas sociais e que a África não pode, em nenhum momento, pensar que nasceu para passar fome.

"Se a África é o berço da humanidade e se foi aqui que nasceu o primeiro ser humano, porque é que só se pode ser pobre", questionou-se Lula da Silva.

"Sou um cidadão pernambucano que nasceu sem ter um pão para comer e não tive acesso a uma universidade. Hoje tenho a certeza de que, qualquer país do mundo, pode acabar com a pobreza. Basta só querer", concluiu.

I.4 Degradação: Luanda precisa urgentemente de soluções para ser salva

Jornal A Capital

14-23 De Maio de 2014

Por: Ramiro Barreira

Nos últimos dias, tenho reflectido bastante sobre como poderíamos ter uma Luanda maravilhosa, limpa, com novos bairros, com ruas ordenadas, com água potável canalizada, luz, escolas e hospitais em número suficiente, jardins, parques naturais que funcionem como pulmão da cidade, boas estradas, subúrbios asfaltados, parques infantis, zonas com campos de futebol, basquetebol e outros desportos, transportes colectivos organizados, segurança, etc., mas, deparei-me neste leque de questões com muitas dúvidas, as quais, por uma questão de bom senso, prefiro abordá-las, seguindo alguma racionalidade.

Em primeiro lugar, considero que a questão do ordenamento do território continua a pecar pela ausência de uma política verdadeiramente estrutural e estruturante, dentro dos grandes marcos, o que leva, a priori, a que não se identifiquem nem se tomem as medidas necessárias para estancar já, - o quanto antes - a contínua degradação das cidades, por força do maior fenómeno que pressiona toda a estrutura existente, que é a emigração. Luanda, por exemplo, recebe, permanentemente, milhares de pessoas provenientes do interior do país, por razões que não vale a pena enumerar.

De uma maneira geral, abandonam o seu habitat natural, vêm para a capital, vão a um grande armazém, compram o que pretendem revender, montam uma bancada ou fogareiro com carvão, e lá estão impávidos e serenos. Não importa onde. Em frente à casa do vizinho, de um restaurante, de uma loja que paga os seus impostos, ao lado de uma esquadra da Polícia, nos passeios e na rua, nos hospitais, estradas, estreitando inclusivamente o trânsito e criando enormes engarrafamentos, e todos vemos isto com a maior naturalidade e na maior das calmas. Basta dormir, para no dia seguinte, como num sonho de verdadeiro surrealismo, constatarmos que uma bancada com tomate, batata-doce, cebola, gasosa e cerveja está montada em frente ao nosso portão e teremos de negociar com o vizinho para afastar a tenda do portão principal, porque, para muitos, é normal. E mais, chama-se pela Política e os fiscais municipais, mas nada é feito, porque vivemos sem regras, sem a aplicação de medidas e porque continuamos a ser populistas e muitos dos críticos ainda defendem a desregulação de todo o sistema de vivência nas grandes cidades. Basta sair do interior do país, abandonar a agricultura ou outra actividade, vir para Luanda, começar a vender, ocupar uns terrenos, meter uns blocos, umas chapas e já está. Tudo é visto com a maior e total impunidade. Não há poder local. As administrações municipais e comunais não funcionam devidamente, e a regra é anuir por uns troquitos, mesmo que choque contra todos os princípios e normas.

Os administradores não saem dos seus gabinetes. Não conhecem nem sabem o que se passa nas suas zonas de intendência. O espírito de deixar andar instalou-se a um nível que é preocupante. E mais ainda, estamos a acelerar a degradação permanente do meio ambiente e das condições de saúde. Ouve-se e propala-se que serão construídos mais mercados, como se estes passassem a ser a solução. Não existem nem existirão mercados suficientes para tanto vendedor. Se calhar, teremos de transformar todos os quintais, campos de futebol - que já não existem em mercados, os largos com jardins em restaurantes, numa autêntica aberração e afronta à dignidade humana. Nas novas zonas onde se instalam os novos moradores não existe saneamento básico, água potável nem electricidade. Instala-se a miséria por força da ausência de firmeza da lei e muitos esperam ser 'corridos' daí, para vir a ser realojados em casa do estado com os elevados custos que daí advêm.

De facto, estamos a ser muito permissivos! Toda esta pressão leva a que não existam suficientes hospitais, nem escolas, nem médicos, nem professores. À partida, a história do ovo e da galinha segue em

catadupa. Mais grave ainda é que o ovo está a parir um gigante enorme com custos elevadíssimos ao erário público e ao ambiente, a médio-prazo, difíceis de calcular. Temos, urgentemente, de procurar estancar essa emigração descontrolada por força da permissibilidade de normas e princípios que regem as grandes cidades. Não podemos absorver os maus exemplos de algumas cidades africanas. Não devemos, nem deveremos tentar resolver problemas à custa de outros problemas. Nesta senda, é importante que todas as forças políticas estejam no mesmo diapasão e que se tome a peito a Agenda Nacional de Consenso como uma tábua de salvação.

A situação de Luanda é a mais grave, embora em menor dimensão muitas províncias vivam o mesmo dilema. Precisamos de um programa de emergência já, um programa politicamente bem assegurado e que não permita veleidades. Não permitamos mais que se aumente o crescimento dos musseques numa situação incontornável. Pelo menos que se demarquem ruas, se loteiem os terrenos e que a autoconstrução seja dirigida e fiscalizada com normas e procedimentos. No interior do país, há cidades onde é possível construir e viver com baixo custo. Mas, têm de ser já demarcadas zonas para a indústria, para os bairros de alta renda, baixa renda, parques, zonas de prática desportiva, jardins, etc. Quem quer construir tem e deve obedecer à regra. O tipo de construção também deve obedecer a um plano.

Na verdade, nota-se e não nos deveremos manter impávidos ante a calamitosa situação que vive Luanda, por razões tanto estruturais como conjunturais. Se analisarmos numa outra perspectiva, uma das grandes consequências de toda esta situação continua a ser o aumento vertiginoso da delinquência. Os 'gangs' não param de crescer. A máfia organizada está cada vez mais activa.

Temos de apoiar mais os serviços de segurança e inteligência, para garantir o bem-estar de todos nós. É necessário dismantelar as teias que continuam a corroer os órgãos intermédios de funcionamento da administração do Estado. Se perguntarem aos administradores comunais quantas pessoas vivem na sua área? Quais os novos vizinhos e onde saíram? Certamente não saberão nem estarão muito interessados. Atirarão obviamente a resposta para o Censo Nacional, numa verdadeira aberração dos meandros do exercício do poder local.

E mais, não existe disposição normativa -pelo menos que eu conheça - que obrigue ao registo oficial dos moradores. Só isso dificulta o trabalho policial, o controlo dos marginais, o controlo do cidadão, o

combate ao terrorismo, etc. Penso que teremos de ser mais ambiciosos. Olhar com olhos de ver. Sentir com afeição. Precisamos efectivamente de salvar Luanda, que clama por medidas urgentes, profundas, mas duras. Caso contrário, brevemente, vamo-nos envaidecer por termos uma boa marginal, prédios bonitos, bons carros, mas uma cidade verdadeiramente perigosa, que nos vai fazer lembrar o interior de muitas cidades do México, ou os morros do Rio de Janeiro, onde o narcotráfico tomou lugar, ou pior ainda, uma periferia, desregrada, feia, sem cabeça, tronco e membros.

Ps - Preferi, deliberadamente, para não criar confusão, nem misturar alhos com bugalhos, não abordar à jusante a questão de grande referência das grandes centralidades.

1.5 Cidadão leva “vida de cão” nos subúrbios da metrópole

14-23 De Maio de 2014

Por: Francisco Bussulo

Os bairros Nguanya, Malanginho, Fubu, Mulenvos, Fomo do Cal, Paraíso, Balumuka, Kawelele, Catinton e muitos outros que nasceram do dia para a noite são o exemplo disso mesmo. Aqui, assiste-se a uma acentuada e progressiva degradação da qualidade de vida dos moradores. Boa parte da população que ali vive veio do Norte do país, à busca de uma oportunidade na capital.

Estes bairros, dizem os moradores, cresceram desordenadamente. As autoridades nada fizeram para impedir as construções anárquicas. Os acessos às casas também é outro 'calcanhar de Aquiles', e a falta de água e de energia eléctrica junta-se ao leque de dificuldades.

Sem luz eléctrica nem água potável fica tudo complicado. No Nguanya e Dimuca (Sambizanga), boa parte das casas é de construção precária. Ao lado, está a vala de drenagem que transporta os resíduos das cervejeiras Cuca e Nocal para o mar, a exalar um cheiro nauseabundo. Os moradores dizem que isso não é tudo: no período nocturno, não circulam e nem dormem à vontade por causa da delinquência. É uma confusão de narizes.

Júlio Cassange, estudante universitário que mora no bairro Nguanya, contou ao Agora que as construções anárquicas acabaram também com os espaços que deviam servir o lazer.

"As cubatas foram construídas segundo a vontade individual, daí a confusão existente em que até os

carros não cruzam à vontade e não há espaço para as crianças jogarem à bola", reforçou.

"A periferia parece nunca preocupar muito quem governa. Só assim se compreende o esquecimento a que muita gente está votado pelas autoridades. Há quem pense que quanto mais subúrbios houver melhor para daí tirar dividendos. É uma consciência que deve ser corrigida", notou o estudante.

Apesar dos planos urbanísticos em curso, há muito caminho a percorrer. É que ainda há numerosas famílias a residir em casas de chapa, caso dos moradores do Mayombe, em Cacucaco. Aqui, quando chove, é um calvário para a população.

"Muitas vezes, quando chove, as pessoas são obrigadas a pernoitar nas montanhas, porque o bairro é engolido pelas águas pluviais, por se encontrar no meio de duas colinas agrícolas", disse Justino Adão, um dos reincidentes no processo de desalojamento obrigatório. Hoje, o bairro conta com cerca de 6 mil moradias sobre as montanhas e vales naturais.

Um responsável da Direcção Provincial da Construção asseverou à nossa reportagem que muitas destas residências, localizadas nos bairros de Nguanya, Dimuca, e arredores da Refinaria de Luanda, estão registados para um realojamento condigno nos próximos tempos. "Apenas estamos a aguardar que as demolições das residências situadas nas cercanias do ex-mercado Roque Santeiro se concluam com êxito, para darmos oportunidades às outras áreas de risco", referiu a fonte.

1.6 As lições de Lula da Silva sobre combate à pobreza

Jornal Economia

16 De Maio de 2014

Texto: André Sibi

Convidado pela Fundação José Eduardo dos Santos (FESA), para transmitir a sua experiência sobre o combate à fome e à pobreza, o antigo Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, ressaltou que o sucesso de qualquer medida passa pela adequação à realidade económica, política e social do referido país.

Luís Inácio Lula da Silva explicou que o que o Brasil está a viver nos últimos onze anos é resultado de um aprendizado. Lembrou que tudo começou com a sua adesão ao activismo na igreja católica e seguidamente ao movimento sindical e a várias outras organizações da sociedade civil.

Depois de concorrer e vencer as eleições em 2005, o antigo Presidente Lula da Silva viu-se obrigado a mudar o rumo da história do Brasil, com o lançamento do programa bolsa familiar, com o objectivo de tirar milhões de brasileiros da extrema pobreza. No princípio, foi alvo de muitas críticas.

"Eu tinha certeza de que seria mais capaz que toda a elite que vinha governando o país até aquele momento", disse.

Durante o discurso de tomada de posse, Lula prometeu aos brasileiros que, inicialmente, faria o necessário, depois o possível e se desse o impossível. O antigo presidente explicou que qualquer pessoa pode esperar, mas quem tem fome não. O combate à pobreza deve ser a prioridade dos governantes.

"Os ministérios podem esperar o orçamento do ano seguinte, mas o pobre não. A fome não leva o homem à revolução, mas sim à submissão. Fica sem forças para fazer, inclusive, a passeata", afirmou.

Durante o seu discurso, Lula da Silva explicou que em quase todos os governos do mundo, quando se discutem as questões relacionadas à constituição de qualquer negócio, está-se perante um investimento, mas quando se trata de dinheiro para pobres é gasto. Segundo disse, para ele, quando se oferece algo ao pobre, não se está a gastar, mas sim a investir. O sucesso da sua política passou por várias medidas.

10 lições de Lula

O antigo Presidente do Brasil apresentou 11 lições, que considerou determinantes para o sucesso da sua governação.

1ª - Incluir o pobre no orçamento para que ele deixe de ser um problema e se torne numa solução;

2ª - Criar medidas para que o país deixe de ser governado apenas para 35 por cento da população, pois "apenas 35 por cento da população tinham as três refeições por dia;

3ª - Tem de haver o desejo de tornar o pobre num rico;

4ª - Quebrar o tabu segundo o qual não se podia aumentar o salário mínimo nacional, para evitar a inflação. "Nós, durante onze anos consecutivos, aumentamos o salário mínimo e a inflação continua controlada";

5ª - Quebrar o tabu segundo o qual o país não podia exportar, aumentando os níveis de exportação para quatro por cento;

6ª - Colocar o pobre na agenda governamental;

7ª - Fazer com que o pobre deixe de ser um problema social e passe a ser um problema político;

8ª - Tornar o pobre num activo;

9ª - Cobrar responsabilidade aos responsáveis de cargos governamentais;

10ª - Observar o princípio segundo o qual todos somos iguais perante a lei;

11ª - Melhorar os canais de distribuição da renda nacional e evitar o subaproveitamento dos excedentes.

Resultados

Depois de aplicar esta receita, onze anos depois, os resultados surpreenderam várias instituições e países com destaque para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Durante estes onze anos, o país tirou 36 milhões de pessoas da extrema pobreza. Levou para a classe média mais de 42 milhões de pessoas e criou 21 milhões de empregos formais, em todo o Brasil.

O valor para o empréstimo cresceu de 750 mil milhões dólares (73 triliões de kwanzas) para 700 triliões (68,101 triliões) disponíveis para o crédito em 2014. O número de passageiros cresceu de 36 milhões de pessoas para 109 ao ano.

O programa "Luz para todos a custo zero", coordenado pela actual Presidente, Dilma Rousseff, gerou mais de 462 mil empregos, sete milhões e 600 mil postes de luz, um milhão e meio detransformadores e um milhão 450 mil quilómetros de fio (cerca de 35 voltas do planeta terra).

Outras experiências

Por sua vez, o presidente do Instituto Lula, Celso Mavoni, ressaltou que as duas instituições vão trabalhar de mãos dadas para se alcançar bons resultados no combate à fome, através do programa "Fome zero". Para o alcance deste resultado, é preciso a inclusão, pois a missão do instituto é estreitar as relações entre o Brasil e os países africanos.

Celso Mavoni sublinhou que a organização vai trabalhar para concretizar a sua principal missão que passa pela integração e desenvolvimento do continente africano, de modo especial Angola.

Para dinamizar a economia brasileira, o Governo lançou uma linha de crédito, transferindo para as

populações vulneráveis um salário mínimo nacional por mês. Actualmente, para este programa, estão cadastradas cerca de 90 milhões de famílias. Mensalmente, cada integrante recebe até um salário mínimo nacional, perto de 15 mil kwanzas.

De acordo com a responsável, 94 por cento destes cartões magnéticos estão sob responsabilidade das mulheres.

1.7 Execução de programas do Governo produzem resultados com pouca visibilidade mediática

Jornal Agora

16 De Maio de 2014

Texto: Ramiro Aleixo

Devido à conjuntura do país, o Programa de Combate à Pobreza em Angola conheceu novo carácter a partir de 2010, adaptado a nova realidade de paz, tendo em conta que o principal factor que conduziu a população ao estado de penúria em vários domínios foi a guerra que destruiu as principais infra-estruturas produtivas, mas também forçou a migração de milhares de compatriotas das zonas rurais onde estavam engajadas em actividades agrícolas, para as cidades.

Para o efeito, e segundo a coordenadora do Programa, a ministra do Comércio, Rosa Pacavira, o Presidente da República criou, em Fevereiro de 2010, uma comissão multisectorial de luta contra a pobreza que tem o envolvimento de secretários de Estado de 12 departamentos ministeriais. Esse grupo tem interagido com diversas organizações internacionais e nacionais que desenvolvem acções nesse domínio.

Para uma população estimada em pouco mais de 20 milhões de habitantes (indicador de referência até que o senso indique outro), a Comissão Nacional de Luta contra a Pobreza foi descentralizada, contando, igualmente, com unidades técnicas provinciais, municipais e comunais. A fim de que fosse possível melhorar a qualidade de vida da população, citando Rosa Pacavira, ocorreu, igualmente, a descentralização financeira da atribuição de recursos, o que significa que cada município conta com uma verba própria, para que tenha capacidade de levar a cabo os programas identificados.

Administrativamente, o país está dividido em 18 províncias, 161 municípios e a coordenadora do programa assegurou que, a todos, têm sido disponibilizadas verbas para acções de combate à pobreza.

A estrutura do programa, como deu igualmente a conhecer, conta ainda com conselhos de concertação e auscultação social, onde estão representados os diferentes extractos da sociedade de cada localidade e, por via deles, estabelecem-se, assim, as prioridades entre o que se pode atacar de imediato, e que faz de facto falta na vida da população.

A execução dos projectos com verbas do Orçamento Geral do Estado por via do Ministério das Finanças é canalizada directamente para as unidades municipais.

De acordo com a coordenação, a actividade da comissão iniciou em 2010, com 40 milhões de Kz e em dois 2014 estão nos 7.9 mil milhões, o que significa que há uma evolução financeira extremamente positiva que torna possível a mudança do nível de vida da população.

O exercício da comissão, conforme a coordenadora Rosa Pacavira, começou com acções para levar os serviços públicos básicos às populações, designadamente escolas, hospitais e postos médicos, sistemas de água ao abrigo do programa Água para Todos, e outras infra-estruturas destruídas durante o conflito armado. Sustentou, por outro lado, que, para se combater a pobreza, foi necessário primeiro construir muitas escolas e levar a cabo programas de alfabetização.

Focalizada ainda na realidade angolana, Rosa Pacavira enumerou as grandes dificuldades de habitação social, pelo que, também, se avançou, no sentido da construção, incluindo do modelo de casas evolutivas que permite, depois, que os beneficiários possam continuar a aumentar os compartimentos em função das necessidades de cada família

COMPARAÇÕES REGIONAIS.

Cingindo-se à região e comparando com o que se faz na África do Sul, a principal referência de desenvolvimento nesta região do continente, Rosa Pacavira disse que esse gigante da economia africana disponibilizou 4,7 mil milhões de dólares entre 2004 e 2009 para o combate à pobreza. Subindo um pouco mais, em direcção ao Norte, disse que o Gana atribuiu 11 milhões de dólares em 2004, subindo para 20 milhões em 2013. Angola, superando todas essas nações, investindo 27 mil milhões de dólares entre 2011 e 2014, o que representa um grande esforço do país.

Para garantir os cuidados primários de saúde, a coordenadora do Programa de Combate à Pobreza fez, ao mesmo tempo, a construção de residências para os técnicos de saúde, que são deslocados dos principais centros urbanos para junto das

comunidades. O envolvimento, frisou, é considerável e as verbas disponibilizadas permitem, desde a compra de medicamentos, a todo tipo de material gastável, incluindo ambulâncias e motorizadas para facilitar o atendimento da população.

O Programa de Merenda Escolar também faz parte desse conjunto de ações e já está em fase de implementação em todos os municípios, contando com uma verba de 480 milhões de kz para da um. Considerou que ainda não é suficiente, mas que a meta é fazer que todos os alunos das escolas primárias públicas beneficiem, até como forma de assegurar a assiduidade das crianças, tendo em conta que muitas delas não têm ainda a possibilidade de fazer essa refeição em casa

Sobre o Programa 'Água para Todos', revelou que a meta do Executivo é atingir uma cobertura de 80% da população das áreas rurais. Até ao momento, já se chegou aos 56,7 % do casco rural com a implantação de sistemas que funcionam, maioritariamente, com recurso à energia solar, permitindo que a população contemplada não tenha mais que percorrer grandes distâncias para beneficiar de água potável.

TRANSFERÊNCIA SOCIAL PRODUTIVA.

É a designação do novo eixo do Programa de Combate à Pobreza, que tem por suporte a ajuda para o trabalho e que significa, parafraseando um ditado chinês, "que se está a dar a vara e a linha para que a população aprenda a pescar".

Rosa Pacavira enumerou como exemplo um subprograma à construção dos aldeamentos Kikuia, constituídos por casas T2, tanques para a prática de piscicultura, estufas agrícolas, padarias e todo o tipo de infra-estruturas

Os diferentes programas e subprogramas de produtivas, que permitam que a população não tenha dificuldades de assegurar o seu próprio sustento e ter renda suficiente para suprir outras necessidades. Os primeiros dois aldeamentos serão construídos ainda este ano nas províncias do Bengo e do Bié.

Aliado ao projecto, será lançado também o cartão 'Kikuia', que dará a possibilidade de o utente realizar pequenas transferências de rendimentos e funcionará para a população vulnerável que tenha um familiar no agregado com capacidade para trabalhar, tendo como base de capital depositado, o correspondente ao salário mínimo nacional.

O cartão será extensivo aos deficientes, mulheres chefes de agregados familiares e outros extractos vulneráveis, que serão cadastrados para o programa.

"Em Angola, não queremos dar dinheiro na mão da população", disse Rosa Pacavira, considerando as nossas diferenças da realidade brasileira. O cartão Kikuia, subvencionado pelo Estado, permitirá que quem for beneficiário vá a um estabelecimento comercial de bens alimentares, material escolar ou materiais de construção e faça compras. "O cartão não permitirá o levantamento de dinheiro", acrescentou Rosa Pacavira ao dar conta que estão em fase bastante adiantada os entendimentos com os bancos, para que entre em funcionamento no mais curto espaço de tempo.

A ministra deu, igualmente, a conhecer a existência de um programa de apoio aos camponeses (PAPAGRO). O Governo compra os produtos cultivados por via de feiras rurais, a fim de que os produtos não se percam no campo. Garantiu que funciona já em 11 das 18 províncias.

Ainda no mesmo âmbito, abordou, inclusive, a existência do Programa 'Planta Só', que consiste na plantação de mudas de espécies agrícolas em estufas, que servem para evitar a escassez ou a dependência de sementes importadas que, muitas vezes, chegavam ao país e ao campo em más condições.

Como medida complementar integrada, serão instalados equipamentos para a criação de pequenos centros industriais, para o processamento de alimentos, em que a população poderá transformar os seus produtos, evitando grandes perdas por falta de condições de conservação ou de escoamento para os grandes centros consumidores. Por exemplo, transformar a mandioca em farinha, a fruta em calda ou em polpa para sumos, o tomate em massa e outros.

CIDADES LIMPAS.

Este programa está direccionado para quem tem por sustento a recolha, a selecção e a venda de lixo, que contribuirá também para aumentar a renda de várias famílias desfavorecidas.

A terminar, Rosa Pacavira falou do programa 'Pão do Dia' que tem por objectivo a construção de fornos comunitários em todas as comunas e municípios, no sentido de que a população possa fazer pão e comercializá-lo.

Esses programas provêm da colheita de experiências de outros países, mas, de acordo com a governante, adaptada; à realidade nacional. Sobre alguns dos

resultados obtidos, deu particular ênfase à redução da mortalidade infantil.

1.8 Lula, a fome e a pobreza

Novo Jornal

16 De Maio de 2014

Lula da Silva, antigo Presidente do Brasil, é um político controverso. Chegou ao poder com um elevado nível de popularidade, exerceu o seu mandato com um notável pragmatismo, não fazendo tábua rasa do legado de Fernando Henrique Cardoso sem nunca o assumir, mas ao mesmo tempo mudou o modo de fazer política no Brasil no que respeita a dois aspectos fundamentais: a luta contra a fome e a pobreza e o tratamento do preconceito racial. Porém, o seu nome fica ligado pela negativa ao facto de não só não ter tratado convenientemente outro cancro da política brasileira - a corrupção - como de ter visto alguns dos seus colaboradores directos envolvidos em negócios escuros, que valeram muitas condenações pesadas da parte da justiça do seu país. Não consta, também, que tenha sido dada uma explicação para o enriquecimento súbito de alguns familiares seus. O Partido dos Trabalhadores do Brasil era para mim urna réstia de esperança, após tanta desilusão com os políticos que colocam os negócios acima dos princípios da ética, mas a sua prática veio a manifestar-se igual à de muitos outros.

Ao criar o Instituto Lula, o ex-líder sindical procurou dar cobertura a uma acção que poderá ser louvável se por trás não estiverem escondidos outros interesses. Confesso que tenho algumas reservas sobre a bondade da estratégia de Lula na ajuda que pretende dar ao combate à pobreza em África, mas por enquanto dou-lhe benefício da dúvida.

Lula e alguns companheiros de caminhada propuseram-se a ajudar Angola a travar um combate contra a fome e a pobreza. Começaram mal, com o apoio dado a um projecto de biocombustíveis em Malanje cujo investimento já chegou a pelo menos 500 milhões de dólares. Como disse e escrevi noutras ocasiões, não estou a questionar o projecto em si - apesar de o considerar um risco, dadas as nossas fracas capacidades para gerir tão grandioso e complexo investimento, mas a sua oportunidade, quando o mais prioritário é alimentar os angolanos e procurar proporcionar-lhes um nível devida mais digno. Utilizando as palavras do próprio Lula, os biocombustíveis podem esperar, mas a fome e a pobreza, não.

Lula tentou envolver Angola noutras batalhas, dando ênfase à agricultura familiar e ao seu papel no combate à fome e à pobreza. Ai é que as coisas começaram a falhar.

Nos últimos tempos, Lula tentou envolver Angola noutras batalhas, dando ênfase à agricultura familiar e ao seu papel no combate à fome e à pobreza. Ai as coisas começaram a falhar. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos que chegam à mesa dos seus habitantes, graças às políticas que os governos brasileiros têm implementando, algumas delas do tempo da ditadura de má memória, como é o caso da extensão rural e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, uma das mais notáveis no mundo.

Em Angola, a agricultura familiar é tratada com preconceito, não se tendo em conta o papel histórico já desempenhado, nem o potencial que encerra. A agricultura familiar é ainda considerada de subsistência porque o Executivo não lhe dá atenção, quer em termos de assistência técnica e financeira, quer de incentivos elementares como a comercialização da produção. As tentativas da EMBRAPA em ajudar a agricultura angolana têm esbarrado com obstáculos difíceis de entender. Os governantes angolanos não valorizam a agricultura familiar porque não a conhecem e porque têm uma concepção errada sobre desenvolvimento.

Com a nomeação do antigo ministro da Agricultura de Lula para o cargo de Director Geral da FAO, pensou-se que as coisas poderiam mudar, e o Executivo angolano pudesse mostrar-se mais interessado. Engano. Não só se deu pouca importância ao prémio outorgado pelo facto de Angola ter sido considerada em 2013 um bom exemplo na luta contra a fome - muito discutível se tivermos em conta dados objectivos como a divulgação pela FAO, em Outubro de 2010, de um relatório que colocava Angola entre os 22 países onde "a incidência da fome é alta e persistente", pelo facto de, entre outras razões, terem uma administração pública débil e atribuírem baixa percentagem dos respectivos orçamentos à agricultura, bem como o de que se tem acentuado o decréscimo das verbas atribuídas ao sector agrícola nos últimos oito anos, como escrevi nesta coluna em Fevereiro de 2013, nem ao evento de Addis Abeba de Agosto do mesmo ano, onde Lula esperava que Angola estivesse representada ao mais alto nível e apresentasse a sua experiência no combate à fome, nem sequer se colocou na agenda política o facto de 2014 ter sido designado Ano da Agricultura Familiar.

Penso que este contexto pode ter levado Lula a dizer o que disse na conferência da semana passada em Luanda. Para alguns angolanos dolorosamente poucos que têm lutado por um desenvolvimento mais adequado e digno, Lula não disse nada que não tenha sido já dito por eles. Na verdade, não é apenas o facto de vermos a cada ano que passa cortes sucessivos às verbas da agricultura no OGE. É também sentirmos um alheamento tão grande em relação às populações que continuam a viver do modo em que vi-o vem num país que se considera a si próprio erradamente. Como agora se sabe - um dos que mais cresce no mundo. É sentirmos o pouco interesse na resolução dos problemas das populações rurais que, desesperadas, procuram nas cidades soluções para os seus problemas. É sentirmos como o país trata a questão das irregularidades climáticas e suas consequências.

Penso para mim mesmo como tudo seria diferente se 10% da propaganda com as realizações do Executivo fosse substituída por matérias que tivessem a ver com a motivação de todos os angolanos para a luta contra a fome e a pobreza, afinal, a par da corrupção, os principais problemas do povo. Como tudo seria diferente se o Presidente da República desse o exemplo, não digo já a fazer o que Lula sugeriu, isto é, assumir essa luta pessoalmente e cobrar todos os dias aos ministros o cumprimento das suas responsabilidades, mas apenas a falar mais do assunto nos seus discursos, pois sabe-se que um discurso do Presidente em Angola tem mais valor do que uma lei. Isso seria interpretado como uma expressão de vontade política. E afinal isto até está no programa político e de Governo do MPLA e na Estratégia 2025.

Lula afirmou que a pobreza deixou de ser um problema social, para ser um problema de ética. Concordo, mas acrescentaria que se trata também de um problema de ética. Ou de ética política. Por isso penso que não serão possível acabar com ela em Angola, no Brasil e no mundo sem que se combata a corrupção e se ponham os interesses dos povos acima dos interesses e dos negócios dos políticos.

2. MICROFINANÇAS

2.1 A prática da “Kixikila”

Jornal Economia
02 De Maio de 2014

Ausência de filas de espera, dos processos burocráticos, do favorecimento, da corrupção, assim como a não existência e a não dependência de sistemas de comunicação bancários ou dos sinais da internet, constituem também elementos que motivam as pessoas a aderirem à "kixikila". Os exemplos do dia-a-dia levam-nos a crer que a "kixikila" tem sido uma "espinha dorsal" das actividades económicas informais da maior parte das famílias. Porquanto, como nenhum estabelecimento bancário ainda que suficientemente líquido, está disponível em sacar do seu bolso, os kwanzas a favor de um agente informal, por não possuir estatuto jurídico-económico legal; por não pôr em papéis A4 o "hoje" e o possível "amanhã" do seu negócio, é o mesmo dizer da elaboração e análise do projecto empresarial e por ser portador de elevados riscos de vencimento de crédito bancário. Por conseguinte, como a necessidade de reiventação é inevitável nas actividades comerciais as pessoas apercebendo-se das suas limitações bancárias jogam a "kixikila", ou seja, acorrem à sua prática. Não obstante a sua informalidade e de constituir passos em falso para a sustentabilidade de qualquer economia, tem de facto adiado a aposentadoria das cozinhas.

A prática da "kixikila" é um termómetro que pode ser usado para avaliar o grau de competitividade e de credibilidade das nossas instituições bancárias e o nível de educação e saúde financeira dos cidadãos. Tal como sabemos, erradicar qualquer problema, não pressupõe acautelar-se das suas consequências ou eliminá-las, mas sim banir as causas do problema, depois de identificadas e analisadas. Embora a "kixikila" não contribua para o desenvolvimento macroeconómico do país, não é de mais lembrar que ela tem sido alternativa para muitas pessoas e ponte para o financiamento de curto prazo, de modo a que as pessoas, sobretudo as mais carenciadas possam reinventar as suas carteiras de negócio e poderem sobreviver.

Não é menos importante, evidenciar a si, prezado leitor, que o artigo em questão, está longe de ser uma ferramenta de incentivo à "kixikila", pois é um convite à reflexão sobre o fenómeno, através dos cenários causais e consequências da sua prática. As necessidades básicas quando são urgentes e sob pena de perigar a nossa existência asfixiam o ideal e a

alternativa, vulgo opção B, corrompe a opção A e ganha a aderência.

Suponhamos que todos nós decidamos abraçar a prática da "kixikila" em detrimento dos créditos bancários, os bancos não teriam razão de ser e fechariam as portas. As instituições financeiras são, de facto, os lugares ideais para a conservação e gestão de moedas, por via das quais, o dinheiro cresce e as suas características físicas são melhor acauteladas. A prática da "kixikila" é um instrumento financeiro que acarreta altos riscos frequentes de retorno, pois, poupar dinheiro fora da rede bancária acarreta um alto grau de incerteza, na medida em que são criadas através de contratos informais. O mesmo instrumento motiva a redução ou abrandamento dos depósitos à ordem e, essencialmente, à prazo, incentiva a redução da demanda de produtos e serviços bancários e reduz a capacidade de liquidez dos bancos. Diante destes cenários, os bancos não poderão financiar investimentos e a taxa de desemprego poderá acelerar esse nível, e neste caso, a economia não tem pernas para andar!

2.2 Investimentos no Cunene: BUE financia projectos

Jornal de Angola
02 De Maio de 2014

O Balcão Único do Empreendedor (BUE) financiou, nos municípios do Cuanhama e Namacunde, província do Cunene, 415 projectos, desde 2012.

A Delegação Provincial da Justiça informou que foram disponibilizados 142.454.305,00 kwanzas para o desenvolvimento de pequenos negócios, nos diversos ramos de actividade económica.

Entre os beneficiários contam-se, além de jovens empreendedores, 97 ex-militares que vêem assim a concretizado o sonho de realização do próprio negócio.

Aguardam financiamento 1.204 processos remetidos ao BUE nos municípios de Cuanhama e Namacunde. O programa do BUE serve para o fortalecimento dos micros empreendedores, dando garantia de continuidade e fortalecimento financeiro aos pequenos negócios, através da concessão de microcrédito. A província do Cunene conta com duas lojas BUE em funcionamento, enquanto outros dois aguardam pela inauguração.

Sector das pescas

O Instituto para o Desenvolvimento da Pesca Artesanal (IPA) no Cunene necessita de pelo menos 20 técnicos para o exercício de fiscalização da pesca artesanal a nível dos seis municípios da província. O responsável do IPA no Cunene, João Gaspar Lucas, referiu que o sector enfrenta dificuldades ligadas à falta de meios de transporte para deslocação dos técnicos às zonas d pesca. João Gaspar salientou que maior parte dos pescadores na região não tem experiência para prática desta actividade, utilizam do, nalguns casos, redes mosquiteiras, que trazem consigo substâncias tóxicas, e redes finas adquiridas na Namíbia, permitindo arrastão de peixe miúdo e de ovas. O sector das pescas controla 220 embarcações, distribuída por 49 cooperativas a nível dos municípios de Ombadja, Cuvela e Cuanhama.

O crédito recebido está orçado em 27.735.680 kwanzas, mas deste valor foram reembolsados apenas 506.000 kwanzas ao Banco do Comércio e Indústria (BCI).

O responsável da UNACA disse que cada beneficiário usufruiu de um valor que varia de 150 mil a 400 mil kwanzas, para a aquisição de gado bovino para fomento e de tracção, charruas e motobombas, estas últimas arrastadas pelas cheias do rio Halu, em Abril de 2013.0 Comité de Pilotagem e Gerência do BCI reúne-se hoje em Caimbambo para analisar a situação que perdura há já dois anos.

2.3 Camponeses recebem crédito

Jornal de Angola
05 De Maio de 2014

O Banco de Comércio e Indústria (BCI) vai disponibilizar, nos próximos meses, cerca de 200 milhões e meio de kwanzas, destinados ao crédito de campanha agrícola dos camponeses associados em cooperativas dos municípios do Quela e Cangandala anunciou o presidente da instituição bancária.

Filomeno Ceita disse, durante um colóquio sobre educação financeira, realizado em Malanje, que numa primeira fase vão ser contemplados, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, 430 camponeses. Para tal, o banco vai trabalhar em parceria com instituições do ensino superior e algumas ONG para a segurança do projecto.'

2.4 Crédito agrícola sem reembolso

Jornal de Angola
12 De Maio de 2014

Beneficiários do crédito agrícola de campanha 2012, entre camponeses e pequenos agricultores, do município de Caimbambo, província de Benguela, num total de 147, enfrentam dificuldades para o reembolso bancário, como consequência da seca na região, disse à Angop o presidente da Associação dos Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias local.

Mateus Catimba disse que a estiagem assolou a região nos últimos três anos, provocando a morte de animais e impedindo o ciclo vegetativo de plantas.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Autoridades definem regras na venda ambulante

Jornal de Angola
02 De Maio de 2014
Texto: César André

A venda ambulante no casco urbano da cidade de Luanda está proibida e o exercício das actividades está sujeita a sanções. A medida tomada pelas autoridades é apoiada pela construção de novos mercados e o estabelecimento de locais apropriados.

A Comissão Administrativa da Cidade de Luanda publicou um edital em que identifica os locais e os horários em que é permitida a venda de produtos nos distritos urbanos.

O comércio ambulante também é proibido em -zonas próximas a igrejas, cemitérios, hospitais e a menos de 500 metros de estabelecimentos onde se comercializam os mesmos produtos.

Está também vedada a venda ambulante nas vias principais e arruamentos interiores dos bairros, quando impeçam ou dificultem o trânsito de veículos e peões.

Nos feriados, festas ou outros acontecimentos em que se preveja aglomeração de público, a Comissão Administrativa da Cidade de Luanda pode alterar os locais e horários da venda ambulante.

A norma refere ainda que existem lugares vagos nos mercados da cidade, além de se verificar abastecimento insuficiente em determinadas áreas, pelo que os vendedores podem aí fixar-se, após o devido registo nas administrações distritais ou dos mercados.

Mercados seleccionados

No Distrito Urbano do Sambizanga foram identificados os mercados municipais de São Paulo e Luta Continua e, no Kilamba Kiaxi, os dos Correios, Palanca, Lambada, Anangola, Sinha Moça, Bairro Popular, Catorze, Banga Wê e Tunga Ngó.

No Rangel, estão seleccionados os mercados do Rangel, Congolenses e Chapada, enquanto na Samba a venda deve realizar-se nos mercados da Mabunda e da

Mamã Graça. Na Maianga, foram escolhidos os mercados do Prenda, 10 de A- gosto e da Madeira.

A Comissão Administrativa seleccionou ainda no Distrito Urbano do Rangel, no bairro do Marçal, as ruas Louis Pasteur e João Corand Land (Gajajeira), e a rua do Minho, na Terra Nova.

No bairro Morro Bento (Samba), a venda pode ser feita nos quintais localizados na rua da Jonce e adjacente à Ecocampo.

No bairro do Morro Bento 11, foi indicado o quintal localizado no sector D, quarteirão cinco, e no bairro do Inorade, a rua por trás do Instituto Superior de Ciências da Saúde.

Ainda no distrito da Samba, no bairro do Embondeiro, foi identificada a rua por trás da Clínica Multi-perfil (ex-mercado Mamã Graça). No bairro da Camuxiba foi determinado o espaço do largo da vala (antigo estaleiro da Odebrechet) e mercado do peixe.

No Sambizanga foi escolhido o Largo da CAOP, a rua da Pracinha, o Largo dos Feiticeiros, e as praças de Calucinga e do Pombinha, no Santo Rosa.

Lugares disponíveis

O Governo Provincial de Luanda leva a cabo acções para alojar o maior número possível de vendedores ambulantes nos mercados da província. Em comunicado, referiu que, dos 64 mercados construídos, reabilitados e apetrechados, 25 estão em pleno funcionamento.

Há ainda a disponibilidade de inclusão de 56.521 vendedores, sendo 21.884 no Distrito de Belas, 14.800 em Cacucaco, 3.706 no Cazenga, 4.776 no Kilamba Kiaxi, 150 na Maianga, 455 no Rangel, 750 na Samba, 150 no Sambizanga e 9.850 no município de Viana.

Os vendedores interessados devem inscrever-se nas administrações dos municípios e distritos urbanos para o devido encaminhamento para os mercados mais próximos dos locais de residência.

Até à construção de mais unidades, as estruturas do poder local vão definir os espaços apropriados para a venda ambulante e feiras, destinados aos vendedores que não couberem nos mercados já existentes.

O Jornal de Angola constatou que, após alguma hesitação inicial, a adesão de vendedoras aos mercados oficiais está a crescer. A administradora do mercado do km 12, bairro da Estalagem, em Viana, Isabel Kijila, disse que foi feito um "aturado trabalho de sensibilização" junto das vendedoras para deixarem de

comercializar os produtos na rua. Com capacidade de Isabel KIII8 apela ao fim do comércio ilegal albergar quatro mil vendedoras, o mercado conta já com 2.771, número que está a aumentar.

Localizado na rua Beto Carneiro, ao km 12, o mercado possui uma dependência bancária, peixaria, talho, câmaras frigoríficas, armazéns para os produtos e até uma creche para os filhos das vendedoras.

No município do Cazenga, 113 vendedores de rua passaram a exercer a actividade no mercado do Hoji ya Henda e outros 240 vão para o mercado dos Kwanzas, disse o administrador do mercado da Luz, Inácio Morais.

"Vamos intensificar o trabalho de sensibilização para cumprirmos as metas preconizadas. Estamos satisfeitos com a colaboração e a participação de todos", disse.

O mercado da Africampos, construído há mais de um ano no bairro Tala Hady, começou a receber os primeiros vendedores ambulantes.

Moradores satisfeitos

Faustino Mally, residentes na Ingombota, disse à reportagem do Jornal de Angola que, com a retirada dos vendedores ambulantes das ruas, Luanda passa a ter uma nova imagem e acrescentou que a população deve entender que o objectivo desta medida é melhorar as condições de vida dos cidadãos. Os vendedores ambulantes, zungueiras e ardinhas ocupam os passeios e nalguns casos chegam a fechar ruas.

António Zamba disse que a medida devia ter sido tomada há mais tempo, no sentido de se pôr ordem na venda ambulante na capital e frisou que, além de questões ligadas à limpeza, os pequenos mercados são fonte de desordem pública.

O morador do bairro Margoso referiu que existem constantes desacatos entre moradores e vendedores, devido à ocupação de passeios, passagens áreas e viadutos, além do consumo de bebidas alcoólicas.

Celine Paquete, moradora do bairro da Samba, considera que, se o comércio é uma fonte de sobrevivência para muitos habitantes de Luanda, que este se faça em locais destinados a essa actividade, os quais existem e foram construídos com recursos públicos.

3.2 Mamadu's e Abdul's tiram sucesso às vendedoras nos mercados

Jornal Manchete

09 De Maio de 2014

Texto: Domingos Cachama

Segundo as mesmas, no passado havia sucesso nas vendas porque não se fazia sentir, exageradamente, a presença de tantos armazéns e lojas, como hoje, a venderem os mesmos produtos que elas.

Catarina Ventura, vendedora de açúcar e arroz no mercado de Kicolo, com quem tivemos a oportunidade de conversar, contou à nossa reportagem que hoje, ao contrário do passado, para conseguir vender os referidos produtos em quilos tem que fazer vários dias. "Durante cinco ou sete dias é o tempo que leva para a venda de um destes produtos, mas cada dia tem que fazer gastos correspondentes às três refeições do dia. Até todo o lucro ter sido consumido sem deixar qualquer percentagem," sublinhou com tristeza Catarina Ventura.

Josefa Vondila, também vendedora há mais de dez anos no mercado de Kicolo, referiu que consegue vender dando seus produtos em kilápis a pessoas tidas como clientes permanentes. Essas, segundo ela, podem levar um saco de cada produto, inclusive se estiver a vender também o óleo vegetal e massa alimentar com promessa de se pagar no fim do mês, já que é o tempo em que se esperam os salários.

Para Vondila, o referido sistema é uma regra de jogo com suas vantagens e desvantagens. "A vantagem consiste no facto de que o cliente leva uma boa quantidade em todos os produtos, ao passo que a desvantagem mora na demora da liquidação da dívida por parte do cliente, visto que, sem dinheiro também vai criando kilápis e quando recebe fica sem nada, porque as pessoas a quem deve também estão a espera", sublinhou com tristeza a nossa interlocutora. Por sua vez, Armanda Tomás, 38 anos de idade, dos quais onze a vender no mercado e sete a trabalhar como empregada de um casal, referiu que no passado o trabalho de vender já teve sucesso mas actualmente perdeu o seu impacto. "Hoje preferi empregar-me à uma patroa que me paga trinta e cinco mil Kwanzas mês, mais duzentos Kwanzas diários para o táxi", frisou.

Armanda Tomás que diz sentir-se bem pelo trabalho que faz referiu que com o referido sacrifício, embora pouco o que auferir, consegue ajudar o seu consorte

em termos de sustento familiar, bem como, o suprimento de mínimas necessidades.

Segundo a mesma fonte que temos vindo a citar, a maior parte daquelas que têm a venda nos mercados como única fonte da aquisição do seu pão de cada dia, com maior realce para as mães solteiras, que cedo partem para as suas bancadas, procuraram na cidade capital o trabalho de em- pregada só para não darem férias às suas panelas.

3.3 Amotrang esta a munir os condutores de cupatatas

Jornal A República
09 De Maio de 2014

Associação dos motoqueiros de transportadora de Angola, (AMOTRANG) está a munir os condutores de cupapatas de código de estrada, para evitar os acidentes nas estradas do país.

Numa ronda feita pelo jornal a República, constatou-se que nas estradas de Luanda, resista-se muitos acidentes de carros e de motorizadas; nas estradas se têm resultado muitas mortes e, por isso é que os motoqueiros estão a ser munidos de códigos de estrada e do uso do capacete. Chingui António, disse que esta iniciativa é boa, para serem munidos de novo código de estrada, para evitar os acidentes, e, com isso, o uso de capacete e o conhecimento das regras de trânsitos. Nós os motoqueiros temos sido os mais visados quando há acidente na estrada, ceifando muitas vidas. Ainda aquele motoqueiro garantiu que com essa iniciativa da associação de motoqueiros que é de louvar, este trabalho será vantajoso", disse Chingui António.

Fernando João, disse que está satisfeito com esta iniciativa, da, Amotrang, por ter criado este projecto de munir os condutores de cupapatas de técnicas do código de estrada nas escolas de condução, para que todos motoqueiros de Angola possam ter carta de condução, e o uso de capacete para evitar acidentes nas estradas do país, disse Fernando João.

O presidente da Amotrang Bento Rafael, disse que o objectivo da associação é encartar todos os motoqueiros de Angola para evitar acidentes nas estradas, capacitando os seus utentes, disse Bento Rafael.

3.4 Governo não tem estratégia para a distribuição dos produtos agrícolas

Jornal A República
09 De Maio de 2014
Texto: Ngongolo Wende

Nesses dias que passam, camponeses há que se deslocam do interior do país para venderem os seus produtos agrícolas, em Luanda, rio intuito de conquistarem dinheiro para atender as suas preocupações sociais e económicas. E assim que as praças do trinta, Kikolo e dos Kuanzas têm recebido, com frequência, esses produtores que muito fazem para que os seus artigos comestíveis chegam aos compradores que, posteriormente, fazem chegar aos consumidores. As províncias do Bengo, Cuanza-Sul, Cuanza-Norte, Benguela, Uige e do Huambo, apresentam-se como aquelas que mais se têm destacado no escoamento dos produtos e, concomitantemente, onde os camponeses mais tomavam a dianteira para que os mesmos não apodreçam nos seus campos de cultivo. Por isso tudo fazem para atingir Luanda, local onde a procura continua fértil tendo em conta o número de consumidores e de habitantes, ávidos em adquirir os respectivos produtos que, a maior parte das vezes, chegam à esta cidade por consignação. Quer dizer, por acordo, entre o produtor e o camionista que, só depois da venda é que os camponeses pagam o frete aos homens da estrada. Raras vezes conseguem dinheiro para pagar o carregamento lá no local. Eles, tudo fazem para que os seus produtos não se estraguem no campo. No entanto, para se inteirar dessa realidade por que passam esses camponeses, que nunca têm braços a medir quando se trata de trabalho, A República foi a esses mercados para saber como andavam as coisas nessa matéria. Felisberto Mangunda, camponês há mais de trinta e dois anos, disse à nossa reportagem que sempre que os seus produtos estejam prontos para vender, com antecedência, telefonava para o seu filho, em Luanda, que no momento devido fazia a concertação com o proprietário do camião de carga no intento de ir buscar o produto. "Sempre que tenho os meus produtos já prontos, telefono para o meu filho, que se encontra em Luanda e, com segurança, ele trata de levar o camião que vai buscar os produtos. Não espero por mais ninguém aqui no Waku Kungu, porque o governo só fala, mas eu não vejo nada. Se fosse esperar o governo morreria de fome"!-sentenciou o ancião.

A nossa reportagem ouviu também Manuel Kialembé, camponês há nove anos, que começou por dizer A

República, que tinha muitas dificuldades de escoar os seus produtos, porque as vias que davam acesso à sua fazenda encontravam-se em condições precárias, facto que o levou a fazer uma semana de árduo trabalho para que pudesse chegar à Luanda, usando os préstimos de três amigos que o têm valido muito, para que os mesmos não se estraguem no campo. " Eu conto muito e sempre com três amigos sinceros que comigo fizeram a tropa. Em Luanda não encontrei emprego, nos dois anos que cá estive falar no anonimato, que afirmaram que a situação não era um mar de rosas porque havia ou há ainda muitos constrangimentos e dificuldades para que tudo corresse na normalidade, e que ainda devia levar algum tempo para que o governo pudesse cumprir com as suas obrigações. O sol já se escondia no horizonte, e os vendedores e vendedoras, incluindo compradores e clientes já abandonavam o local, fazendo com que a nossa reportagem terminasse, depois de mais uma jornada laboral em benefício dos caros leitores.

3.5 Governo Provincial de Luanda, não tem capacidade de acabar com as oficinas de rua

Jornal A República
09 De Maio de 2014

É visível a expansionismo de varias oficinas de rua na Cidade de Luanda, a desordem de implantar este tipo de negócio, na nossa cidade, é bastante atractiva porque, as autoridades de fiscalização da Província, não se opõem, muito menos, multam ou rebocam viaturas inanimadas, porque do ponto de vista dos fiscais, não lhes é benéfico interpelarem viaturas avariadas, os Donos das viaturas, não têm necessidade de pagar na altura, por não terem tanta indispensabilidade do veiculo, por este estar estragado ou avariado. Ou seja, os fiscais só intercedem em viaturas em bom estado de funcionamento e, de preferência, veículos com imagem do seu usuário ser indivíduo de extracto social, acima da média, para coagir os respectivos proprietários, a pagar as multas altíssimas, lhes é benéfico, porque entram em negociações vantajosas, do ponto de vista do dinheiro em queixe, pagas no momento e levas o seu carro, ou ficas sem ele.

3.6 Ganhar com funje à cabeça

Jornal Acapital
10 De Maio de 2014
Texto: Manuel Alberto

Lá vão elas, lá vão elas. As mensageiras da gastronomia, agora rara nos restaurantes. Nas bacias e nos cestos que transportam levam panelas forradas com panos, para proteger os alimentos.

Mas de onde partem estas mulheres? Exactamente de sítios como o de dona júlieta Abel, 48 anos. Ela é proprietária de uma cozinha de natureza comunitária, encalhada nas entranhas do bairro da Madeira, também conhecido por jumbo, distrito da Maianga.

Dedica-se a este trabalho há sete anos, fruto de outros 11 anos que, segundo nos contou, trabalhou como cozinheira numa empresa. Só que, depois ficou doente por muito tempo. Perdeu o emprego.

"Acabei ficando em casa. Daí, optei por abrir a minha própria cozinha em casa, onde confeccionava vários pratos ao gosto dos angolanos, e não só", nessa altura, adiantou que os seus potenciais clientes eram os jovens que se dedicavam à venda de telefones, ali no já destruído prédio da Angola Telecom, para além das kinguilas.

"Eram cerca de 20 à 25 clientes", nada mau e, o número foi subindo, a medida em que as próprias filhas iam vendendo.

Mais tarde, a natureza do negócio mudou quando começaram a aparecer mulheres de Benguela, solicitando emprego. Dona júlieta viu nisso uma oportunidade para superar a média de vendas.

"Quando as senhoras apareceram a pedir trabalho, não lhes neguei. Daí surgiu a ideia de fazer a comida e dar a elas para venderem nas kinguilas do jumbo e da Macambira que já eram minhas clientes", contou, ao acrescer que durante um mês de venda, já com a mão das benguelences, o número de clientes subiu para 170, mais 75 outros que encomendam comida semanalmente.

"Sirvo, semanalmente, para 50 funcionários duma obra no Exército bem como para 25 generais", totalizou.

A sua mão de obra, as senhoras de Benguela como as trata, vão ao encontro 'tios fregueses, carregando a comida à cabeça. Geralmente, onde encontram um cliente, servem as refeições em embalagens, sendo que o preço varia de 250 a 300 kwanzas, a bitola.

Kínguilas, seguranças de agências bancárias e guardas de algumas empresas, trabalhadores de oficinas e de obras, bem como alguns transeuntes engrossam a clientela de dona Julieta.

"Não têm destino fixo. A medida que elas circulam pelas ruas, as pessoas vão solicitando a comida. Elas vendem normalmente e, continuam o percurso", registou esta mulher, nada menos que uma empreendedora no anonimato.

"Alguns clientes deixam os cartões de visita com as suas empregadas com contactos, para, posteriormente, solicitarem os seus serviços", lembrou Julieta, que destaca a rentabilidade do negócio.

"Está a crescer e já dá para sobreviver. Tem dado para sustentar os meus filhos e pagar os estudos deles", revelou, sublinhando que só possui uma empregada a quem paga mensalmente. As senhoras ambulantes, disse, paga ao dia, consoante as vendas de cada uma.

Apesar de o número de solicitantes estar a crescer, Julieta, lembra que há dias em que a comida volta. E, atestou, quando assim acontece, conserva-se para o dia seguinte.

"Há muitos prejuízos.

Muitos altos e baixos, mas não se deve desmoralizar", minimizou, concluindo que fruto dos pedidos e dos projectos que tem em carteira, já pensa em pedir um empréstimo ainda que bancário, para ampliar a sua cozinha.

Faltam recursos

Quem também se dedica a esse tipo de trabalho é a senhora Domingas Vieira Ngunza, 55 anos. No mesmo bairro que Julieta ela tem uma cozinha comunitária. No caso dela, avançou, começou o trabalho com incentivo da filha.

"A minha filha no princípio decidiu abrir uma cozinha aqui em casa. Na altura, dedicava-me à venda de tomate, fuba e outras coisas", porém, depois de um tempo a filha desistiu e ela deu continuidade.

Tia Mimi, como é chamada pelos mais próximos, disse que os primeiros clientes a saborearem a sua comida foram os trabalhadores da Odebrecht que faziam uma obra próximo do bairro. E como o número de interessados aumentou, o trabalho da cozinha cresceu.

Mimi tem clientes direccionados, designadamente kinguilas, funcionários das obras de construção e seguranças. Para o efeito ela emprega oito senhoras benguelenses que andam com as refeições à cabeça,

em bacias cestos, ao encontro dos clientes bem identificados e não só.

"Elas também têm os seus clientes", observou dona Domingas Ngunza, reforçando que as senhoras só começaram a sair à rua por causa dos clientes que têm espalhados cidade adentro.

"Elas recebem um ordenado diário, consoante a venda", justificou.

Diferente da senhora Julieta, tia Mirni tem passado por algumas dificuldades para manter a sua cozinha, pois não tem suporte financeiro que lhe garante estabilidade.

"Tenho passado por algumas dificuldades financeiras. Às vezes há falta de dinheiro para fazer a devida compra para o dia seguinte", fruto dessa dificuldade para a confecção dos alimentos muitas vezes depende. "Preciso de apoio para desenvolver a minha cozinha", concluiu.

De acordo as nossas interlocutoras já há muitas senhoras a se dedicarem a esse tipo de trabalho e que algumas se dedicam na confecção de alimentos para os passageiros que fazem as suas viagens no período nocturno.

Predomina a ementa destas senhoras o funje de carne seca, de galinha de moamba, de calulú, peito alto, feijão de óleo de palma, arroz de cenoura com peixe frito ou grelhado e mufete, variavelmente vendidos ao preço de 250 kwanzas ou 300 kwanzas.

3.7 Mais espaços para a venda de produtos agrícolas

Jornal de Angola

13 De Maio de 2014

Texto: Alfredo Ferreira

Agricultores da comuna do Úcuá, município do Dande, Bengo, têm agora mais espaços para escoamento e comercialização dos produtos agrícolas, como batata-doce, milho, mandioca, macunde, Inhame e ginguba, que estão expostos num mercado Improvisado, ao lado da Estrada Nacional n21 00.

Além do mercado do Úcuá, os agricultores, organizados em cooperativas, como os da "Incontável", vendem também os seus produtos no mercado do Sassa Povoação e espaços de Luanda.

Deolinda António, uma das comerciantes no mercado do Úcuá, que tem vendido vários produtos que colhe

na sua lavra, disse que a batata e a mandioca têm mais saída, principalmente junto de clientes oriundos de Luanda.

Maria Eduardo, que também vende os seus produtos no mercado, pediu à Administração para melhorar as condições do mesmo, pois, acrescentou, "mesmo improvisado, o local é apropriado, devido à visibilidade que tem".

O mercado tomou-se paragem obrigatório, devido aos quitutes da terra que são confeccionados na região e que levam as pessoas que viajam entre Luanda e o Uíge a ali fazerem as suas refeições.

A administradora adjunta, Maria Gomes, disse que para o aumento da produção e diversificação da economia é necessário incrementar outros mecanismos, no sentido de se produzir mais e consumir o que se produz na região.

De acordo com a administradora, o comércio constitui um elemento fundamental na criação de uma estrutura económica moderna, devido à sua influência significativa na estruturação da província.

A administradora Maria Gomes aconselhou os camponeses associados em cooperativas a procurarem os serviços bancários para obterem créditos e honrarem os com- promissos a assumir, de maneiras a ganharem confiança junto das instituições bancárias.

O aumento da produção passa pelo investimento em máquinas para a preparação das terras, uma vez que todo trabalho de campo é praticado manualmente.

Durante o ano de 2013, a cooperativa "Intocável", que tem mais de 2.410 camponeses, conseguiu colher mais de uma tonelada de mandioca e meia tonelada de milho. Em 2012 a safra foi de 50 sacos de mandioca e igual número de milho, fruto da seca que assola a região, há mais de cinco anos.

Acomuna do Úcua tem uma superfície de 1.606 quilómetros quadrados e uma população calculada em dez mil habitantes. A região é potencialmente rica em madeira, café, palmares e burgau. A administradora adjunta, Maria Gomes, acrescentou que na região estão em curso diversas acções de impacto social, que visam melhorar a qualidade de vida da população.

Das obras em curso, segundo Maria Gomes, destaque para a construção e reabilitação de postos médicos, centros de saúde e escolas.

3.8 Venda nas ruas. Ambulantes desobedecem ordens da CACL

Jornal Agora

16 De Maio de 2014

Texto: Francisco Bussolu

Durante a semana, o Agora confirmou a venda-ambulante em massa nas zonas dos Congolenses, São Paulo, Ngola Kilwanje, Lweji-Akonda, aeroporto doméstico, Morro Bento e outras artérias da cidade de Luanda. As mulheres e as crianças são os principais rostos deste negócio.

Zungueiras ouvidas pela nossa reportagem justificaram a sua posição, salientando que nas ruas os seus produtos são adquiridos com maior rapidez do que nos mercados fechados, indicados pelas autoridades no Sambizanga, Cazenga e Kilamba Kiaxi.

Os vendedores residentes no distrito do Rangel explicaram que as ruas autorizadas para a venda, nomeadamente a Louis Pasteur, João Corand Land (Bairro Marçal) e Minho (ferra Nova, para o distrito urbano do Range), não satisfazem as expectativas comerciais, pelo que são obrigados a frequentar as ruas do distrito da Samba.

Já os ambulantes residentes no distrito da Samba, cujos locais autorizados para a venda, compreendem os quintais localizados na rua da Jonce, Ecocampo (Morro Bento I), sector D, Quarteirão Cinco (Morro Bento II), zona por detrás do Instituto Superior de Ciências da Saúde (Bairro Inorade) e espaço adjacente à Clínica Multiperfil (Ex-Mercado da Carne, Mama Graça - Bairro Embondeiro), se queixam da falta de saneamento básico, assalto à mão armada e violações às mulheres grávidas.

Ermelinda Tomás, de 40 anos, disse que esta situação pode provocar o retorno às ruas de São Paulo e às zonas do Congolenses, onde é notória a prática da venda ambulante de forma massiva nas estradas e passagens aéreas. Esta vendedora, que se encontra na 'zunga' há cinco anos, fez saber que muitas das suas colegas não estão a obedecer ao instrutivo da CACL, em vender somente nos locais indicados, pelo facto de estes locais serem fechados, restritos e desconhecidos pelos clientes.

Vale referir, igualmente, que a (CACL) autorizou também, no passado mês de Abril, a venda-ambulante no espaço ao longo da vala do antigo estaleiro da Odebrecht e Mercado do Peixe, no distrito da Samba, onde os ambulantes se encontram em número reduzido e dizem ser coagidos por jovens

desconhecidos, a fim de pagarem uma taxa, sempre que preferirem montar as suas bancadas.

Susana Lopes, mãe de cinco filhos, moradora do Sambizanga, fez saber ao Agora que tem sido um sacrifício estar nos locais indicados pela Comissão. "A venda-ambulante é dinâmica, e é necessário percorrer por diversas zonas de Luanda, à procura de quem nos possa comprar alguma coisa para os filhos em casa. Sentados às bancadas, vendemos pouco e sofremos mais. Com isso, também os nossos filhos sofrem. Não é isso que queremos para eles".

No Sambizanga, foi indicado o bairro Operário, o largo Caope, as ruas da Pracinha Santo Rosa, Gilo, Largo dos Feiticeiros, praças da Calucinga e Pombinha (Sambizanga-Sede).

A venda-ambulante pode, igualmente, ser exercida legalmente nos mercados do São Paulo, Luta Continua (distrito urbano do Sambizanga), Correios, Palanca, Lambada, Anangola, Sinha Moça, Bairro Popular, Cartoze, Banga Wé Tunga Ngó (Kilamba Kíaxi), Rangel, Congolenses, Chapada (Rangel), Mabunda, Mama Graça (Samba), Prenda, 1 de Agosto e Madeira (Maianga).

A Direcção Provincial da Fiscalização de Luanda, ouvida pelo Agora, considera a posição dos vendedores ambulante um desafio às ordens legais, quer da Comissão, quer do exercício da fiscalização em mantê-los distantes do perímetro proibido à venda. Segundo a fonte, "medidas duras serão aplicadas aos que continuarem remetentes com a venda-ambulante nos locais proibidos".

3.9 Informais com metade das importações

Novo Jornal

23 De Maio de 2014

Texto: Ernesto Gouveia

A APLICAÇÃO de novas leis para importação e comercialização de viaturas, resulta alegadamente, da criação de novos hábitos na respectiva aquisição, sobretudo nos ligeiros. Diante de um cenário mais competitivo onde de um lado estão as concessionárias oficiais, com todas as garantias dadas a quem compra, e do outro os comerciantes do sector informal que, diante das desvantagens socorrem-se de outros meios ao seu alcance para manterem-se na corrida.

A luta entre estes dois sectores, diante de um cenário em que vigora a Nova Pauta Aduaneira, leva muitos a

crerem que as vantagens estão do lado das concessionárias respaldadas pela banca e capazes de assegurar serviços-pós-venda.

Felisberto Calunga começou há muito com a comercialização no sector informal, a vender carros usados. Mas não cumpria uma série de procedimentos a começar pelas exigências fiscais, designadamente a legalização do negócio, situação que lhe trouxe alguns amargos de boca no exercício da actividade, por exemplo, quando a Polícia Económica lhe batia à porta.

Com o tempo e a aplicação de novas leis, sentiu necessidade de se adaptar à realidade para evitar males maiores. A experiência acumulada e a correcção de erros passados permitiu-lhe ser hoje um dos que domina o sector, entre o mercado informal, ao dedicar-se à venda exclusiva de viaturas zero quilómetros.

Para ele há muitas vantagens em trabalhar no sector informal. A começar na relação com o cliente, o que lhe permite desenvolver uma relação de maior proximidade, ao mesmo tempo que o seu investimento é direccionado para o interesse do comprador. Ao partir da ideia de que há um serviço personalizado em que as viaturas são encomendadas e escolhidas a dedo, num custo que satisfaz o comprador e não prejudica quem comercializa.

Questionado sobre como encara novo cenário decorrente da aplicação da nova Pauta Aduaneira, mostra-se apreensivo. Em sua opinião isso só trouxe vantagens para as concessionárias oficiais das marcas, uma vez que muitas delas, ao contrário do sector informal têm o respaldo de instituições financeiras que aliviam o "sufoco" que poderiam vir a sentir, além de poderem assegurar, por exemplo, um serviço pós-venda inexistente para quem compra no mercado informal.

Para contrabalançar essa desvantagem se em relação, por exemplo à venda através do recurso ao crédito bancário, como acontece com as concessionárias oficiais, o sector informal socorre-se de outros mecanismos, nomeadamente o conhecimento do cliente permite-lhe fazer uma venda "a três ou quatro prestações, acordada com o comprador".

Pese embora este cenário, a realidade é que até ao momento pelo menos metade do total de importações é dominado pelo sector informal, segundo dados avançados ao NJ pelo Presidente da Associação dos Concessionários de Equipamentos de Transportes Rodoviários de Angola.

Nuno Borges lembrou que a tomada de medidas pela governação, designadamente através da aplicação de nova legislação, veio influenciar o aumento de vendas de veículos novos, principalmente os de baixa cilindrada e os de transporte de pessoas.

Defendeu que a associação aposta na sensibilização do Governo, para que este dê preferência aos Concessionários oficiais uma vez que são investidores de longo prazo podendo inclusive alguns evoluir para linhas de montagem em Angola.

O gestor calcula que o comércio de automóveis novos gera um volume de negócios calculado na ordem de 1,5% do PIB [cerca de 1,6 mil milhões de dólares.

Cerca de 30% deste valor será referente a impostos, mão de obra e outros componentes locais.

De acordo com a sua opinião, as leis impostas e agora actualizadas têm exigências às quais algumas empresas, eventualmente "não terão capacidade de aderir".

Questionado sobre as vantagens dos importadores paralelos quanto à nova Pauta Aduaneira, o também responsável da Toyota de Angola é de opinião que este documento não coloca os importadores paralelos em situação desvantajosa e que a fuga ao fisco é cada vez mais difícil, uma vez que as alfândegas conhecem os custos das viaturas dos concessionários oficiais, podendo sempre recorrer a estes para avaliar outros importadores.

Numa recente entrevista concedida ao Novo Jornal, o Presidente do Grupo NPaxe considerou que tudo passará pela forma como cada um se movimenta nesse mercado que está cada vez mais concorrido.

Novidades Paxe defendeu que é uma fase que será transposta porque nem tudo é feito de desvantagens, sobretudo para as empresas do sector informal, alguns dos quais funcionam já com autorização das concessionárias.

HYUNDAI LIDERA VENDAS

No que toca as garantias dadas pelo fabricante, através dos importadores oficiais, Nuno Borges asseverou que isso dá ao cliente uma grande segurança, porque está protegido pela marca, o que não acontece em mais nenhuma situação.

Quanto à liderança de mercado, a lista aparece encabeçada pela coreana Hyundai, logo seguida das japonesas Suzuki e Toyota.

A Cosal (representante oficial da Hyundai 'para Angola) registou um crescimento nas vendas de cerca de 5,8 por cento e já tinha encerrado 2012 na liderança entre as concessionárias que mais venderam, superando empresas que comercializam mais de uma marca, como a TDA, Angolauto, Imporáfrica e Drive Angola.

Esclareceu ainda que, apesar de o mercado de veículos de passageiros de pequena cilindrada ter passado a ser o preferido dos clientes (o acesso ao crédito está agora mais limitado, inviabilizando a compra de outro tipo de veículos) apontou uma queda nas aquisições de automóveis com recurso ao crédito bancário na ordem de 20%, comparativamente com anos anteriores.

REGULAMENTOS

Segundo a publicação oficial do Conselho Nacional de Carregadores, o novo regulamento da actividade de importação, comércio e assistência técnica a equipamentos rodoviários veio introduzir alterações significativas no que concerne ao período de duração dos alvarás, assim como relativamente aos requisitos a serem cumpridos para a aprovação de marcas e modelos, procedendo ainda à introdução de um formulário específico para efeitos de importação de equipamentos rodoviários para uso próprio.

O alvará para o exercício da actividade de importação, comércio e assistência técnica a equipamentos rodoviários passa a ser concedido por um período de 1 (um) ano e não de 5 (cinco) anos como anteriormente.

Mantêm-se as regras de solicitação do alvará pelos interessados no exercício da actividade em questão, sendo o alvará válido em todo território Angolano.

Há ainda a "acrescentar 'a determinação, segundo o qual podem ser importados equipamentos rodoviários, para uso próprio, por pessoas singulares ou colectivas, desde que anexem ao processo de licenciamento de importação; uma declaração de empresa licenciada para o exercício da actividade de importação, comércio e assistência técnica a equipamentos rodoviários, em como a mesma se responsabiliza pela garantia da prestação de serviço de assistência pós-venda aos equipamentos a importar.

Esta declaração apenas é válida após ser visada e autenticada pela Direcção Nacional dos Transportes Rodoviários.

3.10 Mercado informal ganha espaço

Novo Jornal

23 De Maio de 2014

Texto: Faustino Diogo

O SISTEMA INFORMAL de envio de divisas para fora do país está a ganhar espaço no mercado. Em algumas zonas da capital vão surgindo locais onde é possível mandar dinheiro, sobretudo dólares, para países como China, Vietnam, Mali, Senegal e outros.

Na zona do Cassenda, o negócio que começou com o envio de dinheiro a familiares de malianos que vivem em Angola foi ganhando proporções e hoje o serviço já chega à Ásia.

"Há seis anos só fazíamos isto para o nosso país. Mas depois começaram a vir uns pedidos para China e Vietname. Mas como não tínhamos ninguém aí para trabalhar connosco ainda demorámos", explica, sob anonimato, o responsável do estabelecimento do Cassenda.

Devido à procura, o serviço foi crescendo e, para satisfazer também a vontade daqueles que queriam enviar dinheiro para China, e com a ajuda de alguns familiares, foi possível estender este sistema informal para China e Vietname.

Agora também já mandamos dinheiro para China e Vietname. E é seguro", avança o nosso interlocutor.

Para "despachar" o dinheiro, o utilizar do "serviço" paga uma comissão pelo montante a enviar, ou seja, por cada 100 dólares são descontados seis a favor do comerciante.

"Os nossos clientes pagam seis dólares de comissão por cada 100 e recebem na hora o dinheiro no país de destino com toda a segurança", conta, com tranquilidade, a nossa fonte que garante existirem muitos utilizadores, sobretudo os negociantes que vão à China.

"Muitos dos nossos clientes querem as coisas rápidas e sem muitas complicações. Por isso é que nos procuraram. As angolanas que vão comprar coisas na China e no Vietname vêm todos os dias", explica.

O dinheiro do depósito aqui é recebido no destino onde apenas é exigida a confirmação do nome do receptor que foi dado em Luanda, sem grandes burocracias.

O que acontece no Cassenda também é uma realidade no bairro Hoji-ya-Henda. Embora aqui os principais

clientes sejam os compatriotas do senegalês dono do sistema que garante privacidade a quem recorre os seus serviços.

"Só mando. dinheiro para o nosso país porque é lá que tenho também um escritório. Os meus colegas quando querem mandar dinheiro para a família vêm aqui porque muitos deles têm medo de ir ao banco", explica Mamadu (nome fictício).

Além da confidencialidade, a camaradagem reforça a ligação entre Mamadu e os seus compatriotas que, em caso de dificuldades, podem recorrer a este e pagar mais tarde com uma taxa maior.

"Quando não têm dinheiro para mandar fazem um empréstimo. E pagam mais de comissão. Por cada 100 dólares pagam dez", explica.

Do lado de quem utiliza estes serviços a confiança é total. De volta ao Cassenda. falámos com uma cidadã angolana que, de há uns anos a esta parte, recorre regularmente este método para enviar dinheiro para o exterior do país.

"A primeira vez que vim foi há dois anos. Tinha de mandar mais dinheiro para a minha irmã na China e uma amiga indicou-se aqui porque, pela empresa Western Union já tinha esgotado os 5 mil dólares mensais permitidos", conta descontraída, a cliente no Cassenda.

O sucesso da operação fidelizou a cliente que passou a usar o "esquema" com maior regularidade.

"Quase sempre mando dinheiro por eles e nunca tive problemas de maior. O máximo que me aconteceu foi não receber o dinheiro na altura em que o fui levantar na China, porque os dólares tinham acabado", adianta.

Esta situação é prontamente explicada pelo comerciante do Cassenda.

"As vezes os pedidos são muitos e dinheiro que eles têm para dar às pessoas acaba rápido e têm de esperar um ou dois dias", esclarece o comerciante, que se recusa a avançar os montantes que a sua casa transacciona diariamente.

"Não posso falar da quantidade do dinheiro. Mas é um bom negócio e também não mentimos a ninguém. Todos recebem o dinheiro que enviam", assegura.

3.11 Zungueiros solidários apostam na formação profissional

Revista VIDA

30 de Maio de 2014

Para melhor servirem a comunidade com as acções de solidariedade e melhorar as tarefas profissionais, o grupo de "Zungueiros Solidários" beneficiou de formação em várias áreas do saber.

A primeira acção de formação foi realizada no município de Kalandula, província de Malanje, e teve lugar no passado mês de Abril.

Durante a acção de formação, os participantes abordaram temas ligados à comunicação e responsabilidade social, técnicas básicas de comunicação, tecnologias de comunicação e comunicação em rádio.

No evento, além do grupo dos Zungueiros estiveram presentes dois funcionários da Biocom, dois da administração de Kalandula, igual número de representantes de uma unidade hoteleira local que se juntaram aos organizadores da acção formativa, perfazendo um total 15 formandos.

Segundo o responsável do grupo, Armindo Laureano, a formação teve como objectivo principal munir de ferramentas técnico- específicas os profissionais de comunicação social, particularmente os "Zungueiros Solidários" de Angola, para que o desempenho nos vários trabalhos que executam ao nível do grupo e nas instituições com as quais colaboram seja melhor direccionado e eficiente.

"No âmbito das nossas actividades enfrentamos vários desafios e temos de estar preparados.

Sendo assim, a nossa responsabilidade é cada vez maior com as comunidades.

Por essa razão, há necessidade de primar pela formação interna e a formação das comunidades que trabalham com os Zungueiros solidários de Angola", explicou.

Disse ainda que é importante passar a experiência profissional destes agentes de solidariedade aos membros da comunidade de Cacusó e de Kalandula, de áreas directa ou indirectamente envolvidas com questões ligadas à comunicação e imagem para que os mesmos também possam aplicar os conceitos básicos de comunicação no dia-a-dia.

DIVERSIFICAÇÃO DA ACTIVIDADE

Para além de ser um grupo de profissionais de comunicação social, que se entrega a acções de filantropia e solidariedade pelo país, após cinco anos de existência volta-se agora para novos desafios, sobretudo para formação destes mesmos profissionais e das comunidades que visitam. "No que diz respeito à formação sobre a Gestão do tempo, a acção formativa serviu para alertar os aspectos que devemos valorizar nas nossas vidas, de forma a atingirmos metas e o espírito de organização, investimentos pessoais com o propósito de aprender a gerir melhor o tempo", disse, Armindo Laureano.

Por seu turno, Dárdanos Santos, formador, referiu que "a melhor gestão do tempo começa quando damos valor à vida que passa pelas coisas por que nos apaixonamos e que faz realmente feliz e dá uma perspectiva de gerir o tempo", disse.

O formador disse ainda que "temos uma linha quantitativa e uma linha qualitativa para as pessoas perceberem que nem sempre a quantidade de uma agenda lotada é qualidade de vida.

Não ter tempo para nada é um forte indicador de que não estamos a caminhar para o sucesso ", afirmou.

Sofia Lucas, formanda, reconheceu a importância da formação profissional no grupo e diz que captou um conjunto de conceitos que podem ser usados como ferramentas essenciais no dia-a-dia do exercício como agente de comunicação social. Cita como exemplo o conteúdo explanado por até lá Henrique, jornalista portuguesa que focou normas de comunicação, aspectos básicos que um comunicador deve ter, técnicas específicas em comunicação, o poder das marcas e do marketing.

"Com estas formações faremos um melhor trabalho. Temos noção de que a nossa missão também deve ter o lado formativo, é um princípio para que futuramente as comunidades que servimos tenham um bem muito maior e o impacto surta efeito não só no imediato, mas a longo prazo, pois as necessidades a esse nível são inúmeras e o que hoje passamos a estes jovens eles poderão usar e passar também aos seus pares" salientou.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Aprovado relatório de execução do AGE

Jornal de Angola

16 De Maio de 2014

Texto: Kumuêho Da Rosa

A Comissão Económica aprovou ontem o relatório de balanço da execução do OGE, referente ao primeiro trimestre de 2014. Durante a sessão orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, foi também analisada a proposta de alteração da lei n.11 20/11, de 20 de Maio, lei do Investimento Privado.

A referida proposta estabelece as bases gerais do investimento privado, tendo em conta a necessidade de se atrair mais investimento externo para o país, criar melhores condições para o aumento do investimento dos empresários nacionais, tomar mais célere e atractivo o regime jurídico actual e reforçar os actuais critérios de atribuição de incentivos, tomando-os ainda mais claros e transparentes para os investidores nacionais e estrangeiros.

A Comissão Económica do Conselho de Ministros analisou uma proposta de aumento de financiamento do Fundo Social dos Funcionários do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial e de constituição do Fundo Social dos Funcionários do Instituto Nacional de Estatística.

Segundo um comunicado do secretariado da Comissão Económica, a reunião foi também dominada pela preparação do Recenseamento Geral da População e Habitação, que hoje arrancou em todo o país.

4.2 Os milhões do lixo

Jornal a Capital

19 De Maio de 2014

Os valores expressos em kwanzas, que cada província beneficia para a limpeza, recolha de resíduos e saneamento básico. Corresponde ao trabalho efectuado? Cabe ao leitor de definir.

Bengo (não disponível)

Benguela

Saneamento Básico 681.984.488
Mobilização Social Cidades Limpas 250.000.000

Bié

Mobilização Social Cidades Limpas 249.999.991

Cabinda

Limpeza e Saneamento 1.530.000.000
Saneamento Básico 212.500.000
da Orla Marítima

Cunene (não disponível)

Huambo

Mobilização Social Cidades Limpas 249.999.994
Recolha e Tratamento 1.566.915.n2
de resíduos sólidos

Huila

Mobilização Social Cidades Limpas 249.913.002
Sistema Integrado 184.566.531
de Resíduos Sólidos

Aquisição de Equipamento 615.000.000
para Saneamento Básico

Luanda

Limpeza Pública 25.193.000.000
Limpeza e Desassoreamento das Valas de Drenagem
13.109.655

Lunda Norte

Limpeza e Saneamento 149.692.D14

Lunda Sul

Mobilização Social Cidades Limpas 250.000.000

Cwanza Norte

Limpeza e Saneamento 525.481.982

Cwanza Sul

Limpeza e Saneamento 436.953.910

Quando Kubango

Mobilização Social Cidades Limpas. 222.222.216

Malanje

Limpeza e Saneamento 950000.000

Moxico

Mobilização Social Cidades Limpas 250.D00000

Namibe

Mobilização Social Cidades Limpas 25O.D00.000

Uíge (não disponível)

Zaire

Mobilização Social Cidades Limpas 249.999.991

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Não há condições para as autárquicas

Jornal Manchete

02 De Maio de 2014

O governo angolano continua sem se comprometer com uma data para realizar eleições autárquicas e acusou a oposição de querer reduzir a questão das autarquias à realização de eleições locais.

A acusação foi feita pelo ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, na intervenção com que abriu a conferência de dois dias organizada pela Universidade Católica de Angola sobre Descentralização e Poder Local. Segundo o ministro, o Executivo angolano está a aplicar uma série de medidas que resultarão na eleição das primeiras autarquias, mas não se comprometeu com quaisquer datas.

"As autarquias estão já a ser experimentadas em Angola", garantiu, quando passou em revista algumas das medidas que, reconheceu, deveriam ser definidas por consenso com a oposição.

Entre as medidas que evocou, salientou os casos da cidade do Kilamba, e a própria capital do país, onde progressivamente irão ser definidas novas competências para as administrações destas duas urbes para a gestão do poder ao nível local.

Para o deputado Adalberto da Costa Júnior, da bancada parlamentar da UNITA, "as autarquias em Angola metem medo ao poder estatuído, porque existe um modelo absolutamente vertical de poder, e as autarquias são olhadas como diminuição do poder do Presidente José Eduardo dos Santos".

5.2 Autarquias. Dos legítimos receios ao real e ao ideal

Jornal Agora

09 De Maio de 2014

Texto: Manuel Vicente Inglês Pinto

A institucionalização do poder autárquico e o processo eleitoral a ele inerente constitui, para nós, enquanto

cidadãos, no pleno exercício dos seus direitos, um tema actual, cuja importância do seu debate e reflexão, individual ou colectiva, emerge da seguinte ordem de razões:

1.º Trata-se, inquestionavelmente, de um imperativo constitucional, uma forma organizativa do poder local, conforme estatuído nos artigos 213º e seguintes da Constituição (CRA).

Entendemos ser, a nível local, a forma mais consentânea com os princípios democráticos, já que, no que se refere ao poder tradicional, também com estatuto constitucional

(artigo 223º e seguintes), temos algumas reservas, a não ser que sejam efectivos os "freios" necessários ao exercício de tal poder, conforme reza a Lei Magna, "e que não contrariam a Constituição", nº 21 do artigo 223º e no respeito pela Constituição e pela lei." Artigos 224º.

2º O Presidente da República, como o mais alto magistrado, conforme previsto no nº 5 do artigo 1082ª da CRA, tem deveres acrescidos, no que se refere à efectivação da Carta Magna, " ... respeita e garante a Constituição ". Dai o seu pronunciamento a 15 de Outubro do pretérito ano, em que reconheceu "que, nas actuais condições, é inquestionável a importância da institucionalização do poder autárquico". Esta afirmação pode constituir-se numa das fontes de inspiração, de motivação, dando conforto ao debate, que deve ser franco, sincero e honesto, sobre este tema de interesse nacional. no âmbito do exercício da cidadania, um compromisso de Estado que não se reduz apenas na vontade de uns ou de outros, mas de todos. Um imperativo nacional!

3.º Conhecedores dos resultados positivos, em vários países, alguns dos quais africanos de expressão portuguesa, desta forma de organização democrática do Estado, a nível local, sendo de só menos importância, considerá-la de poder do Estado ou não (apenas tem interesse no plano académico!), cónscios de que, com ela, melhor serão realizados os fins de Estado (artigo 21º da CRA), no que concerne aos direitos básicos das comunidades, numa relação de maior proximidade entre cidadãos eleitores ou não e os grupos decisores e orientadores da execução das políticas públicas.

4.º Desde a década de 90 que vimos apresentando as nossas ideias a respeito, dando o nosso modesto contributo, porque, independente do reconhecimento do papel dos representantes políticos por nós escolhidos, não deixamos inteiramente na sua alçada os nossos legítimos interesses e direitos, Por outro

lado, a indiferença jamais fará morada na nossa estrutura moral e intelectual.

5,· O exercício do direito de participar na vida pública e na direcção dos assuntos públicos, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos, e de ser informado sobre os actos do Estado e a gestão dos assuntos públicos, nos termos da Constituição e da lei (n.º 1 do artigo 52º da CRA, vide também o n.º 1 artigo 21º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948), ganha maior abrangência e democraticidade, com a institucionalização do poder autárquico, devidamente estruturado, funcional e dinâmico, Daí o apelo ao debate, ao bom senso, à vontade de quem de direito, onde estão inclusos os próprios cidadãos eleitores, para a efectivação deste desiderato político-social, com realismo, perspicácia, de modo a não pormos em causa o que de positivo conquistámos, como povo soberano, com destaque para a paz e a estabilidade política.

6,· Na pretérita semana, a iniciativa da Universidade Católica de Angola, por via do seu Centro de Estudos e Investigação Científica em promover a Conferência Internacional sobre Descentralização e Autarquias, marcou, de forma expressiva, o processo de discussão do tema em apreço, não só pela rica qualidade das intervenções dos palestrantes, incluindo provenientes de países com experiências positivas em África, organizações internacionais vocacionadas, inclusive da área fiscal, sem colocarmos em segundo plano os nossos habituais conferencistas nacionais, que já vão dando provas de maturidade técnica, seriedade intelectual, sentido de responsabilidade política, independentemente das suas posições partidárias ou de outra índole. Um dos momentos desta Conferência e que também merece o devido destaque é o debate aberto, participativo, com algumas intervenções acutilantes que iam das de natureza político-partidárias, com toda a sua legitimidade, ao discurso religioso, com a devida ponderação, bem como as intervenções 'radicais' de alguns jovens, o que é natural, devidamente amortecidas, pela "velha" geração de políticos, cuja maturidade leva a ponderação, a serenidade, sem abdicarem dos nobres valores que há dezenas de anos defendem, a bem de todos nós. Há que também realçar o lado das jovens lideranças de algumas das organizações da sociedade civil, algumas vezes incompreendidas por muitos de nós, mas cuja actuação social, vontade e determinação de fazer o melhor estão patentes com reflexos positivos junto das comunidades. Estamos, inquestionavelmente, no bom caminho.

7,· A produção intelectual sobre a matéria, proveniente de países de expressão portuguesa e não só, aliada ao

gosto pela leitura, é outra fonte de motivação. A nível local, os trabalhos de Virgílio Fontes Pereira, Onofre dos Santos, Lazarino Pulson, Esteves Hilário são de se aconselhar.

No entanto, neste processo, temos notado a existência de receios legítimos, algumas reticências! É natural, senão vejamos:

Entendo como institucionalização o processo de estabelecimento do quadro legal, técnico-financeiro e fundamentalmente humano, pelo que há que reflectir sobre a produção legislativa no domínio do poder autárquico, que vai desde a lei que estabelecerá o regime jurídico das autarquias locais, onde se destacarão as transferências de competência do poder central para o local, a das finanças locais, passando pelo estatuto do autarca, bem como das suas responsabilidades. Dada a especificidade deste processo, há que produzir a lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais. Neste domínio, conhecer a realidade sócio-cultural e económica do país, a história da descentralização, colher experiências de outros países, evitando, no entanto, aplicações mecânicas; produzir legislação em função dos interesses nacionais, em estrita consonância com os princípios constitucionais e não em função de interesses circunstâncias de curto prazo, é condição básica para o sucesso.

O acima dito requer um trabalho preparatório participativo, criativo, nem que caíamos em quadros não-tradicionais, "atípicos", desde que correspondam aos nossos legítimos interesses, com a devida segurança e conforme a letra e o espírito das disposições da CRA, em sede dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Ainda no que se refere à institucionalização do poder autárquico, onde se destaca o estabelecimento do seu quadro legislativo, uma vez mais, realçamos o que o Chefe de Estado deixou no seu discurso sobre o estado da Nação: "Neste sentido, o Executivo está a implementar várias iniciativas, com vista a contribuir para a definição das políticas públicas relativas à administração local e autárquica e a criar as condições para apoiar a sua implementação".

AFASTAR REVANGISMOS, O processo autárquico não se pode reduzir às eleições, apenas na perspectiva da obtenção de um espaço mais significativo de representação política, não conseguido, ou melhor, perdido, a nível central, ou a reafirmação, a nível local, da hegemonia política, o que é natural e legítimo, mas deve ser visto como um todo, visando o bem-estar geral e o desenvolvimento harmonioso do país, que implica a participação consciente de todos, a

institucionalização, a expansão das formas democráticas, autónomas, de gestão dos 'assuntos públicos locais', no 'interesse das respectivas populações' n.º 1 do artigo 214º da CRA, com as atribuições previstas no artigo 219º, que vão da educação ao policiamento municipal, passando pela habitação e urbanismo.

Sendo os partidos políticos, maioritários ou minoritários, parte de um todo e não o todo, o legislador constituinte foi bastante feliz ao consagrar a possibilidade de grupos de cidadãos eleitores apresentarem candidaturas para as eleições autárquicas, n.º 5 do artigo 220º da CRA. A não-consagração deste princípio na futura lei eleitoral para as autarquias locais seria um exemplo típico de inconstitucionalidade por omissão. É evidente que isto não irá acontecer! No entanto, os termos e as condições da sua efectivação é que poderão não corresponder às expectativas de muitos. Há que ser rigoroso, impondo-se, cada vez mais, seriedade, eficácia aos processos políticos, sem pormos em causa outros direitos, afastando estigmas e tabus, partindo do pressuposto de que estamos todos de boa-fé, procurando sempre o melhor, afastando atitudes revanchistas, frustrações ou petulâncias políticas.

O artigo 242º da CRA entenda-se, uma norma transitória, estabelece o princípio do gradualismo, no que se refere à institucionalização das autarquias locais. Pensamos que este princípio jamais poderá pôr em causa o princípio da igualdade, patente no artigo 13º da CRA.

Estamos em crer que não existirão argumentos sustentáveis para um gradualismo geográfico, que levará ao afastamento, ou melhor, ao adiamento da realização do direito de voto para cidadãos de alguns municípios. Qual seria a reacção político-psicológico dos milhares de cidadãos residentes em municípios que não participariam na livre escolha dos seus dirigentes locais?

RECEIOS DO PODER AUTÁRQUICO. Existem exemplos pouco abonatórios por este mundo, resultantes, mais de alguns caprichos políticos, do que de razões objectivas. Há que ter em conta a necessidade de consolidação do nosso processo de estabilização política. Vemos, sim, a possibilidade de este princípio ter como base o escalamento, no tempo, do processo de alargamento das atribuições das autarquias, o grau de transferência de competências do Estado para as autarquias locais, que deve ter carácter definitivo e universal. O n.º 2 do artigo 242º não nos leva ao afastamento de potenciais eleitores, e este não

nos parece ser o entendimento da expressão " ... oportunidade da sua criação .. ",

Alguns cidadãos estão receosos quanto à criação do poder autárquico, uma vez que entendem que poderá ser um meio para a descentralização de alguns vícios que, a nível central, ainda põem em causa a eficiência da gestão da coisa pública, não obstante a existência de legislação clara, instituições vocacionadas para o efeito e discursos, desde os de natureza política aos religiosos, no sentido de se frearem tais comportamentos negativos. Receios de que poderemos ver, num futuro breve, casos de caciquismo local.

Para que tal não venha a acontecer, joga papel fundamental a actuação eficaz dos órgãos que continuarão a ser centralmente conduzidos, como a PGR, os tribunais, com destaque para os de Contas e o Constitucional, bem como a actuação responsável dos cidadãos denunciados, nos termos da lei, os actos lesivos aos interesses das comunidades, além do seu voto que pode ser de apoio ou sancionatório, sem perder de vista a tutela administrativa do Governo, nos termos estabelecidos no artigo 221º da CRA e o papel dos meios de comunicação social.

No que se refere às eleições autárquicas, parece-nos em todo, conveniente realçar que, não obstante a tendência prevista na eRA de ser, em última instância, uma cópia fiel do que está previsto para as eleições legislativas, vide o teor dos n.º 2 segundo o sistema de representação proporcional" e n.º 4 . O presidente do órgão executivo da autarquia é o cabeça da lista mais votada para a assembleia", artigo 220º, seria ideal que o processo fosse mais personalizado, mais consentâneo com a vontade da maioria, para não dizer mais democrático. Com o actual quadro, poderemos ter presidentes cujo poder não resultou da vontade da maioria dos eleitores locais (consequências?).

Um processo em que os partidos, coligações e grupos organizados seriam apenas os meios de apoio dos candidatos, o voto incidiria nestes e não necessariamente na organização que o propõe. Saber quem é o candidato, o que fez e está a fazer no e para o interesse da comunidade, a sua conduta social, cívica e profissional e não votar em cidadãos que, sob a bandeira da organização, conseguem ser eleitos, mesmo sem ter o beneplácito da maioria dos eleitores, incluindo do seu próprio partido. Um presidente do órgão executivo eleito tendencialmente pela maioria do universo dos eleitores e não pelo facto de ser o cabeça da lista mais votada, o que é diferente. Há que atender a especificidade do poder local, como um

poder de proximidade. O poder mais próximo da democracia directa, que seria o ideal, mas não é o real.

Desenhemos um boletim de voto (ver imagem), no qual o cidadão poderia votar em alguém a quem reconhece as suas qualidades, independentemente de ser ou não do seu partido ou coligação. Poderíamos ter como base de avaliação o empenho pessoal dos candidatos, nas campanhas e pós-eleição, o empenho de qualquer cidadão com legítimas aspirações ao poder local, e ocorreria maior competitividade entre os cidadãos, militantes partidários ou não. Interessante! Estamos seguros que não seria uma violação grosseira do texto constitucional. Pelo contrário, constituiria um reforço dos princípios democráticos, da soberania popular, conformadores do Estado Angolano, expressos nos três primeiros preceitos da CRA.

EXCESSO DE ZELO DO LEGISLADOR. A participação da comunidade de estrangeiros residentes no processo eleitoral autárquico não nos repugnaria, enquanto eleitores, nas condições que deveriam ser claramente estabelecidas na lei, sendo de realçar o princípio da reciprocidade. Tal não é possível, face ao impedimento previsto na alínea b) do n.2 2 do artigo 252 da CRA. Não estamos a falar da capacidade eleitoral passiva. Não entendemos este excesso de zelo do legislador constituinte.

Outros dos receios ligados ao processo de institucionalização das autarquias são relativos à estatística, à disponibilidade de quadros, recursos financeiros e infra-estruturas. Como é sabido, para o primeiro caso, o censo da população e habitação, previsto para os dias 16 a 30 do corrente, e os registos eleitorais são as bases para a obtenção dos números que conformarão alguns aspectos do quadro legal das autárquicas e do seu processo eleitoral.

No que se refere aos quadros, salvo leque reduzido de secretários indicados pelo presidente eleito para o órgão executivo colegial (n.23 do artigo 2202 da CRA), que exercerão as suas funções em tempo integral, pensamos que os restantes serão os mesmos que vêm prestando serviços às administrações municipais; outros poderão provir das estruturas dos governos provinciais, onde algumas das suas competências serão transferidas para as autarquias municipais. Como agentes públicos, têm o dever de dar o seu melhor, independentemente da origem política de quem dirige o órgão e os seus secretários (se for da nossa, melhor!), o que deverá passar por um processo de actualização de conhecimentos e adaptação à nova realidade. Estamos em crer que, a nível do IFAL, algo está a ser feito neste sentido.

A Assembleia, composta nos termos do n.22 do supracitado preceito, será constituída por cidadãos que exercerão as suas funções não em tempo integral, em não mais de meia dúzia de sessões ordinárias anuais, sendo remunerados mediante senhas de presença, ao contrário dos deputados da Assembleia Nacional, continuando a exercer as suas actividades profissionais nas comunidades.

Nas Assembleias locais, veremos, ao certo, em alguns dos nossos municípios, um autêntico arco-íris político, o que é natural em democracia. Temos de nos habituar a encarar com naturalidade outros concidadãos que, não partilhando a nossa esteira partidária, assumirão funções de relevante importância para a vida da sociedade a nível local, desde que o façam dentro dos marcos legais, tendo um grau de sensatez, sentido de Estado e responsabilidade política, tal que leva ao reconhecimento do que positivo foi e está a ser feito e não numa perspectiva retrograda de mudar, por mudar, apenas pelo facto de ter sido feito pelo seu adversário político.

Erros desta natureza, já cometemos nos primórdios da nossa independência. Corrigidos que estão a ser, não será a institucionalização do poder autárquico que nos levará ao retrocesso. Vamos ao debate! Agir a bem da Nação. Mais um desafio da nossa cidadania!!!

5.3 Degradação: Luanda precisa urgentemente de soluções para ser salva

Jornal A Capital

14-23 De Maio de 2014

Por: Ramiro Barreira

Nos últimos dias, tenho reflectido bastante sobre como poderíamos ter uma Luanda maravilhosa, limpa, com novos bairros, com ruas ordenadas, com água potável canalizada, luz, escolas e hospitais em número suficiente, jardins, parques naturais que funcionem como pulmão da cidade, boas estradas, subúrbios asfaltados, parques infantis, zonas com campos de futebol, basquetebol e outros desportos, transportes colectivos organizados, segurança, etc., mas, deparei-me neste leque de questões com muitas dúvidas, as quais, por uma questão de bom senso, prefiro abordá-las, seguindo alguma racionalidade.

Em primeiro lugar, considero que a questão do ordenamento do território continua a pecar pela ausência de uma política verdadeiramente estrutural e estruturante, dentro dos grandes marcos, o que leva, a priori, a que não se identifiquem nem se tomem as

medidas necessárias para estancar já, - o quanto antes - a contínua degradação das cidades, por força do maior fenómeno que pressiona toda a estrutura existente, que é a emigração. Luanda, por exemplo, recebe, permanentemente, milhares de pessoas provenientes do interior do país, por razões que não vale a pena enumerar.

De uma maneira geral, abandonam o seu habitat natural, vêm para a capital, vão a um grande armazém, compram o que pretendem revender, montam uma bancada ou fogareiro com carvão, e lá estão impávidos e serenos. Não importa onde. Em frente à casa do vizinho, de um restaurante, de uma loja que paga os seus impostos, ao lado de uma esquadra da Polícia, nos passeios e na rua, nos hospitais, estradas, estreitando inclusivamente o trânsito e criando enormes engarrafamentos, e todos vemos isto com a maior naturalidade e na maior das calmas. Basta dormir, - para no dia seguinte, como num sonho de verdadeiro surrealismo, constatarmos que uma bancada com tomate, batata-doce, cebola, gasosa e cerveja está montada em frente ao nosso portão e teremos de negociar com o vizinho para afastar a tenda do portão principal, porque, para muitos, é normal.

E mais, chama-se pela Política e os fiscais municipais, mas nada é feito, porque vivemos sem regras, sem a aplicação de medidas e porque continuamos a ser populistas e muitos dos críticos ainda defendem a desregulação de todo o sistema de vivência nas grandes cidades. Basta sair do interior do país, abandonar a agricultura ou outra actividade, vir para Luanda, começar a vender, ocupar uns terrenos, meter uns blocos, umas chapas e já está. Tudo é visto com a maior e total impunidade. Não há poder local. As administrações municipais e comunais não funcionam devidamente, e a regra é anuir por uns troquitos, mesmo que choque contra todos os princípios e normas.

Os administradores não saem dos seus gabinetes. Não conhecem nem sabem o que se passa nas suas zonas de intendência. O espírito de deixar andar instalou-se a um nível que é preocupante. E mais ainda, estamos a acelerar a degradação permanente do meio ambiente e das condições de saúde. Ouve-se e propala-se que serão construídos mais mercados, como se estes passassem a ser a solução. Não existem nem existirão mercados suficientes para tanto vendedor. Se calhar, teremos de transformar todos os quintais, campos de futebol - que já não existem - em mercados, os largos com jardins em restaurantes, numa autêntica aberração e afronta à dignidade humana. Nas novas zonas onde se instalam os novos moradores não existe saneamento básico, água potável nem electricidade

.Instala-se a miséria por força da ausência de firmeza da lei e muitos esperam ser 'corridos' daí, para vir a ser realojados em casa do estado com os elevados custos que daí advêm. De facto, estamos a ser muito permissivos! Toda esta pressão leva a que não existam suficientes hospitais, nem escolas, nem médicos, nem professores. À partida, a história do ovo e da galinha segue em catadupa.

Mais grave ainda é que o ovo está a parir um gigante enorme com custos elevadíssimos ao erário público e ao ambiente, a médio-prazo, difíceis de calcular. Temos, urgentemente, de procurar estancar essa emigração descontrolada por força da permissibilidade de normas e princípios que regem as grandes cidades. Não podemos absorver os maus exemplos de algumas cidades africanas. Não devemos, nem deveremos tentar resolver problemas à custa de outros problemas. Nesta senda, é importante que todas as forças políticas estejam no mesmo diapasão e que se tome a peito a Agenda Nacional de Consenso como uma tábuca de salvação. A situação de Luanda é a mais grave, embora em menor dimensão muitas províncias vivam o mesmo dilema.

Precisamos de um programa de emergência já, um programa politicamente bem assegurado e que não permita veleidades. Não permitamos mais que se aumente o crescimento dos musseques numa situação incontornável. Pelo menos que se demarquem ruas, se loteiem os terrenos e que a autoconstrução seja dirigida e fiscalizada com normas e procedimentos. No interior do país, há cidades onde é possível construir e viver com baixo custo. Mas, têm de ser já demarcadas zonas para a indústria, para os bairros de alta renda, baixa renda, parques, zonas de prática desportiva, jardins, etc.

Quem quer construir tem e deve obedecer à regra. O tipo de construção também deve obedecer a um plano. Na verdade, nota-se e não nos deveremos manter impávidos ante a calamitosa situação que vive Luanda, por razões tanto estruturais como conjunturais. Se analisarmos numa outra perspectiva, uma das grandes consequências de toda esta situação continua a ser o aumento vertiginoso da delinquência. Os 'gangs' não param de crescer. A máfia organizada está cada vez mais activa. Temos de apoiar mais os serviços de segurança e inteligência, para garantir o bem-estar de todos nós. É necessário dismantelar as teias que continuam a corroer os órgãos intermédios de funcionamento da administração do Estado. Se perguntarem aos administradores comunais quantas pessoas vivem na sua área? Quais os novos vizinhos e onde saíram? Certamente não saberão nem estarão muito interessados. Atirarão obviamente a resposta

para o Censo Nacional, numa verdadeira aberração dos meandros do exercício do poder local.

E mais, não existe disposição normativa pelo menos que eu conheça que obrigue ao registo oficial dos moradores. Só isso dificulta o trabalho policial, o controlo dos marginais, o controlo do cidadão, o combate ao terrorismo, etc. Penso que teremos de ser mais ambiciosos. Olhar com olhos de ver. Sentir com afeição. Precisamos efectivamente de salvar Luanda, que clama por medidas urgentes, profundas, mas duras. Caso contrário, brevemente, vamo-nos envaidecer por termos uma boa marginal, prédios bonitos, bons carros, mas uma cidade verdadeiramente perigosa, que nos vai fazer lembrar o interior de muitas cidades do México, ou os morros do Rio de Janeiro, onde o narcotráfico tomou lugar, ou pior ainda, uma periferia, desregrada, feia, sem cabeça, tronco e membros.

Ps - Preferi, deliberadamente, para não criar confusão, nem misturar alhos com bugalhos, não abordar à jusante a questão de grande referência das grandes centralidades.

5.4 Autarquias ainda na cabeça da UNITA

Novo Jornal

16 De Maio de 2014

A UNITA INSTOU a Assembleia Nacional e o Presidente José Eduardo dos Santos a criarem as condições legais e materiais para o estabelecimento das Autarquias Locais em todos os Municípios, em conformidade com a Constituição da República de Angola.

O apelo consta de um comunicado saído da última reunião do Comité Permanente da Comissão Política da UNITA, realizada em Luanda.

A UNITA apelou ainda ao Presidente da República para que assuma as suas responsabilidades constitucionais e ponha fim à espiral de provocação e de assassinatos políticos e outras violações dos Direitos Humanos.

O Comité Permanente da UNITA saudou a presidência angolana da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos, para o bem da paz, e da estabilidade desta região bastante conturbada do Continente.

Nesse quadro, reafirmou a sua convicção de que a paz e a segurança nos Países da Região passam pela

efectiva democratização desses Estados e pelo respeito escrupuloso dos direitos humanos dos respectivos cidadãos.

No discurso de abertura, o presidente do principal partido da oposição em Angola, Isaías Samakuva, apelou aos angolanos para que não se "deixem levar pela canção dos que não têm planos para o futuro dos angolanos e do País".

"Pelo contrário, aproveitemos oportunidades, para traçarmos estratégias que nos levem a encontrar soluções que eliminem do nosso seio os nossos verdadeiros inimigos", declarou.

Para Samakuva, os angolanos "não perseguem o louco que já vai despido, mas devem ter ideias e vontade política para acabar com o sofrimento dos angolanos".

D.F.

5.5 Feira dos municípios e das cidades um "Observatórios" da produção local (I)

Jornal Manchete

16 De Maio de 2014

O poder local, nesse diapasão particular, desempenharia um papel dimensionado no ordenamento e normatização estrutural e na capacitação institucional das comunidades, desde que os respectivos sistemas e processos reformulassem os pressupostos, a forma, o conteúdo e a qualidade da sua acção na comunidade. Enfim, a Feira dos Municípios, trata-se de um macro-retrato e uma ampla pista através da qual, poder-se-á aquilatar regularmente as grandes desafios estruturais e estruturantes do país, viabilizando o rastreio e o potenciamento das mais efectivas potencialidades nacionais; Bem como, tirando proveito da sua realização periódica, tomar-se no amplo laboratório/observatório nacional do desenvolvimento da produção interna, no seio do qual os desafios multifacéticos locais possam suscitar diagnósticos iniciais que contribuiriam para enriquecer a abordagem administrativa do Estado, face os problemas da comunidade, tendo como referencial integrativo, a produção e o desenvolvimento local integrado, numa démarche que conduzisse à uma reformulação gradualmente abrangente das políticas públicas em Angola, visando assim;

A). O desenvolvimento comunitário, equilibrado e integrado, visando a sustentabilidade global da plataforma produtiva nacional.

B). O reforço do poder local, nas suas diferenciadas capacidades e responsabilidades funcionais, visando o reforço do carácter da sua inteiração/parceria com as instituições e sinergias locais, e não só ...

C). A correcta estruturação e compartimentação do sector produtivo, e uma correspondente aplicação de políticas públicas e sectoriais na dinâmica socioeconómica local, visando a sustentabilidade de um forte e efectivo sector produtivo privado.

D). O potenciamento da Lei do Investimento Privado à escala nacional, tendo em vista oferecer expressão e funcionalidade ao Financiamento e ao Crédito, bem como aos diversos Fundos existentes, visando a optimização continuada da produção, o incentivo multi-sectorial de PME's e de projectos fabris e transformadores, à sustentação do investimento pesqueiro, agro-pecuário e alimentar, e subsequentes domínios transversais.

E). O desenvolvimento de um ambiente institucional público que estimule a reformulação e o correcto revigoramento da administração pública, garantindo espaço e fôlego digno ao potenciamento de empreendedores e empresários, bem como o refrescamento das instituições funcional e tecnicamente vinculadas à projecção e a sustentabilidade da produção e do desenvolvimento local.

F). Dinamizar o desenvolvimento local, pela via do fomento e extensão do ensino técnico-profissional elementar e complementar, e o potenciamento de actividades rurais não exclusivamente agrárias (mas também a si transversais; técnicas, metodológicas e estruturantes), nomeadamente ecológico-ambientais, de extensão rural e de modernização da agricultura em todos os seus subsistemas.

Para tal desideratum, o redefinir e o ensaio de modelos de estruturação sistémicas ao desenvolvimento; que estanquem um crescentemente forçado e sempre desastroso êxodo rural, cujo fenómeno representa a erosão da estrutura demográfica local, e um pleno estrangulamento da estrutura produtiva, cuja mão de obra originária, (através de instrumentos institucionais socializantes, deve estimular e potenciar o desenvolvimento rural e o equilíbrio territorial, pela via de políticas ajustadas à integração e aplicação dum forte sistema local de produção e respectiva comercialização, etc...); toda uma démarche que pode ser permanentemente teorizada, discutida e sinergiada, tanto em fóruns académico-interdisciplinares, como em instituições estratégicas afins, articulando-as a demais acções estruturantes na vertente do sinergismo

sócio-profissional e produtivo-ambiental, que garantam uma dialéctica e fecunda cadeia de inovação sustentada, permanentemente compulsadora e rastreadora da conjuntura sócio-económica nacional, na vertente local-comunitária, numa abrangência integrativa nacional dos respectivos entes e actores, dinâmicas e forças vivas disponíveis, para operacionalizar um leque de premissas propulsoras de estratégias e de energias integradas à prazo, num dinâmico e amplamente participado desenvolvimento local, as quais, à luz do Plano Nacional de Desenvolvimento, e tendo como vector e premissa centrais, o desenvolvimento e o crescimento integrado do país como um todo orgânico inter-dependente; garantam uma realidade social dimensionada em crescimento económico diversificado, o incremento da qualidade de vida e a promoção da justiça social, pela via do emprego, e do incentivo ao fomento da micro e da pequena produção/empresa, rum ando decisivamente a uma dinâmica de prosperidade económica e harmonização social nacional, à cujas premissas toda a sociedade, de modo diferenciado mas aglutinado, deva permanecer focada.

Enfim, a Feira dos Municípios e das Cidades, veio, de modo incontornável, confirmar as potencialidades maximais do país, demonstrado assim que, afigura-se possível e já muito oportuno, diversificar a produção interna em larga escala, esbatendo a dependência alimentar ao mercado externo, substituída então por uma crescente e criativa capacidade industrial alimentar endógena (interna/local). Instaurá-la faseadamente e, subsequentemente, dinamizá-la, requer potenciamento de eixos, elos e vectores articulados, reflectidos em 3 valências endógenas, nomeadamente;

1. Uma resposta alimentar nacional, visando a redução da fome e da pobreza, pela via da revalorização socializada da agricultura familiar (cooperativas rurais), e a diversificação da agricultura intensiva, um duplo factor drasticamente inibidor das importações; numa valência que viabilizaria o repotenciamento emergente de um moderno parque industrial essencialmente alimentar; o qual transformar-se-ia num incontornável segmento empregador da massiva mão-de-obra barata, ora existente, ainda refém do desemprego endémico, adicta a uma galopante informalidade comercial, num ambiente económico ainda sub-estruturado, instintivamente imediatista e ainda parasitário; clamando por um reestruturado e renovado sistema microeconómico; um esforço indispensável ao reajustamento e a reanimação do panorama produtivo nacional, hoje por hoje, tendendo a crescer, requer planeamento dinâmico, investimento técnico-

profissional, reajustamento das instituições públicas e o fomento financeiro (investimento público)...

2. A promoção duma pragmática interdependência e complementaridade institucional intersectorial (essencialmente entre o poder local e a sociedade aberta/civil e profissional), garantindo uma dinâmica de parceria e de complementaridade sistémica, entre as esferas micro e macro económica, representando ambos, andaimes e pilares indispensáveis a um ambiente económico, cuja engrenagem, ainda caracterizada por elevados índices de discrepâncias e disfunções sistémicas; enformaria uma gigantesca roldana produtiva nacional, alavancadora e oxigenadora duma macroestrutura conjuntural capaz de, numa sinergia emulativa, propulsar e animar uma dinâmica produtiva mais estratégica, e daí, mais empregadora, menos importadora de bens e produtos essenciais; logo-logo, pujante, assegurando a crescente auto-suficiência do país, rumo à dignificação do seu futuro, e de cujo destino, deve ser actor e promotor fulcral...

5.6 As eleições autárquicas

Jornal República

23 De Maio de 2014

As eleições autárquicas permanecem e permanecerão ainda no fundo dos corações por muito tempo, por não haver uma agenda credível, responsável e abrangente, relativamente aos aspectos que têm haver com a eleição dos responsáveis municipais e comunais. A prática tem demonstrado, que indivíduos nomeados para cargos municipais e comunais, pouco ou, em nada reflectem nas aspirações e anseios dos seus habitantes. Os cidadãos não encontram critérios e seriedade de trabalho visível por parte desses administradores, que vão apresentando pouca substância nas suas actividades, onde muita das vezes se confunde com o seu empenho partidário. O cidadão não conhece o orçamento cabimentado à administração para atender algumas aflições que se lhe apresentam no dia-a-dia. Em todos os anos vai vendo o município ou a comuna em que vive a degradar-se, substancialmente. Não sabe a quem pedir contas, sempre que vai vendo todo esse trabalho descartável feito por empresas nacionais e estrangeiras. Quando a luz se vai embora, de repente, e queima os aparelhos que com muito sacrifício comprou, não sabe a quem pedir responsabilidades. Uma série de situações desabonatórias jogando permanentemente contra ele, sem poder fazer nada. Assim andam os municípios e comunas no nosso país. Ninguém consegue realizar um trabalho credível e responsável a nível dos municípios e comunas. No

tempo chuvoso, as águas paradas, os buracos, o lixo, os mosquitos, as baratas e os ratos tomam conta da saúde e disposições de muita gente. Tudo isso revela a nomeação dos mais amigos do que mais competentes para se realizarem, com êxito, tarefas eficazes e eficientes a olho nu. Às vezes, o dinheiro que vem da província tarda em chegar. Mas, quando chega, pouco ou nada se faz em favor do município ou da comuna. Os bairros andam despídos dos seus deveres e obrigações. Ninguém lhes dá um tratamento adequado e salutar! O cidadão não deve somente assistir e contentar-se a ver constantemente as irregularidades e erros dos governantes. Ele é uma fonte necessária e precisa no processo democrático. Não deve apenas servir de alvo para apetência ao poder, nas ambições desmedidas daqueles que governam, ou querem governar, puxando a brasa à garupa. Não! Essa triste situação vem de vários governos provinciais, que pouco ou nada fazem para o melhoramento dos municípios, das comunas e dos bairros. Não há trabalho sério nem de fiscalização.

As eleições autárquicas são um imperativo fundamental e necessário, para os cidadãos escolherem os seus verdadeiros responsáveis, que só valerão quando atenderem, cabalmente, as aspirações e preocupações dos seus habitantes, sendo obrigados a serem mais competentes e responsáveis na sua governação, olhando e resolvendo os problemas que mais afligem os cidadãos. Caso não consiga, as portas estarão abertas para outros candidatos. É assim em democracia e, verdadeiramente, num estado de Direito. Governar é arte, e nunca é para quem quer, mesmo que não tenha aptidão e crave ira para tal. Governar é atender o cidadão sem olhar para a sua condição ou posição social, etc. Governar é saber inteligentemente distribuir a riqueza que a todos pertence...

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Mais moradias sociais construídas no Cunene

Jornal de Angola

03 De Maio de 2014

Texto: Elautério Silupuleni

A segunda fase do projecto de construção de cem casas sociais nas sedes municipais de Namacunde, Ombadja, Cahama, Cuvelai, Curoca e Cuanhama, na província do Cunene, começou a ser executada, no âmbito do programa nacional de construção de 200 fogos habitacionais em cada município. Acolocação da primeira pedra foi feita na quinta-feira, em Namacunde, pelo governador António Didalelwa.

O programa de construção de fogos habitacionais abrange, igualmente, arruamentos, esgotos para escoamento das águas das chuvas e espaços para infra-estruturas sociais, como escolas, hospitais, creches e zonas de lazer. "Estamos a cumprir as orientações do Executivo de construir casas em todos os municípios, de modo a proporcionar habitação à população e aos quadros que trabalham nos municípios", salientou.

António Didalelwa alertou os empreiteiros a optar pela qualidade das casas, pois, acrescentou, "nós primamos pela qualidade, sobretudo nos acabamentos, porque há empresas que constroem casas e em pouco tempo surgem fissuras".

O governador sublinhou, ainda, que os fiscais vão acompanhar permanentemente os trabalhos das empreitadas, para ser feito um trabalho de qualidade e cumprirem-se os prazos estabelecidos.

6.2 Endiama Financia construção de casas na Lunda-Sul

Jornal Agora

09 De Maio de 2014

Texto: Martins Chambassuco

Segundo o presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa Nacional de Diamantes (Endiama), embora a Sociedade Mineira do Catoca (SMC) beneficie, directamente, deste empreendimento, o investimento inicial foi feito pela concessionária nacional na cooperação que tem com a o Fundo Internacional da China (CIF) na exploração mineira.

Carlos Sumbula fez estas declarações durante a apresentação do projecto ao ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, na Lunda-Sul.

O PCA avançou que a acção se enquadra no programa da responsabilidade social da empresa para acomodar os trabalhadores do sector mineiro do país e, neste caso, específico para subsector dos diamantes.

O empreendimento, que nasceu em 2012, está orçado em 25,5 milhões de dólares, um financiamento do Fundo Internacional da China (CIF) que já tem os primeiros beneficiários e espera-se que, até ao final do ano, mais 150 residências sejam entregues à cooperativa que, posteriormente, fará a venda das mesmas.

O ministro da Geologia e Minas ficou a saber, no local, que as habitações não se confinam apenas aos trabalhadores de Catoca, mas para todos os cidadãos com capacidade financeira de adesão.

A primeira fase do projecto contempla a construção de 720 residências do tipo A, B e C, mas apenas 450 estão erguidas, um atraso que não preocupa os gestores do empreendimento e garantem mesmo que, em relação aos prazos, o quadro é animador.

Neste momento, segundo a cooperativa, no 'Mwono Waha', 150 residências já estão habitadas, tendo por beneficiários trabalhadores da SMC e outros cidadãos nacionais.

No quadro da sua acção social, a Endiama vai, nos próximos tempos, dar início à construção da Clínica Sagrada Esperança da zona Leste, uma unidade sanitária que será equipada com meios modernos da Medicina, com o objectivo de satisfazer o corredor que compreende as províncias de Malange, Lundas Norte e Sul e Moxico.

Está prevista, segundo o assessor de comunicação e imagem da Endiama, António Freitas, a entrega, ainda este mês, de uma escola, por parte da diamantífera angolana, na Nharêa, no Bia, também um investimento da empresa.

Perspectiva-se que, este ano, os garimpeiros da Nharêa venham a receber certificados que lhes habilite à exploração artesanal de diamantes na região e tenham acesso directo ao mercado, quanto à venda da pedra preciosa.

6.3 Mau estado das vias diminui lucros

Jornal Acapital
10 De Maio de 2014

O negócio de transporte colectivo e urbano na cidade de Luanda começa a não ser lucrativo como já foi até há pouco, segundo responsáveis de operadoras licenciadas para tal actividade.

As empresas associam a fraca rentabilidade ao estado deplorável das estradas, a maioria delas marcada por imensos buracos no percurso do seu pavimento asfáltico. Facto que, segundo os responsáveis, resulta em danos frequentes para os meios postos ao serviço da mobilidade da população, com todos os prejuízos financeiros disso decorrentes.

"Para ter noção, só numa avaria mínima, temos que gastar cerca de três mil dólares", reclamou o presidente da comissão administrativa da Angoustral-Fretrans, João Gonçalves. E não se julgue ser apenas isso, pois, segundo ele, os custos vão mais além quando se trata de uma avaria que necessita de correcção, como são os casos que envolvam reparação de motor.

E tudo isso por culpa de vias em estado avançado de degradação, como é a estrada principal que dá acesso à base da referida empresa, a estrada direita da refinaria de Luanda.

"A via fala por si", referiu o responsável.

Não é em vão que o grupo que detém as marcas Angoustral-serviço urbano e Fretrans-interprovincial optou por um controlo mais rígidos dos meios, de modo a que as respectivas revisões e manutenção ocorram sempre dentro dos limites recomendados. "Todos os dias temos autocarros a fazer revisão", disse João Gonçalves. .

A actual frota da empresa é composta por cerca de 87 autocarros para os serviços urbanos, com foco para todo município de Cacaco, enquanto as operações interprovinciais são servidas por 30 autocarros distribuídos em cinco províncias.

Porém, cerca de 10 por cento do universo de autocarros está paralisada por força de avarias graves, muitas delas ocasionadas pelo mau estado das vias por onde circulam.

Mas esse não é um problema exclusivo da Angoustral. A sofrer pelas mesmas consequências estão igualmente empresas como a Macon, cujo coordenador comercial

adjunto, Armando Macedo, fala em avarias cuja reparação chega a orçar em mais de 10 mil dólares.

"Temos um autocarro que, por causa da chuva, danificou o motor", enumerou, apresentando isso como sendo apenas um dos casos que se junta a outros nove autocarros também inactivos por problemas diversos.

Ainda assim, a Macon, segundo esse seu responsável, não poupa esforços no sentido de servir melhor os seus clientes. "Daí que é urgente termos estradas em melhores condições", apelou, mas sem antes reconhecer os investimentos engajados pelo Executivo. Esforço que, entretanto, peca por não se assegurar a componente manutenção das estradas, muitas delas recentemente reabilitadas, tal como disse.

Ao nível dessa companhia de transporte público, o que mais têm sofrido com o que em alguns pontos já se transformaram em autênticas crateras são os autocarros para os serviços urbanos. Mas, segundo Macedo, as vias nacionais também não ficam muito a dever.

"O problema é quase generalizado, mas dentro das localidades é pior", referiu.

Com uma frota constituída por mais de 400 autocarros, a Macon transporta diariamente cerca de 50 mil pessoas nos serviços urbanos, enquanto que o interprovincial faz chegar aos respectivos destinos qualquer coisa como 8 mil passageiros por dia, numa operação que cobre as 17 capitais provinciais, com excepção de Cabinda, em função da sua situação geográfica.

Diz, entretanto, ser uma operação onerosa para a tesouraria da empresa, um pouco por causa dos danos decorrentes das rodovias degradadas.

Uma situação que também constitui uma factor de constrangimento para a SGO, cuja tesouraria ressentida igualmente das consequências do mau estado das estradas.

Aliás, segundo António Ribeiro, "número um" da primeira empresa a operar em rotas interprovinciais, o estado das rodovias é, para essa companhia, um dos factores mais críticos, o que, segundo ele, pode comprometer a continuidade da actividade de transporte de passageiros.

A par dos buracos, segundo o CEO está a perigosidade de alguns traçados.

"A segurança e a prevenção de acidentes são dos pilares mais importantes da nossa actividade", referiu, sem, no entanto, quantificar os custos que envolve a recuperação de avarias ao nível dos seus meios.

ASGO é dona de uma frota de 300 autocarros, distribuídos entre os serviços de transportes urbanos, interprovincial e o segmento de fretamento. Com tais meios, a empresa serve os pontos urbanos em 11 linhas, enquanto que, no interprovincial, liga Luanda às principais cidades de Angola.

"Também temos as linhas intermunicipais a partir das cidades de Benguela, Lubango e Huambo", sublinhou, apontando o factor estradas esburacadas como um dos principais handicap, tal como também se queixam os responsáveis da concorrente TURA.

Para uma melhor gestão da frota de 70 autocarros, a TIJRA, segundo o seu director geral, faz questão de não lançar para o terreno todos os seus meios.

"Usamos de forma intercalada para evitar o desgaste", justificou. O mesmo sucede com o segmento interprovincial que, segundo o responsável, dispõe neste momento de 17 autocarros, operando com apenas nove, pelas mesmas razões.

Ele diz ter motivos para tal, se olhar para aquilo que são os custos com a manutenção e reparação de avarias nos seus meios.

"A manutenção preventiva pode custar até 500 mil kwanzas, e a correctiva chegar a 1 milhão ou 2 milhões de kwanzas", revelou, tomando isso como custos bastante proibitivos para a empresa.

Pelo que a recuperação das infra-estruturas rodoviárias "é bastante urgente", segundo José junça, "Não valem só autocarros novos, as infra-estruturas são prioridade", salientou, numa alusão a facilidade dada recentemente às operadoras para aquisição de novos autocarros.

"O tempo de vida de um autocarro é de até 10 anos, mas aqui operam durante três anos e fim", afirmou, atribuindo a culpa ao que já se sabe: "Tudo por causa das vias".

A bater-se pelos mesmos problemas está a TCUL, cujos serviços são assegurados por uma frota de cerca de 80 autocarros e por um universo de 2 mil trabalhadores.

A sua condição de empresa pública não o livra das consequências do mau estado das estradas.

Segundo o chefe do departamento da comunicação e imagem, Sérgio da Conceição, vezes sem conta a empresa também paga com as avarias.

Uma situação a ser ultrapassada com a recuperação das rotas degradadas.

"Quando tivermos estradas em melhores condições poderemos falar em melhor serviço dos transportes", prometeu João Gonçalves, da Angoaustral.

6.4 Horarios Afugentam passageiros

Jornal a Capital
19 De Maio de 2014

Paulo António, jardineiro, morador do quilómetro 30, Viana, trabalha no Alvalade. Para lá chegar deve apanhar o comboio, pelo menos, duas vezes por dia. Se tiver que chegar cedo ao serviço, tem que embarcar no primeiro comboio que sai às 5h00.

Segundo ele, o problema não está na ida, sim no regresso.

"Às vezes é preferível andar a pé até as paragens de autocarros e aguentar a bicha, porque se for para confiar no comboio corre-se o risco de chegar em casa à meianoite", disse, recorrendo a um episódio que sucedeu há pouco menos de uma semana.

Quinta-feira, 08, saiu do local de serviço um pouco mais tarde. Como os táxis estavam escassos, andou a pé desde o 1º de Maio, até à estação da FILDA para apanhar o comboio que devia estar lá às 18h11. Para surpresa de todos, só conseguiu avistar o trem às 19h50, facto que lhe fez reforçar a teoria de que esperar pelo comboio, ainda mais no período nocturno, é "arriscado".

"À noite este serviço é irregular", desabafou. Por sua vez, e movido pelo mesmo sentimento de serviços mal prestados, Gilson Paca, 25 anos, opina, que devia haver mais fiscalização por parte dos responsáveis máximos do CFL para averiguarem o que se passa. "Não se entende como é que um serviço como este dá possibilidades até à zunga dentro das carruagens. À questão é que mesmo pagando ao serviço de primeira classe o problema é o mesmo e os revisores insistem em cobrar 200 kwanzas, para um lugar que não difere daqueles a que se cobram 30 kwanzas", reclamou, notando que ao regressar-se para casa, a parte expressa, conhecida como especial, vira rafeira.

"Às vezes não têm iluminação nem ar condicionado a funcionar, com agravante de as janelas do comboio especial não abrirem. Imaginem o calor que faz lá

dentro com centenas de pessoas apinhadas?", reforçou, continuando que há vezes em que se registam desmaios durante as viagens, sem que se tomem medidas.

"As pessoas têm que estar a procura de quem tem água para despejar no desfalecido", agilizou ao terminar.

Por seu turno, Carlos Zacarias observou que os mais bafejados são os moradores das zonas próximas das primeiras paragens de onde parte o comboio.

"Conseguem viajar acomodados", pois, atestou, daí em diante é só o caos, porque não existe um número exacto de pessoas que limite de lotação das carruagens. Para ele, andar de comboio todos os dias é preciso ter um grande espírito de sacrifício.

"Sabemos que este meio ajuda mais às pessoas sem possibilidades para gastar 200 ou 100 kwanzas em táxis, todos os dias", mas, na opinião deste cidadão, a forma como a gente apertados, desencoraja.

"Até parece que somos meras cargas", lamentou, Carlos Zacarias que realça, também, a falta de cumprimento dos horários como outro elemento constrangedor.

"Não parece ser um transporte público. Não respeita os horários", sublinhou, para depois manifestar que o pior é quando o comboio avaria em plena marcha.

"Ficamos parados mais de 20 minutos sem saber o que fazer, com aquela enchente tremenda de pessoas", explicou.

COMODIDADE CADA VEZ POR

Itero Gabriel, trabalha nos arredores do Porto de Luanda, vive na vila de Viana de onde sai todos os dias de boleia para o serviço. No regresso, espera sempre pelo comboio na estação da TEXTANG. Entretanto, a frequência tem vindo a piorar a cada dia.

"Chego às 14h00 na estação para apanhar o comboio das 14h45, mas a viagem só acontece, quase sempre, perto das 17h00", queixou-se denunciando a seguir que às vezes o trem encurta a corrida, por exemplo, estacionam em paragens como a da vila de Viana ou da com arca e regressam ao ponto de partida.

"A pessoa tem que ficar à espera que ele retome à TEXTANG, outra vez", frisou ao denunciou, ainda problemas na venda dos bilhetes, principalmente para as carruagens do expresso que no início dizia-se que ser as que mais comodidade ofereceriam aos passageiros, sendo por isso que se pagam 200 kwanzas.

Só que, reivindicam os utentes, na prática não há diferença com aquelas para as quais pagam-se 30 kwanzas.

"Vendem os bilhetes a 200 kwanzas mas postos lá dentro não encontramos nada. Viajamos como se estivéssemos nas carruagens de 30 kwanzas", reforçou, queixando-se, por outro lado do facto de comercializarem-se bilhetes sem se determinar o número de pessoas que devem subir nas carruagens.

"Resultado: ficamos todos asfixiados", concluiu.

TUDO NA DESORDEM COMBOIO DA MBUANJA

Dia 13 de Maio, 5h15, estação do BAIA. O comboio apita 35 minutos antes do horário estabelecido. A buzina é tão ensurdecadora, mas serve para alertar os utilizadores destes serviços que as carruagens já se encontram prontas para marcha.

Passados 10 minutos cerca de 20 passageiros dirigem-se às locomotivas. Reina calma e silêncio o que anuncia uma viagem tranquila e segura. Mas, na verdade engana-se quem assim pensa. Poucos minutos depois paramos na estação do Capalanga, depois da Comarca, vila de Viana.

Aqui, então, começa a agitação. Toda a serenidade que no começo se prenunciava para a viagem, esbarrou. O número de passageiros ultrapassa a cifra. Cargas, discussões, enfim, inicia a jornada. Um dos passageiros informa à nossa equipa que o que estávamos a ver, ainda não era nada comparado ao que viria nas próximas viagens.

"Essa deve ser a viagem mais calma em relação às dos outros horários. O comboio está sempre cheio e atrasado", alertou.

Enquanto isso, uma outra equipa nossa aguardava desde às 6h00, na estação da TEXTANG, pelos próximos serviços do trem já que a primeira viagem tinha saído, aproximadamente, às 4h30. Depois de longa espera, o comboio aparece com todas as carruagens cheias. Já eram 8h50.

Feito o desembarque dos passageiros retoma o percurso habitual, TEXTANG/CATETE. Para espanto dos ocupantes, a locomotiva pára na estação da vila, Viana, o que obrigou os passageiros a esperar os outros serviços, sem hora marcada. Insatisfeitos, alguns, explicaram à nossa reportagem que este problema é recorrente e que o mau trabalho dos Caminhos-de-Ferro de Luanda, estende-se desde a

falta de informação prévia à irregularidade dos horários.

Durante a nossa viagem, podemos constatar que as casas de banho estão completamente inoperantes. Questionados sobre o assunto, alguns revisores alegaram que a falta de água está na base de tudo.

"Sem água é expressamente proibido usarem-se as casas de banho", quem o fizer, alertam, é obrigado a lavá-las. Por estas e tantas outras irregularidades um número considerável de passageiros do comboio do CFL, está a preferir os candongueiros ou autocarros.

6.5 Taxas com custos inoportáveis

Jornal a Capital

19 De Maio de 2014

Texto: Mirene da Cruz

As contas começam a ficar complicadas para muitos utilizadores dos transportes públicos da linha dos chamados "azuis e brancos". Pelo menos é a realidade actual de quem, por força de um salário de si já magro, tem de fazer uma gestão apertada do pouco que aúfere.

As complicações nas contas acentuaram-se, nos últimos tempos, por conta de alguém que qualificou como ganância de alguns taxistas, que, de repente, entenderam simplesmente encurtar as rota e, em outros casos, cobrar do obro do valor oficialmente fixado.

Dos Congolese até à paragem da BCA cobram 200 kwanzas", queixa Ermelinda José, apresentando esse caso como um exemplo do que está a passar no momento. Ela vive no Zango-II e por dia chega a gastar cerca de 1.400 kwanzas para chegar à Maianga e regressar. "Todos os dias, não importa a hora" revelou.

As despesas com o táxi estão, por isso mesmo, a tornar-se num custo inoportável para quem, como ela, é obrigado a fazer uso dos chamados "azuis e brancos" por razões laborais.

Para economizar um pouquinho mais o seu salário, muitas vezes é obrigado a andar alguns troços a pé. "Tem sido a solução", explicou.

E não podia ser de outra forma, a olhar para o que aúfere mensalmente. Ermelinda disse que ganha cerca de 100 mil kwanzas, sendo que daí sai, diariamente, o dinheiro para o táxi e as outras despesas básicas, o que para ela, "não tem sido fácil".

Para que se tenha uma noção do peso das despesas com o transporte na sua estrutura de custo apresentou o seguinte dado: "Só de táxi, nos dias úteis gasto cerca de 39 mil kwanzas", revelou.

Ermelinda admite que tal situação pode estar associada aos engarrafamentos que se assistem nos últimos dias provocados pelas chuvas que, agravaram ainda mais os já de si péssimo estado em que se transformaram a maior parte das estradas da cidade.

Ele vive na zona da Cimangola e trabalha na Mutamba. Todos os dias gasta algo como 1200 kwanzas de e para casa, agora, ao contrário de meses passados em que gastava menos do que esse valor.

Por força de tamanha despesa, Hermenegildo diz que muitas vezes é obrigado a sacrificar o almoço.

Até 100 kwanzas faz falta nesta hora", contou. O funcionário disse que, em parte, se revê na acção maliciosa dos taxistas, porque estes têm que recuperar o que perdem durante o engarrafamento, assim como o que gastam com a reparação das avarias decorrentes do mau estado das vias. Mas ainda assim, "não somos culpados".

Desapontado com tudo isso anda o senhor Horácio de Jesus, que diz sentir-se igualmente vítima das dificuldades vividas por outros trabalha dores, nos últimos tempos, nas suas deslocações.

"É absurdo continuarmos assim" desabafou, considerando que, no final das contas, "quem paga é sempre o pacato cidadão". Ele assim o refere não sem razão. Explica, por exemplo, que em dias de maior azar, gasta qualquer coisa como cerca de 1.000kwanzas com o táxi de casa para o serviço e vice-versa. A isso inclui-se ainda outros 800 kwanzas para a refeição, o que, como disse, não são contas baratas para quem, como ele, aúfere cerca de 50 mil kwanzas mês. Somando o que gasta todos os dias em viagens nos "azuis e bancos", Horácio de Jesus declara que desembolsa mensalmente nada menos do que 28.000 kwanzas de um salário que ele considera ser já bastante magro. "Não ganho tanto para isso", reclamou, ao exigir uma intervenção urgente e mais sustentável por parte das autoridades.

Apesar de constituir um custo inoportável para o seu orçamento, os "azuis e brancos" são, ainda assim, a preferência de pessoas como Ermelinda José, Tudo por uma razão simples.

"Eles podem dar mbaia", justificou, numa alusão às ultrapassagens irregulares, que, quando bem sucedidas, lhe permite chegar mais cedo ao respectivo destino.

6.6 OBRAS NO LOBITO: Nova centralidade fica pronta dentro de um ano

Jornal de Angola

21 De Maio de 2014

Texto: Sampaio Júnior

As obras da centralidade do Lobito, uma das três em construção na província de Benguela, estão em fase avançada e devem estar concluídas no próximo ano. O ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva, esteve no local para avaliar o andamento dos trabalhos.

A nova cidade vai ter três mil habitações, entre vivendas e apartamentos. O engenheiro Celso Tavares, da empresa Impulso Angola, que trabalha na coordenação e fiscalização das obras, afirmou que todos os dias são registadas melhorias. A nova cidade está a ser erguida num espaço equivalente a 293 campos de futebol.

Além das habitações, a centralidade vai ter infra-estruturas sociais, mercado, escolas primárias e secundárias, Administração Municipal, Igreja, subestação eléctrica, estações de tratamento de lixo e de tratamento de água. Celso Tavares destacou a actividade da fiscalização, que considera essencial em todo o processo de construção. Além de assegurar a qualidade que o dono da obra pretende, garante que os moradores possam viver em segurança e de acordo com os padrões projectados.

"Estas habitações vão beneficiar milhares de angolanos na cidade do Lobito, daí a necessidade da utilização de ferramentas que permitam o acompanhamento mais eficaz das obras e garantam a qualidade dos serviços de engenharia prestados", afirmou o engenheiro Celso Tavares.

O ministro do Urbanismo e Habitação, José António da Conceição e Silva, teve um encontro com o governador Isaac dos Anjos, com quem avaliou e passaram em revista o processo de comercialização dos 200 fogos construídos na província de Benguela.

7. TERRA

7.1 Ocupações ilegais são desafio à autoridade do Estado

Jornal de Angola

04 De Maio de 2014

Texto: Álvaro Domingos

A ocupação ilegal de terrenos públicos provoca uma situação nefasta a todos os níveis. O problema não se confina apenas à província de Luanda, pois estende-se a todo o país. Onde existem placas a indicar a existência de reservas fundiárias do Estado logo surgem casebres de chapa ou capim a "marcar" terreno para as indemnizações.

Na maior parte dos casos são ocupantes manipulados e ao serviço de organizações de malfeitores que têm escritório na política e mãos livres para o crime, seja de exportação ilícita de dinheiro, esbulho de fundos partidários ou roubo da coisa pública.

Apesar de conhecerem os riscos, e até reconhecerem publicamente que estão a cometer um crime, os ocupantes das reservas fundiárias continuam a violar a lei por conta de outrem, sem nenhuma consequência, bem pelo contrário.

Existe uma evidente falta de autoridade do Estado. Permitir que alguém considere seu o que pertence a todos, é também criminoso.

A situação levanta esta questão premente que está ligada à compreensão das leis e ao exercício da autoridade e da ordem pública. Os terrenos públicos pertencem ao Estado, tal como está estabelecido pela Constituição da República. É certo que o partido que lidera a oposição queria que a terra fosse "propriedade do povo".

Assim mesmo, uma coisa vaga, à vontade de cada freguês. Como não conseguiram montar a armadilha na Lei Fundamental, agora os dirigentes e deputados eleitos da UNITA ficam placidamente a olhar para os assaltos às reservas fundiárias do Estado.

Nem uma palavra de condenação. Pelo contrário, os activistas do partido de Isaiás Samakuva estão sempre na primeira linha de defesa das ocupações selvagens. Já nem sequer disfarçam que estão fora da ordem Constitucional. Eles sabem que querem e para onde vão.

Os terrenos das reservas fundiárias são do Estado, quer dizer, de todos nós, ninguém pode apropriar-se deles, para fins pessoais.

O Estado cede a sua utilização, emitindo uma licença que será renovada se houver interesse público. É tão simples como isso.

Os activistas da UNITA ainda não sabem, mas é fácil aprender que o Estado, somos todos, é o Povo Angolano abraçado numa só Nação. Tenho esperança que Isaiás Samakuva e os senhores deputados da UNITA um dia compreendam estes conceitos. Nesta óptica, quem ocupar um terreno vago de propriedade privada ou estatal está a incorrer num crime por usurpação.

O respeito pela propriedade, seja privada ou estatal é inquestionável. Ninguém pode, sem um motivo válido e escudado por uma ordem judicial, ocupar um terreno público para construir uma habitação ou dar-lhe outra utilidade. A UNITA tem excelentes juristas, alguns até são deputados. Facilmente percebem o que estou a descrever.

É importante que as leis sejam respeitadas por todos os cidadãos não só neste caso, mas também em outras situações gritantes, como a violência doméstica e os abusos sexuais, sobre os quais as autoridades agem imediatamente, sempre que surge uma denúncia.

No caso vertente, a ocupação ilegal de terrenos públicos e privados, ao contrário do que alegam os prevaricadores, além de abusiva, não tem nenhuma justificação plausível e muito menos aceitável.

Alegar que os terrenos estavam desocupados e, portanto, à mão de semear, é o mesmo que assaltar uma casa ou roubar um carro porque os proprietários estavam ausentes ou a dormir. Quem assalta casas e rouba carros não é um "ocupante" mas simplesmente um criminoso que vai ter de prestar contas à Justiça.

Por trás das ocupações das reservas fundiárias do Estado está também um negócio ilegal, relacionado com a intenção danosa de obter uma habitação do Estado em novas urbanizações ou centralidades.

Quem age dessa forma oportunista parte do princípio que o Estado tem o dever de realojar pessoas que construíram casebres onde não podiam. Os que precisam de casa e respeitam as leis, esses podem ficar à espera de uma casa digna.

Apesar dos avisos das autoridades policiais e do Governo, há pessoas que insistem em construir em locais impróprios, contrariando as disposições legais.

Além de entrarem em conflito com a lei, por ocupação ilegal de terrenos públicos e privados, põem em causa a sua própria integridade física e dos seus familiares.

Já houve situações dramáticas nas barrocas da Boavista, em Luanda, e noutras partes do país, com mortes e destruição de casebres devido ao deslizamento de terras e enxurradas.

O perigo continua a rondar essas áreas, apesar das várias advertências das autoridades. Mesmo assim, os ocupantes ilegais insistem na transgressão e, depois, quando a chuva provoca estragos, reclamam da falta de apoio do Governo e exigem realojamento.

A figura da posse de terra, por falta de aproveitamento, não colhe nestes casos, porque existem proprietários, o Estado ou privados.

A chamada reserva de Estado significa que esses terrenos estão disponíveis para futuras urbanizações, ou para outros fins, como a construção de hospitais, ou até a produção agro-pecuária e parques industriais.

Sendo assim, compete às autoridades impor a ordem, independentemente das reclamações avançadas na comunicação social, pelos prevaricadores, cujo eco chega a associações da sociedade civil e de outras instituições reconhecidas pelo Estado, que assumem o papel de representantes, apesar de não terem recebido mandato para tal.

O aproveitamento dessas situações por organizações partidárias é por demais conhecido e repudiado pelos homens da lei que actuam dentro dos marcos da legalidade, como lhes compete. Mas tem que ser a sociedade no seu conjunto a condenar os assaltantes e todos os que fazem política atentando contra o bem comum e os recursos que pertencem ao Estado.

7.2 Martelo demolidor soma e segue em Cacuo

Jornal A República
09 De Maio de 2014
Texto: Inácio Cândido

Os populares do bairro Belo Horizonte em Cacuo, foram surpreendidos pelo martelo demolidor para beneficiar a empresa Bem Posta; os fiscais e polícia nacional sob a orientação da administração de Cacuo foram os actores.

De acordo a informação prestada por populares que se dizem agastados com a situação, foram demolidas mais de cem casas e, como ficou claro, muitas famílias estão

ao relento, sem uma explicação da administração de Cacuo, incluindo alguns raptos à mistura, de modo a beneficiar um cidadão de nacionalidade portuguesa.

João de Almeida, disse que vive no bairro Belo Horizonte em Cacuo, há mais de 20 anos, ficou surpreendido com o martelo demolidor que madrugou no seu bairro, alegando que o Estado só dava privilégio ao estrangeiro e, aos nacionais que são os donos da terra, não. "Então uma pessoa que chegou há pouco tempo já tem um terreno legalizado e com documento vindo do tribunal provincial de Luanda e da administração de Cacuo?" Disse, interrogando-se, João de Almeida.

O coordenador adjunto do Belo Horizonte disse, que estavam todos preocupados com tipo de demolições, que ocorreu no seu bairro sem o consentimento das populações. "Nós perguntamos se nós só valemos no período das eleições e agora não somos tidos nem achados; a chefe do executivo local tem que dar uma explicação concernente a esta situação", disse o responsável do Belo Horizonte.

Por seu lado, Rosa Janota dos Santos administradora local, pede calma as famílias do Belo Horizonte, dizendo que foram surpreendidos pelo Comando de divisão de Cacuo, que foram orientados pelo Comando provincial de Luanda da Polícia Nacional, que havia de receber uma comissão do tribunal, para ir para o Belo Horizonte para demolir as casas daquelas famílias, disse Rosa Janota dos Santos.

7.3 Demolições deixam centenas de famílias ao relento

Jornal Angolense
10 De Maio de 2014
Texto: Vandakeya Calitanque

Centenas de casas foram demolidas nos dias 12 e 17 do passado mês (Abril), no bairro Bitá Cinco Fios, município de Belas, sem qualquer justificação.

Os factos episódicos desenrolaram-se, mais concretamente, por detrás da centralidade do Kilarmba e, por conseguinte, famílias inteiras estão ao relento.

No local, o cenário é desolador e assemelha-se ao de um campo com espólios de guerra.

Com as demolições, a população, maioritariamente composta por idosos, luta para de alguma forma sobreviver. Sem ter para onde ir, algumas pessoas, ali mesmo nos escombros das suas residências, criaram abrigos improvisados para tentarem defender-se do sol

e das intempéries, caso das fortes chuvas que têm caído sobre Luanda nos últimos dias.

Quando o dia se despede e a noite chega, o cenário é dramático e parece-se ao de um «campo de batalha» em tempo de guerra. Crianças, idosos e jovens confinam-se e dormem em espaços apertados como se estivessem a esconder-se do fogo inimigo.

Segundo apurou o Semanário Angolense (SA) no local, as demolições naquele bairro foram realizadas de forma coerciva.

Os moradores contam que, sem aviso prévio, foram surpreendidos por máquinas, aparato policial e militar que, com disparos e muita agressividade, obrigaram as famílias a abandonarem as suas casas, sob pena de serem mortos. «Nunca vi coisa igual.», disse um morador deveras assustado. «Chegamos a pensar que o Savimbi voltou, foi um intenso tiroteio que parecia haver guerra».

De acordo com os moradores, no dia das demolições, uma senhora grávida de oito meses deu à luz prematuramente, devido ao susto provocado pelo impacto da destruição da sua casa.

Com a voz embargada, o pai do bebé conta que perderam o filho pouco tempo depois de nascer, tal eram as contingências do momento. «A terra trepidava com o funcionamento das máquinas e a poeira era muita, o bebé morreu poucos minutos após o seu nascimento e foi enterrado debaixo de um cajueiro».

Até ao momento da nossa reportagem a senhora identificada por Marcelina, encontrava-se hospitalizada, mas sem risco de vida, de acordo com o seu marido, Pedro Sebastião.

Um outro caso deu-se com a senhora Juliana que deu à luz a gémeos, por via de cesariana. Um dos bebés morreu, ao nascer, numa unidade de Saúde e o outro encontra-se ao relento com os pais e mais três irmãos menores de idade.

Juliana, com o cenho franzido e inúmeras interrogações estampadas no seu olhar perdido no horizonte, conta que encontrou a sua casa a ser demolida quando chegava do hospital. «Por sorte as vizinhas conseguiram tirar algumas coisas, senão perdia tudo», disse a senhora gesticulando desesperada.

Em condições precárias, principalmente para uma criança recém-nascida, Juliana refugiou-se com o bebé num casebre feito de chapas recuperadas nos escombros. Fernando Vunji, marido de Juliana, com a

aparência cansada e parecendo desnorreado, disse não saber o que fazer diante da situação. Filho de camponeses, conta que seus pais morreram e deixaram-lhe aquele espaço onde construiu uma casa de três quartos que perdeu com as demolições. Como protecção física ganha 18 mil Kwanzas que mal chegam para comprar terreno ou construir uma casa. Fernando repete vezes sem conta: «Estou na desgraça! Estou na desgraça! Estou na desgraça!!!».

No momento das demolições não foi permitido a ninguém fazer telefonemas. «Há um casal que teimou e foi espancado pelos militares», contaram os populares em tom de revolta. «o marido foi algemado e a mulher espancada ao ponto de ficar sem roupa», descreveram. «Eles não tinham piedade».

Apontavam as armas às pessoas que não queriam abandonar as suas casas, fizeram a detenção de alguns jovens, que começaram a ser espancados aqui e depois levados para a esquadra», contou um popular visivelmente assustado.

Consta, segundo relatos no local, que no dia 17 de Abril mais de cinco moradores foram detidos ao tentarem defender-se ou evitarem as demolições.

Administração não tuge nem muge

Enquanto decorriam as demolições, um grupo de moradores dirigiu-se à administração do município de Belas afim de junto da administradora, Joana Quintas, terem alguma satisfação sobre o que estava a acontecer, mas não foram recebidos.

Segundo consta, grande parte dos moradores ocuparam os terrenos antes da proclamação da independência e nunca mais de lá saíram.

7.4 Novas medidas para combater venda ilegal

Jornal de Angola
16 De Maio de 2014

O Governo Provincial de Malanje anunciou ontem um conjunto de medidas destinadas a criar condições estruturais para uma acção nos termos da Lei de Terras e impedir a venda ilegal de terrenos por parte de algumas autoridades tradicionais, anunciou o governador Norberto dos Santos, durante a segunda sessão ordinária.

A província de Malanje tem 1.096.789 hectares de terras distribuídos, dos quais cerca de 92 por cento não tem aproveitamento útil.

Durante a reunião, foi aprovada a estratégia de massificação das Tecnologias de Informação e Comunicação na província, que prevê, a curto, médio e longos prazos, a instalação de pontos de acesso à internet nas escolas e noutros espaços públicos, com a participação do sector privado. Norberto dos Santos recomendou, ainda, às administrações municipais que construam salas de leitura com acesso à internet.

Os membros do Governo Provincial foram informados da execução financeira do primeiro trimestre deste ano, da preparação do Orçamento Geral do Estado para 2015, medidas de combate à sinistralidade rodoviária, segurança pública, assim como o estado de execução do Programa de Reconversão Varietal da mandioca, para o qual foi decidido solicitar apoio ao Ministério da Agricultura.

A reunião considerou, ainda, que criação de condições de habitabilidade para os médicos, em todos os municípios, vai permitir melhorar a assistência médica e medicamentosa às populações.

7.5 Moradores transferidos para outras localidades

Jornal de Angola
18 De Maio de 2014

Os moradores das aldeias que estão próximas ao perímetro do projecto de ampliação e modernização da barragem hidroeléctrica de Cambambe, município de Cambambe, no Cuanza Norte, vão ser transferidos para outras zonas.

Esta mudança resulta de um entendimento a que chegou a população das aldeias e a Empresa Nacional de Electricidade (ENE), disse na sexta-feira à Angop a técnica de Assistência e Segurança da ENE, Eurides Laurinda Santos.

Antes do início do processo de transferência da população, vai ser feito um recenseamento dos habitantes, para determinar a quantidade de casas a ser erguidas noutra localidade. As novas áreas de destino em resposta à necessidade da protecção da fauna e da flora. Actualmente, está a ser desenvolvida uma campanha de esclarecimento da população sobre os benefícios que vão resultar da ampliação e modernização da Barragem de Cambambe.

"Além do impacto e benefícios económicos que vai representar para o país, o projecto vai ser desenvolvido em obediência às normas de preservação e protecção da natureza", assegurou a alta funcionária da empresa pública.

A reabilitação e modernização da barragem de hidroeléctrica de Cambambe, iniciada em 2009, fica concluída em Fevereiro do próximo ano e está a cargo da construtora brasileira Odebrecht, Que opera em Angola há mais de 20 anos.

7.6 CUANDO CUBANGO: Terras para cultivo livres de minas

Jornal de Angola
19 De Maio de 2014
Texto: Lourenço Blue/Savate

O Instituto Nacional de Desminagem (INAD) removeu, entre Agosto de 2013 e Maio deste ano, 503 minas anti-pessoal e três antitanque na comuna do Savate, município do Cuangar, província do Cuando Cubango.

Foram igualmente removidos 21 engenhos explosivos não detonados (uxos), 49 munições de pequeno calibre e 13.856 metais diversos que tinham sido implantados e abandonados durante a invasão das tropas do regime do apartheid, na década de 70.

Em declarações à imprensa, o chefe do departamento provincial do INAD, Paulo Taukondjele, informou que dos 2.743.200 metros quadrados inicialmente previstos para a desminagem, apenas 33.399 metros quadrados de terra arável ficaram livres de minas para o cultivo e pasto de gado. Os trabalhos, explicou, registaram sucessivas paralisações, motivadas pelo crescimento da vegetação e alvoroço de insectos. "Estamos a trabalhar afincadamente na desminagem desta localidade, para relançarmos a actividade agrícola e a pastorícia, visto que a população sobrevive destas actividades " disse, o Soba da comuna do Savate, Nicolau Cambulo, elogiou o processo de desminagem, que já permitiu a limpeza de milhares de hectares de terras aráveis e está a facilitar o relançamento da produção agrícola.

Reconheceu existirem ainda vários campos de minas não identificados no Savate, uma comuna que foi apagada do mapa durante a guerra pós-independência, devido a um bombardeamento da aviação sul-africana que destruiu tudo, e agora começa a reerguer -se.

Nicolau Cambulo referiu que, desde o ano passado, 40 cabeças de gado bovino morreram ao accionarem minas durante o pasto, ao longo das margens do Rio Cubango. "Desde que começaram os trabalhos de desminagem, temos verificado melhorias na estrada e no campo. Neste momento, já foram terraplanados mais de cem quilómetros", referiu, acrescentando que

estão a ser feitos trabalhos de compactação para depois receber o asfalto.

7.7 Angola explora cinco milhões de hectares dos 35 que possui para agricultura

Jornal Continente

30 De Maio de 2014

Angola dispõe de 35 milhões de hectares para o cultivo agrícola, dos quais apenas cinco milhões estão a ser explorados, informou o secretário de Estado da Agricultura, José Amaro Tati.

Ao falar sobre o "Financiamento às infra-estruturas agro-industriais", o secretário de Estado da Agricultura afirmou que para reduzir essa diferença torna-se necessário captar investimentos, recuperar e construir infra-estruturas para o sector. Garantiu que o país possui água, nos diferentes rios, capaz de irrigar 7,5 milhões hectares de terras aráveis.

Para elevar a produção agro-alimentar interna e melhorar a comercialização dos bens produzidos, defendeu maior articulação entre a agricultura familiar e a comercial. "Precisamos fazer um esforço considerável na área de investigação e inovação para acelerar o processo de modernização do sector", frisou.

Relativamente à produção do café, a agrónoma Josefa Sacko, ex- secretária-geral da Organização Inter-Africana do Café (OIAC), que falava na palestra sobre o financiamento do sector do café, disse que para reabilitar a produção do grão no país é necessário um investimento na ordem dos 34,2 biliões de kwanzas.

O referido investimento, prosseguiu, vai permitir alcançar uma produção média de 45 mil e 305 toneladas de café em 2017, o que deverá permitir a exportação de 24,9 mil toneladas. Afirmou que para a produção do grão estão disponíveis, em Angola, 400 mil hectares de terra.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Água potável corre nas torneiras dos Gambos

Jornal de Angola

01 De Maio de 2014

Texto: Estanislau Costa

As doenças provocadas pelo consumo de água imprópria nas zonas afectadas pela seca no município dos Gambos, diminuíram consideravelmente com a entrada em funcionamento de cinco novos sistemas de captação e distribuição de água potável.

Equipados com reservatórios, lavandarias e painéis solares que geram corrente eléctrica para as bombas e outros meios, os novos sistemas de captação estão a abastecer mais de nove mil pessoas e uma significativa quantidade de animais, entre gado bovino e caprino, principal riqueza da região.

Os fontanários instalados nas recônditas localidades de Munailongo, Viriabundo, Ompapa, Nhoca e Catoho, têm capacidade para fornecer três mil litros de água por hora, o que permite descongestionar a concentração de pessoas e animais nos pontos de abastecimento e bebedouros.

O técnico da direcção provincial de Energia e Águas da Huíla, Edson Baptista, explicou que os criadores tradicionais de gado dos Gambos utilizam, além de outros fontanários, várias chimpacas reparadas e alargadas, que acumulam durante muito tempo quantidades aceitáveis de água das chuvas.

Especialista na área ambiental, aconselhou as autoridades do município dos Gambos a apostar mais na plantação de árvores de diversas espécies, para favorecer a criação de um cordão de protecção dos ventos e servir de regulador permanente da precipitação. "Os Gambos são uma zona muito quente e seca, mas há épocas em que as chuvas caem com intensidade, o que permite deduzir que se há chuvas em determinados períodos, também é possível fazer com que as mesmas sejam regulares, a partir do uso de métodos naturais", disse, para acrescentar que as árvores podem facilitar o processo.

O soba grande do município dos Gambos, Gabriel Ondjomina, elogiou a concretização do programa de emergência do Executivo, destinado a acudir as populações e animais afectados pela estiagem prolongada que assolou, no ano passado, vários pontos do país, entre os quais a Huíla. "Temos mais

de dez fontanários de grande capacidade, 12 chimpacas e nascentes naturais reactivadas com a abundância das chuvas, que solucionaram o problema da carência de água", disse o soba, para quem é preciso mais trabalho e criação de novos projectos para a construção de represas ao longo do Rio Caculuar.

Gabriel Ondjomina afirmou que as actuais condições disponíveis estão a favorecer a recuperação dos animais e a sua reprodução, assim como a ajudar as famílias na lavoura. "As igrejas e outros membros da sociedade civil estão a incentivar as pessoas a cultivar e a aumentar os espaços de produção".

Escola e cultivo

O vice-governador para o sector Económico da Huíla, Sérgio da Cunha Velho, que procedeu à entrega dos equipamentos aos municípios, exortou as famílias que se dedicam exclusivamente à pastorícia a também apostarem na produção agrícola e diversificação das culturas.

Sérgio da Cunha Velho, que explicou aos camponeses as acções realizadas no campo experimental de horticulturas da Tunda Agrícola dos Gambos, com três hectares, alertou para a necessidade de todos se empenharem no projecto de multiplicação de sementes, com realce para as verduras, milho, feijão e batata-doce.

Estão enquadrados no processo de multiplicação de sementes 93 associações de camponeses, que vaticinam bons resultados.

Para reforçar a mobilidade dos técnicos de diversas áreas, foram distribuídas viaturas e entregue uma ambulância.

As crianças com idade escolar da povoação de Catoho passaram a ter uma nova escola do ensino primário, com seis salas. O estabelecimento, orçado em 27 milhões de kwanzas, tem capacidade para receber 540 alunos, em dois turnos. Está igualmente disponível um posto de saúde, com cinco camas, consultório, farmácia, sala de parto e de planeamento familiar.

8.2 Programa de recolha de resíduos urbanos custa 136,3 milhões

Jornal Economia

2 De Maio de 2014

Texto: António Eugénio

O plano nacional estratégico de gestão de resíduos urbanos (PESGRU), aprovado pelo Executivo

angolano em 2012, prevê um investimento de cerca de 136,3 milhões de kwanzas (1,4 milhões de dólares) até 2020. A informação foi avançada recentemente, em Luanda, pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, no final do 11 congresso internacional sobre gestão de resíduos em África, realizado, nos dias 22 e 24 do mês passado. Com este investimento, o Executivo angolano pretende que no futuro haja separação na recolha do lixo e a criação de aterros sanitários em todo o país, assim como a recolha imediata do lixo que se produz diariamente.

Segundo a governante, este projecto contará com a participação de empresas privadas para a garantia de responsabilidade social e criar mais postos de trabalho. A ministra apelou ao investimento privado neste sector para que o façam com maior responsabilidade e de forma sustentável. A ideia é que Angola possa num futuro ter orgulho da implementação deste projecto.

Para a implementação com êxito do programa, o Ministério do Ambiente constituiu uma comissão que trabalhará nas 18 províncias para avaliar os locais onde serão instalados os aterros e as formas de colocação dos resíduos, assim como realizarem em primeira instância a elaboração de estudo do impacto ambiental, licenciamento e auditorias aos locais que servirão de aterro na implementação do projecto.

Estratégia

Até 2025, as orientações estratégicas previstas na projecção futura à produção de resíduos em Angola, atinjam em 8,6 milhões de toneladas por ano, equivalente a uma captação diária de 0,81 quilogramas habitante por dia, valores que representam um aumento de 150 por cento, face a 2012 que foi de 75. A responsável apelou para a necessidade de maior consciencialização da população para o problema do lixo e suas consequências, promovendo palestras, nas escolas, igrejas, nos bairros, empresas e comunidades.

Durante o evento, foi lançado o manual sobre recolha selectiva de resíduos em Angola, que inclui os métodos e metas das taxas de reciclagem de vidros, plásticos, metais e outras tipologias de resíduos, até 2022.

Encontro

O II congresso internacional sobre gestão sustentável dos resíduos em África foi organizado pelo Ministério do Ambiente em parceria com a associação internacional de resíduos sólidos e a associação portuguesa de engenharia ambiental. Nesse encontro, os participantes procuraram criar consenso relativamente à gestão sustentável de resíduos em

África, na base da aplicação de métodos e tecnologias mais limpas que valorizem o ambiente, razão pela qual o Executivo angolano está preocupado com a recolha selectiva e diferenciada de recursos, face a produção avançada de lixo que no país atinge anualmente mais de quatro milhões de toneladas de resíduos.

O projecto que este investimento servirá também para que o país possa criar até final de 2017 uma agência dos resíduos, cuja função será regular, fiscalizar e lançar as bases para um sistema de recolha selectiva e diferenciada. Um projecto que inclui o tratamento dos resíduos hospitalares e industriais.

Angola acolheu igualmente, em 2012, na província de Benguela, o I congresso internacional sobre gestão sustentável de resíduos em África.

8.3 Água no Huambo: Novos sistemas de distribuição

Jornal de Angola
05 De Maio de 2014

A população da cidade do Huambo vai contar com mais água potável em breve, com a construção de sistemas de tratamento e abastecimento da água, a partir do rio Cuiungamua e da barragem do Cuando, garantiu o secretário de Estado das Águas.

Luís Filipe da Silva, que visitou Huambo, assegurou que, com a entrada em funcionamento dos novos sistemas, a população fica melhor abastecida de água potável.

"Ao nível da cidade do Huambo, estamos já com o programa de reconstrução de um novo sistema a partir de novas fontes", disse.

A cidade do Huambo vive dificuldades no domínio do abastecimento de água que podem ser resolvidas dentro de um ano, assegurou o secretário de Estado da Águas.

Em declarações à imprensa no final da jornada de trabalho de dois dias à província, Luís Filipe indicou que as dificuldades no abastecimento da água decorrem do estado obsoleto do equipamento da estação de captação. Desde 2008, a estação não beneficiou de qualquer intervenção. A infra-estrutura dentro de dois meses recebe novo equipamento para repor a sua capacidade de produção, que actualmente produz apenas dez por cento, dos 1.360 metros cúbicos por hora de potência instalada.

Para o longo prazo, lembrou, está em carteira a construção de duas estações de captação e tratamento de água, cinco centros de distribuição e uma rede de 3 16 quilómetros quadrados para 16 mil ligações domiciliárias. Luís Filipe referiu que estes projectos devem ser executados durante três anos.

O Ministério da Energia e Águas promove um concurso público para a selecção das empresas que vão executar os projectos.

8.4 Cuanza Norte: Mais distribuição de água

Jornal de Angola
05 De Maio de 2014

Cerca de 300 mil pessoas do Cuanza Norte têm acesso a água potável através de abastecimento domiciliar e da rede de chafarizes, incluindo nas zonas rurais, garantiu o governador da província.

O quadro do programa de ampliação da rede de distribuição de água encontram-se actualmente em curso na província novos projectos de distribuição de água e, depois de concluídos, vão beneficiar quase oito mil pessoas, alargando assim o número de beneficiários e a taxa de cobertura de distribuição de água para 71,4 por cento.

Henrique Júnior acrescentou que, apesar da província do Cuanza Norte dispor de um grande potencial em termos de recursos hídricos, a situação do abastecimento de água no geral, ainda não atingiu toda a população.

Ndalatando conta actualmente com uma rede interna de distribuição de água com mais de 45 quilómetros de extensão e captada a partir do Rio Mucari, situado a cerca de 17 quilómetros da cidade.

A distribuição de água à população de Ndalatando é garantida através de 2.600 ligações domiciliárias e 110 chafarizes instalados em vários bairros periféricos, que são suportados por uma central de tratamento que compreende um reservatório de distribuição de cinco mil metros cúbicos.

O Cuanza Norte tem urna extensão territorial de 20.252 quilómetros quadrados e uma população estimada em mais de 500 mil habitantes, distribuída por dez municípios.

8.5 "LUANDA LIMPA" não paga salários há quatro meses

Jornal Mamchete
09 De Maio de 2014

De acordo com os mesmos, a entidade patronal não os remunera desde a inauguração da empresa em Dezembro do ano passado. Os mesmos dizem não saber o que fazer, uma vez que os responsáveis da empresa de recolha de lixo "Luanda Limpa" se furtam a dar algum esclarecimento, relativamente ao assunto. Muitos trabalhadores alegam estarem preocupados com esta situação, principalmente aqueles que vivem em casa de renda, porque não têm como pagar o senhorio.

Queixam-se igualmente que a empresa não disponibiliza equipamentos para a execução do trabalho como máscara, fardamento, luvas e botas. Trazem esses meios das suas casas, roupas que já não utilizam, para fazerem uso nos seus postos de trabalho.

Pelo que alegam que correm muitos riscos de contrair alguma doença, uma vez que os trabalhos de recolha de resíduos sólidos exigem cuidados redobrados para quem está nesta profissão. Tentamos contactar a direcção da empresa Luanda Limpa, mas sem sucesso.

8.6 Sistema de captação instalado na região

Jornal de Angola
09 De Abril de 2014
Texto: Arão Martins

Um sistema de captação e distribuição de água no rio Catumbela vai ser desenvolvido ainda este ano, pela Administração Municipal de Caconda, no quadro do Programa Água para Todos, anunciou o administrador Adão César.

O projecto é desenvolvido pelo governo, através da Direcção Provincial da Energia e Água, com o objectivo de abastecer a população dos bairros periféricos e da sede municipal de Caconda.

No quadro do Programa Água para Todos, virado para o meio rural, estão em execução acções que visam a abertura de 16 novos furos de água, alguns dos quais já em fase terminal.

Para o abastecimento à sede municipal, o administrador disse que existe um programa de âmbito nacional que arranca agora, com vista a elevar a

capacidade de abastecimento de água potável às populações.

Adão César informou que, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, a administração tem em carteira outras acções, para as quais estão a ser canalizadas somas avultadas. Decorrem as obras de construção de dois centros de saúde, sendo um no sector de Bandeira, comuna de Gungui, e outro na comuna do Uaba.

O administrador municipal des tacou ainda a obra no edifício onde vai funcionar a loja da delegação provincial da Justiça, com vista a proporcionar a entrega imediata do Bilhete de Identidade, cujo equipamento de emissão já está no município.

Adão César referiu igualmente que está em curso o projecto de construção de dois edifícios para administrações comunais, além de uma escola de sete salas de aulas. Informou que com o fundo do Programa de Combate à Pobreza são construídos campos desportivos polivalentes, nas escolas construídas o ano passado.

Este ano, foram matriculados centenas de alunos em Caconda, graças à construção de uma escola de 20 salas, e a abertura do núcleo do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do Governo Provincial da Huíla.

Outro destaque tem a ver com a construção das primeiras 40 casas, do total de 200, programadas para Caconda.

Estão prontas para entregar aos beneficiários, jovens e funcionários da administração local. Adão César reconheceu que o Programa de Combate à Pobreza permitiu melhorar a qualidade de vida das populações. Foram construídas várias escolas nas comunas de Gungui e Uaba.

O administrador destacou ainda que o município de Caconda vai brevemente contar com uma biblioteca municipal. A primeira pedra para a construção da obra foi colocada pela ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva.

8.7 Lixeira de resíduos sólidos nas obras da Polícia de trânsito

Jornal A República
09 De Maio de 2014

Na estrada que liga estrada de Viana ao Batalhão de Trânsito, BT, estranhamente assiste-se, sem que as autoridades intervenham, depósitos de vários resíduos, entulhos de terras e outros resquícios sólidos depositados em plena via pública. Inesperadamente, essa triste situação, acontece frente as instalações do INEA, Instituto Nacional de Estradas, de seguida localiza-se o Quartel da Polícia de Trânsito. Os seus efectivos passam, circulam nesta mesma estrada, todos os dias, horas e minutos, sem que intervenham, no sentido de multar os camionistas que fazem o desterro publicamente naquela via. É visível a danificação do asfalto, a terra ocupa, toda a extensão da estrada asfaltada.

8.8 ELISAL com novo director interino

Jornal Angolense
10 De Maio de 2014
Texto: Lídio Manuel

A nomeação na semana passada de um novo responsável para, interinamente, dirigir os destinos da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) coincide com um dos períodos mais críticos que a cidade capital tem vindo a registar em matéria de recolha de lixo. Há montanhas de resíduos sólidos espalhadas por tudo por tudo quanto é canto, e uma manifesta incapacidade das empresas operadoras darem conta do recado, o que tem estado a concorrer para o aumento do número de óbitos como resultado de doenças endémicas.

Um ano depois de ter sido indicado para chefiar a Comissão de Gestão e Reestruturação da ELISAL, o economista Manuel de Jesus Loth foi, há pouco mais de uma semana, apeado deste cargo.

As razões que levaram ao seu afastamento e à sua substituição por Ermilindo da Silva Gonçalves Pereira são desconhecidas, mas tudo aponta que as mesmas terão a ver com o fraco desempenho da ELISAL e demais operadoras do sector em procederem à recolha das enormes quantidades de lixo que se encontram espalhadas pela urbe. Uma situação que, entretanto, atingiu o seu pico com as fortes chuvas que, por estes dias, têm estado a abater-se sobre Luanda.

Com esta nomeação, Ermelindo Gonçalves Pereira passa agora a acumular as novas funções com as de director provincial de Energia e Águas, já que não foi ainda exonerado deste cargo, que ocupa desde 26 de Novembro de 2012.

Aos observadores mais atentos não terá, certamente, passado despercebido o facto de novo director ter sido nomeadamente de forma interina, o que reforça a ideia de que ele, à semelhança de Manuel Loth, se encontra à experiência, até que seja definitivamente encontrado um outro gestor.

Além disso, levanta-se também a questão de se saber por quanto tempo Ermelindo Pereira será mantido no cargo, a avaliar pela precariedade e volatilidade de gestores que têm vindo a ocupar a referida cadeira. Só nestes últimos 24 meses, a ELISAL conheceu três gestores, nomeadamente António Lúcio Martins, Manuel Loth e, agora, Ermilindo Pereira.

O consulado de Manuel Loth, um quadro afecto ao Ministério da Defesa e que fora chamado para coordenar a Comissão de Gestão, ficou marcado não só pela colossal dívida às operadoras, como também pelo polémico pagamento às empresas do sector por via da modalidade de «área limpa», ao invés, da facturação «à tonelada».

Na opinião de responsáveis de algumas operadoras, o novo modelo tem vindo a revelar-se um «fracasso» por «circunscrever à recolha a uma determinada área, limitando o campo de actuação das empresas».

Chafurdar no lixo

A problemática do lixo tem vindo a agravar-se nestes últimas semanas devido às inclementes chuvas que têm caído sobre a cidade de Luanda, o que tem limitado o acesso e à circulação dos meios rolantes destinados à recolha dos resíduos sólidos.

Confrontadas com a exiguidade de meios técnicos, viaturas de recolha obsoletas, as empresas que actuam nesse segmento do mercado não têm como movimentar-se em determinadas zonas da cidade devido às condições adversas no terreno impostas pelas chuvas.

Ao contrário dos anos anteriores em que se registou um relativo período de estiagem, este ano, as chuvas apanharam os responsáveis camarários praticamente desprevenidos ou, antes, desguarnecidos.

Indiferentes à dor alheia, as chuvas pluviais têm estado a fazer das «suas», causando estragos atrás estragos, ante à incapacidade dos órgãos afectos ao Governo

Provincial de Luanda (GPL) e do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros (GPL), que se encontram praticamente apáticos para minimizar os danos causados pelas enxurradas.

Em resultado disso, em quase todos os cantos da cidade, sobretudo nos bairros suburbanos, é fácil verificar que o lixo há muito não é recolhido. Há cada vez mais montanhas e montanhas de resíduos sólidos espalhadas por vários pontos, a empestar não só a atmosfera de cheiros nauseabundos, como também a provocar uma sorte de doenças endémicas, em particular a malária, cólera, diarreias hemorrágicas, dentre outras patologias associadas à falta de higiene.

Entre os gestores ligados às empresas do lixo, há quem acredite que a melhoria da situação não resida apenas na simples mudança de gestores, mas também assenta numa série factores, tais como: regularização da dívida às empresas prestadoras de serviço, aumento da capacidade técnica das operadoras; educação cívica da população e melhoria das condições das vias rodoviárias.

8.9 EPAL duplica capacidade de produção de água potável

Jornal de Angola

10 De Maio de 2014

Texto: Vitorino Joaquim

A Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL) duplica a capacidade de produção de água com a entrada em funcionamento dos sistemas "Bita" e "Qullongs Grande". Em entrevista ao Jornal de Angola, o responsável da área de projectos e Investimentos da Empresa, Albertino Gomes, garante que são dois projectos com uma dimensão única na África subsaariana.

Jornal de Angola - Quais são os novos projectos da EPAL?

Albertino Gomes - São o "Bita" e o "Qui longa Grande", que começam a ser executados logo que estejam concluídos todos os trâmites administrativos. Neste momento já temos a aprovação do Executivo e aguardamos pelo visto do Tribunal de Contas.

JA - O que são esses sistemas?
AG - Antes de responder à pergunta, devo dizer que um sistema é um conjunto de várias partes interligadas, mas cada parte tem o seu papel, que resulta na produção de um bem. O Sistema Quatro "Bita" em princípio é implementado na área do Bita e é constituído por captação, grupos de bombagem e

adução de água bruta até à estação de tratamento. Esta estação de tratamento de água tem ao lado um centro de distribuição, que nós designamos de Centro de Distribuição do Bita, cuja função é armazenar e aduzir água por gravidade até aos outros centros de distribuição.

JA - Qual é a capacidade instalada do sistema?

AG - Estamos a falar de 518.400 metros cúbicos de água, o que corresponde a 518.400.000 litros de água por dia.

JA - Qual o período de construção ou em quanto tempo é construído?

AG - O prazo de construção é de 36 meses, é o prazo maior, porque o sistema contém vários lotes, onde são realizadas várias obras em períodos diferentes, como a construção da captação e da estação de tratamento de água. Há ainda o assentamento das condutas adutoras que vão aduzir água até aos centros de distribuição. Também é construída a estação de tratamento de água de processo.

JA - Quando arrancam as obras do Sistema Quatro?

AG - Um projecto quando nasce, obedece a um conjunto de requisitos, segue tramitação administrativa própria. Esta tramitação já foi observada quase na totalidade e já estamos na fase na qual tivemos o privilégio de receber por decreto presidencial a aprovação deste grande projecto e isto fez com dêsemos o passo seguinte.

JA - Qual foi o passo seguinte? E que trâmites já foram observados para o arranque do projecto?

AG - O passo seguinte consistiu na assinatura dos contratos com os empreiteiros e fiscais que vão construir e fiscalizar as obras.

Toda a documentação referente a cada um dos projectos é compilada pelo nosso gabinete jurídico para em seguida ser remetida ao Ministério de Energia e Aguas, que por sua vez faz chegar ao Tribunal de Contas para o visto final. A partir daí o projecto arranca.

JA - Que zonas são abastecidas pelo Sistema Quatro "Bita"?

AG - O Sistema Quatro está mais direccionado para a parte sul. Este Sistema deve abastecer a própria área do Bita, reforçar o centro de distribuição do Camama, o Cabolombo (zona verde), Mundial e Ramiros. Este sistema tem também a função de reforçar, num futuro muito próximo, o centro de distribuição da Maianga.

JA - Quanto ao projecto Sistema Cinco "Quilonga Grande"?

AG - É um projecto semelhante ao Sistema Quatro "Bita", obedece aos mesmos critérios, tem a mesma capacidade, tem as mesmas características técnicas. A diferença consiste na tecnologia de tratamento e no número de sete centros. O "Quilonga Grande" tem a captação e a estação de tratamento de água nas imediações de Bom Jesus. Deve abastecer as áreas de Bom Jesus, Zangos, Novo Aeroporto, Quilómetro 30, Zona Industrial de Viana, Capalanga e finalmente a Centralidade Sekele. Portanto, é visível a abrangência destes sistemas.

JA - O que representa tudo isto para a cidade de Luanda?

AG - É uma grande mais-valia, obvio. Basta dizer que a capacidade dos dois sistemas, só nesta primeira fase, é igual à capacidade de todos os nossos sistemas actuais. A nossa capacidade actual instalada de produção de água anda à volta de 550 mil metros cúbicos de água por dia. Com o funcionamento destes projectos, Sistema Quatro "Bita" e Sistema Cinco Quilonga Grande, devemos duplicar esta capacidade. Portanto, nós, num horizonte temporal de cerca de 36 meses, temos Luanda com mais água.

JA - Antes existiram projectos com pouco êxito. Desta vez, o problema de abastecimento de água é resolvido?

AG - Dizer que esta quantidade de água é suficiente para resolver os problemas da cidade de Luanda é difícil de garantir. Nós estamos apenas a falar de uma primeira fase. Cada sistema tem duas fases de aplicação. Nesta primeira fase vamos produzir 518.400 metros cúbicos por dia, nos dois sistemas. Como nós não sabemos com exactidão quantos somos em Luanda em termos de população, para termos garantias, projectámos uma segunda fase, que deve arrancar assim que a primeira terminar.

JA - Com o arranque da segunda fase dos dois projectos, quanto é a produção de água?

AG - Com a conclusão da segunda fase dos dois projectos, a produção é de 1.036.800 metros cúbicos de água por dia.

JA - Podemos concluir que o Censo-2014, que está quase a começar, vai permitir à EPAL uma melhor distribuição de água?

AG - Nós estamos satisfeitos com a realização do Censo-2014, porque falar da água significa sa-

ber quantos somos. Nós precisamos de saber com exactidão quantos somos, porque o que se passa é que estimamos o consumo por pessoa de 150 litros por dia, mas não sabemos exactamente quantos somos. Ao conhecer a nossa taxa de crescimento, o índice de desenvolvimento em todos os sectores, podemos prever e perspectivar o nosso futuro com mais precisão. Todo o sistema tem um tempo de vida útil, depois de dez anos deve ser reabilitado ou ampliado. Isto depende de vários dados, incluindo o censo populacional. O Censo-2014 é para nós muito bemvindo, porque vai ajudar-nos nos cálculos hidráulicos e não só.

JA - Quem são os parceiros da EPAL nestes projectos?

AG - Para estes projectos foram constituídos dois consórcios. Para a construção da Captação e Estação de Tratamento de Água do "Bita", o consórcio Norberto Odebrecht, Teixeira Duarte e Mota Engil. Para a construção da Captação e Estação de Tratamento de Água do "Quilonga Grande", o consórcio Epalanga (Veolia, Andrade Gutierrez e Queirós Galvão). Também contamos nos dois projectos com outras empresas, chinesas, portuguesas e angolanas.

JA - Como vai tratar a EPAL a questão dos lotes para a construção das obras que estão ocupados por populares?

AG - Os dois projectos são de âmbito social e a EPAL podia ocupar os espaços identificados sem negociação com os supostos proprietários. Mas não é esta a nossa postura. Estamos a trabalhar com o apoio das Administrações Municipais e junto dos ocupantes, procurando negociar.

JA - Do ponto de vista do impacto ambiental os projectos têm consequências?

AG - Sim, a pergunta é pertinente. Tendo em conta a amplitude e importância destes projectos, estamos a trabalhar com o Instituto de Gestão Ambiental, instituição tutelada pelo Ministério do Ambiente.

JA - No caso da Maianga, com estes mega projectos e com uma rede técnica velha, não vai dar problemas?

AG - Não há nenhum problema, a rede começou a ser substituída e para tal contamos com o projecto das 700.000 ligações que contempla também a parte urbana.

JA - Quanto custam os dois mega projectos?

AG - O valor estimado é de cerca de 115 mil milhões de kwanzas.

8.10 Obras sobre conduta de água causam transtornos na estrada do lar do Patriota

Jornal Angolense

10 De Maio de 2014

Texto: Ládio Manuel

As chuvas que, nestas últimas semanas, se abatem impiedosamente sobre Luanda, têm trazido à tona uma sorte de debilidades e deficiências de obras públicas como, por exemplo, as que actualmente se verificam na estrada de acesso ao Lar do Patriota, ao Benfica.

Esta via, que foi executada em 2010 pela empresa brasileira Odebrecht, e entregue ao Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), tem estado a infernizar a vida de muitos automobilistas e transeuntes que nela circulam, devido às inundações causadas pelas águas das chuvas.

Uma fonte ligada ao INEA revelou há dias que esta situação tem sido pelas obras feitas sobre a linha de água, tem sido agravada pelo lixo depositado na vala, ao ponto de obstruir a passagem das águas.

Em relação a este assunto, convém recordar que há cerca de três anos, o Semanário Angolense alertara sobre os perigos de construção de um muro sobre a referida vala de drenagem de águas, localizada à entrada da estrada do Lar do Patriota, para quem sai de Via na em direcção a Luanda.

Na altura, houve quem não tivesse levado o assunto a sério, não obstante este jornal ter publicado fotos de um muro que tinha sido construído sobre a referida conduta, e que o mesmo colocaria em causa a drenagem de águas naquela área.

O SA defendeu que a obra, que não estava licenciada, devia, pura e simplesmente, ser embargada e, posteriormente, demolida, de forma a evitar danos colaterais aos interesses da colectividade.

Aquando da denúncia dessa transgressão administrativa, referiu-se que a conduta tinha sido inclusive «engolid» pelo proprietário da obra, cuja identidade não foi possível apurar, mas que se presume de alguém com alguém «peso» na sociedade.

Referiu-se ainda que a integração da conduta dentro dos limites do quintal iria limitar o acesso à mesma,

estando este condicionado à vontade do dono da obra, o que seria uma autêntica aberração, já que os interesses públicos seriam subalternizados por outros de índole pessoal.

O descaso levou que um outro particular construísse um outro muro sobre a mesma linha de drenagem, no lado oposto da estrada.

Alternativa fracassada

Ponte molhada do Benfica

Esta ponte, à semelhança da Estrada do Lar do Patriota, foi construída às pressas em 2010, no âmbito da realização do Campeonato Africano das Nações de futebol (CAN), que teve lugar no nosso país nesse ano.

A mesma terá sido erguida para servir de alternativa à ponte do Benfica mas, com o tempo, tem vindo a revelar-se um verdadeiro fiasco, pelo menos, nesta fase do campeonato, ou seja, em época chuvosa.

A conhecida «ponte molhada», como o próprio nome indica, tem andado «molhada», devido às inundações causadas pela força das águas das chuvas em direcção ao mar, que, à sua passagem, têm arrastado consigo toneladas e toneladas de lixo depositadas no leito da vala.

Na opinião de alguns moradores do Benfica, esta ponte já devia ter sido destruída e, no seu lugar, erguida uma outra, à dimensão do vasto movimento rodoviário que se regista nessa via.

Há quem atribua o fracasso da «ponte molhada» a deficiente ou, mesmo, nula fiscalização dessa obra.

8.11 Cónego Manuel das Neves afundada no lixo: Vendedores ambulantes insistem em comercializar na rua perante a passividade da Polícia

Jornal de Angola

12 De Maio de 2014

Texto: Nilza Massango

Buracos e lama dificultam a circulação de automóveis numa das principais ruas de Luanda o lixo é visível ao longo dos passeios situação que cria transtornos aos transeuntes.

A Rua Cónego Manuel das Neves está transformada num verdadeiro chiqueiro. Existe lixo espalhado,

águas e lama nos passeios e na via. De lixo, há de sobra naquela zona do Bairro São Paulo, Sambizanga.

As pessoas vendem, comem, sentam, circulam no lixo e convivem até com os ratos. A preocupação está no facto de as mesmas habituarem-se com o cenário triste e perigoso à saúde pública. Não existe o mínimo de higiene no local. O que existe é uma mistura de lixo, lama e água suja.

"Difícilmente a rua é limpa como deve ser", disse uma moradora. A limpeza e recolha são feitas às baldas. Nunca chegam a retirar o lixo todo. O chão fica imundo com os resíduos sólidos deixados para atrás. O Cine S. Paulo, agora transformado em Casa da Música, não é poupado. Vendem à porta e o lixo abunda.

Outro problema que ganha contornos alarmantes é a venda ambulante e em sítios fixos, como nos passeios da Rua Cónego Manuel das Neves. Mesmo com a proibição de venda em locais públicos e impróprios, os vendedores insistem em comercializar na rua. A força da Polícia e da Fiscalização parece não ser suficiente para travá-los. A situação já fugiu do controlo.

Até onde existem placas de proibição, encontram-se bancadas e barracas. A rua pede socorro. A lixeira começa logo em frente ao Banco de Poupança e Crédito e vai até ao mercado do São Paulo e em diante. Do outro lado da via, sentido para quem vai a Cuca, os passeios foram todos tomados pela venda. Existe uma esquadra móvel e a desordem acontece. A confusão nas bombas de combustíveis da Sonangol faz parte da rotina diária.

O mercado informal na Rua Soba Mandume é prova da falta de pudor. É assustador e lastimável. É preciso haver campanhas de sensibilização e de apelos à saúde pública. Existe também o problema dos buracos.

As crateras que existem na via, junto à loja Padrinho Produções, sentido para quem sai do Cine São Paulo a Baixa de Luanda, ganham profundidade e aos poucos acabam com o que sobrou do asfalto. E com a água das chuvas, a via parece um verdadeiro lago.

Os buracos travam qualquer viatura que transita naquela área. Há anos que a via está esburacada e nada de reparação. Nem sequer há operação "tapa buracos". Paliativa, mas ajuda. O trânsito automóvel continua caótico. Qualquer dia a rua fica intransitável, por causa da invasão dos vendedores nos passeios, os focos de lixo, os buracos na via, a presença dos taxistas que param na faixa de rodagem para carregar e deixar passageiros.

Muito já se falou sobre o assunto, mas o cenário não muda, o que provoca grandes constrangimentos aos automobilistas e afecta à saúde das pessoas. Circular naquela rua é, no mínimo preparar condições para a danificação da viatura. O quadro é deveras desolador. No passado, já foi um dos melhores pontos de Luanda, mas hoje é simplesmente desagradável. Os transeuntes também têm dificuldades de passar, porque os passeios estão obstruídos com montes de artigos expostos para a venda.

8.12 Melhoria dos serviços básicos: Instalado sistema de água no Quibinda

Jornal de Angola

12 De Maio de 2014

Texto: Venâncio Victor

Mais de mil habitantes do sector de Quibinda, no município de Malanje, começam a beneficiar de água potável a partir de Julho próximo, com a conclusão das obras de construção de dois sistemas automáticos de bombagem. Com capacidade para bombear 4.500 litros de água por hora, o sistema financiado com recursos do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, vai contar ainda com reservatórios.

Para uma melhor apreciação das obras em curso, o governador provincial, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", deslocou-se ao local para se inteirar dos trabalhos que vai ajudar na melhoria da qualidade de vida dos habitantes do sector de Quibinda.

O soba António Escoval considerou preocupante a falta de água potável na localidade e, como recurso, disse, a população retira o líquido directamente do rio Kwanza, o que tem provocado várias enfermidades, como doenças diarreicas aguda, febre tifóide e outras.

Apesar deste constrangimento, a autoridade tradicional reconhece os esforços que estão a ser feitos pelas autoridades locais e acredita que dentro de pouco tempo a situação da água vai ser ultrapassada.

A circulação de pessoas e bens também vai deixar de ser um problema. O soba António Escoval disse que estão ser feitos melhoramentos no troço que liga o sector de Quibinda à sede capital da província, num percurso de 30 quilómetros. António Escoval recorda que no passado para se chegar a sede da província, a população demorava cerca de três horas, mas actualmente é feito em apenas uma hora. Para uma maior mobilidade do trânsito, o soba defende que

as obras sejam extensivas ao bairro Massaca, a 20 quilómetros da sede do sector.

Uma das preocupações apresentada pela população camponesa ao governador da província tem a ver com a falta de instrumentos de trabalhos agrícolas, como enxadas, catanas, sementes e tractores.

Norberto dos Santos "Kwata Kanawa" prometeu dar solução ao assunto e aproveitou para entregar às populações bens essenciais de primeira necessidade.

Do lote de bens entregues, constam roupa usada, arroz, açúcar, conservas, sumos, óleo alimentar, calçados, leite, bolachas, entre outros. No sector de Quibinda, a rede escolar continua a ser uma preocupação, daí o governador ter orientado a Administração de Malanje a construir mais escolas para permitir com que mais crianças tenham acesso ao ensino. Norberto dos Santos pretende ver reforçado a rede escolar, de modo a enquadrar um grupo de 550 crianças que se encontram fora do sistema de ensino na localidade que conta apenas com três escolas, uma das quais na sede do sector e duas outras nos bairros Cambundi do Cuije e Massaca.

As aulas são asseguradas por 28 professores, sendo necessários mais 25. No presente ano lectivo foram matriculados mais de 700 alunos, da iniciação à sexta classe.

O governador disse ser importante que as crianças e jovens estudem, para melhor compreender os problemas do país, tendo solicitado aos pais e encarregados de educação no sentido de exigirem que os filhos vão às aulas pois, o futuro de Angola está nas mãos destas crianças.

8.13 EPAL diz que moradores não pagam a água desde 1980

Jornal O PAÍS

23 De Maio de 2014

Para confrontar as declarações dos consumidores, a equipa de reportagem deste jornal deslocou-se até à agência da EPAL, na Maianga, posto responsável pela cobrança e cadastramento dos moradores daquela circunscrição.

Uma das responsáveis da agência, que pediu para não ser identificada, disse que há moradores que não pagam as suas contas há mais de 20 anos.

Para si, esta é uma das medidas que levou a sua empresa a efectuar o corte. "Também é complicado

para a EPAL, que já deu água e há anos o cliente não quer pagar aquele valor. Tudo bem, há valores altos, mas é preciso haver negociação", disse.

Na ocasião, apelou aos clientes para aparecerem na agência, escusando-se a adiantar, contudo, uma data para o restabelecimento do fornecimento de água.

8.14 Capital. Saneamento básico piora com os aguaceiros

Jornal Agora

16 De Maio de 2014

Texto: Francisco Bussulo

No casco urbano desta nossa Luanda, muitas coberturas de esgotos foram arrastadas pelas águas das chuvas e outras retiradas por malfeitores a quem urge combater pelas atrocidades que causam na maior cidade do país

A insuficiência de cobertura do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB), e de empresas privadas de limpeza, tem provocado aos luandenses o lançamento premeditado de dejectos às fossas já entupidas pelas águas das chuvas.

Cidadãos ouvidos pelo Agora contaram que, esta realidade tem sido frequente em épocas chuvosa nos municípios de Sambizanga, Cazenga, Cacuaco e distritos da Ingombota, Samba, Rangel e Kilamba Kiayi, cujas redes de esgotos se apresentam entulhadas pelo lixo, e pela areia.

Martinho Vieira morador da Ingombota, há 30 anos, contou à nossa reportagem, que a principal causa do lançamento de dejectos ao ar livre por parte dos moradores, se deve à falta de manutenção das redes de esgotos dos edifícios, do ineficiente sistema de canalização das águas residuais, que escoam para o mar, e a falta de políticas claras sobre o processo de limpeza nos municípios de Luanda.

"As cidades que se localizam no litoral, como Luanda, hoje com uma população superior em relação aos anos de guerra merecem cuidados especiais, quanto ao saneamento básico por serem portas de entrada comercial e de dinamização de iniciativas empresariais nacionais e do investimento estrangeiro. Por isso deve estar no centro das preocupações do governo provincial, a manutenção das redes de esgotos e a sua reestruturação para o bem-estar da população", sublinhou.

CAOS NO CASCO URBANO.

No centro da cidade várias são as coberturas de esgotos, que foram arrastadas pela força das águas pluviais. Uma situação que também concorre para o congestionamento do tráfego automóvel, principalmente nas avenidas de Portugal, bairros de Kinaxixi, São Paulo, largo do Baleizão, Combatentes e na rua Ngola Kilwanje no Cazenga.

Um grito de socorro para os (SNPCB) ecoa dos moradores abrangidos no processo de desalojamento do município de Sambizanga, cujas residências e fossas demolidas, " sem critérios de prevenção de poluição ambiental, estão a exalar um cheiro nauseabundo", como considera o ambientalista Manuel Sebastião colocando em risco os moradores, que aguardam pelo mesmo processo.

Manuel Sebastião argumenta que os despejos oficiais, ou o desalojamento de famílias para serem instaladas em outras zonas mais confortáveis devem ser acompanhados de equipas de saneamento básico e de prevenção contra sinistros ambientais. Aqui, como salientou, é também chamada a intervenção do SNPCB.

O Agora constatou, que a rua Lwiji-Ankonda, uma das vias de entrada ao centro da cidade, através do município mais populoso de Luanda, Cazenga, se encontra em mau estado de conservação, por forças das águas chuvas.

A mesma via está esburacada e alagada, com várias sucatas de viaturas nas suas bermas, situação constrangedora, segundo os automobilistas e trabalhadores residentes em Cacuaco e Caxito, que têm-na como a mais próxima para chegar aos seus locais de trabalho.

INTERVENÇÃO DOS BOMBEIROS.

Informações do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros (SNPCB) do Sambizanga apontam a falta de comunicação dos moradores em situações de riscos, assim como a construção desordenada de residências como sendo as causas que empecilham os Bombeiros e empresas privadas de saneamento básico de entrarem nestas zonas e socorrerem as situações emergentes.

Depois de seis meses desde que o Director Nacional dos SNPCB, António Vicente Gimbe prometeu a expansão dos (SNPCB) às comunidades, de forma a reduzir o tempo de resposta e presença em áreas de ocorrência de sinistros e outras catástrofes, bem como

a criação dos bombeiros voluntários, até ao momento nada se efectivou.

Aquele responsável salientou também a necessidade da criação da figura do bombeiro colaborador, porém até ao momento "estas promessas ainda não serviram na prática", segundo os moradores, e muitas famílias continuam a lamentar pelas mortes resultados de afogamento nas fossas escavadas e abandonadas, nas praias, nos esgotos de edifícios, por descarga eléctrica e nos incêndios por falta de unidades próximas às comunidades e em áreas que inspiram cuidados.

De acordo com o SNPCB, no primeiro tri mestre do ano foram registados mais de 980 casos diversos, cerca de 170 vítimas mortais onde o incêndio, a descarga eléctrica e o afogamento foram as causas principais do infortúnio em Luanda.

O SNPCB conta actualmente com sete mil efectivos, e em todos os municípios do país, com 1431 instalações, entre destacamentos, esquadras e brigadas de combate a incêndios.

A morosidade na requalificação das ruas da província de Luanda, tem sido segundo os estudantes universitários, ouvidos pelo Agora um dos problemas bicudos, que impede os Serviços Nacionais de Protecção civil e Bombeiros em acudir com maior celeridade os casos de emergências, assim como as empresas de limpeza urbana, nas ruas do

Palanca, Lambanda, Anangola, Sinha Moça, Bairro Popular e as demais que se encontram interditadas para obras de restauro.

SANEAMENTO BÁSICO PELO MUNDO.

Cerca de 2,5 biliões de pessoas no mundo não dispõem de saneamento básico. A falta de sanitários tem sido uma das principais preocupações em países em vias de desenvolvimento como é o caso de Angola, onde as doenças como a malária, o sarampo e VIR/SIDA continuam a fazer vítimas mortais.

Segundo dados das Nações Unidas, cerca de 2,4 mil milhões de pessoas vão viver até 2014 sem saneamento básico, ano que antecede o prazo final para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). A informação faz parte do relatório Progresso sobre Saneamento e Água Potável divulgado em 2013 por duas agências das Nações Unidas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e UNICEF.

IMPORTÂNCIA SEGUNDO O VICE-MINISTRO DO AMBIENTE.

Aqui chegados vale a pena reiterar as palavras do Secretário de Estado do Ambiente, Syanga Abílio, que sustentou aquando da abertura do seminário metodológico sobre 'Saneamento Total Liderado pela Comunidade e Escolas, levado a cabo pelo Ministério do Ambiente em Dezembro último.

O governante chegou mesmo a afirmar que saneamento básico deve constituir-se num veículo de mudança e instrumento para a erradicação da pobreza nas comunidades, através da educação e consciencialização da população.

O programa de 'Saneamento Total Liderado pelas Comunidades e Escolas representou uma ferramenta para a resolução dos problemas de saneamento das populações, sobretudo na identificação de acções concretas para responder aos problemas ambientais, visando a promoção e adopção de boas práticas de higiene, saneamento ambiental e saúde pública, mas até a esta altura nada mais se fala sobre o assunto e "Luanda continua imunda" segundo o estudante universitário Filipe António.

8.15 Falta de água potável em Luanda cria transtornos aos cidadãos

Jornal Continente

16 De Maio de 2014

Texto: Luís Caetano

A falta de água em alguns pontos de Luanda, nomeadamente, Vila Alice, Mártires de Kifangondo, Marçal, Cazenga, Maianga, Viana, Golf 1 e 2, Talatona, Fubú, Kikuxi e Kifangondo, tem provocado muitos transtornos aos municípios da cidade capita.

Moradores da Vila Alice, Mártires de Kifangondo, Marçal, Cazenga, Maianga, Viana, Golf 1 e 2, Talatona, Fubú, Kikuxi e Kifangondo com baldes, bidões, banheiras, tambores, cisternas, é o cenário assustador que se regista em Luanda, tudo porque lá muito que as torneiras destas zonas deixaram de jorrar o precioso líquido.

Continente, como sempre, deslocou-se até esses bairros onde constatou o quanto os moradores passam para conseguirem este bem.

Na oportunidade ouviu alguns moradores das referidas áreas, Paula Feidão, lamentou, o quanto os habitantes passam para conseguirem a água, principalmente na zona do Mártires de Kifangondo,

dizendo que tem muita pena desta circunvizinhança! "Estamos saturados com a falta de água nesta zona, e não sabemos para quando voltaremos a ter este líquido precioso", disse.

Mariana de Jesus Custodio, habitante do Marçal, afirmou que os moradores reuniram-se e convidaram alguns órgãos de comunicação social, para reportarem os factos e pressionarem a quem de direito no sentido de resolverem com máxima urgência esta triste situação, reinante na zona e em particular na cidade capital.

Os munícipes estão descontentes com a morosidade na resolução deste problema que tem infernizado os moradores e apelam encarecidamente a direcção da EPAL no sentido de solucionarem esta situação desagradável.

Francisco da Piedade, morador do Cazenga, há mais de vinte anos, disse que nunca ficou tanto tempo sem água, mas dessa vez é demais. "O que nos incomoda mais é que a EPAL, até agora não fez nada para pôr cobro a esta situação", sublinhou Francisco.

Juliana das Dores, moradora do Golfo II, afirmou estar decepcionada com as instâncias superiores por nada fazerem para o melhoramento de distribuição de água no município.

"É muito chato o que se assiste sobre a falta de água, o mais agravante é que a EPAL tem conhecimento e não diz nada" sublinhou Juliana.

Outros protestos, também vieram de Sónia Miguel, moradora da rua Fernando Pessoa, Vila Alice, que afirmou, que a muito que a zona não tem água potável.

"Tantas promessas feitas pela EPAL na melhoria do abastecimento de água potável para todos e até agora as coisas continuam a piorar", frisou.

Sónia Miguel avançou ainda que não se compreende como é possível, passando um mês, e a cidade continua com o mesmo problema da falta de água.

Paula das Neves, da Maianga, de 45 anos, lamentou igualmente o estado actual da EPAL, que não consegue solucionar os vários problemas que tem tirado o sossego aos munícipes no que concerne ao abastecimento e distribuição da água.

Já Alexandra da Fonseca, do Talatona, disse que estão a atravessar momentos difíceis, as cisternas são caras, e não sabem o que fazer. "Estamos a sofrer cada dia que passa e se a situação se prolongar

por mais tempo não sei o que será do povo deste bairro", deu a conhecer.

8.16 Nascentes da Tundavala e Senhora do Monte Contadores de água instalados no Lubango

Jornal de Angola

17 De Maio de 2014

Texto: Eestanislaou Costa

Nova tubagem aumenta capacidade de transporte do produto para as comunidades

Autoridades governamentais da província da Huíla continuam empenhadas na melhoria do abastecimento de água às populações

Mais de 1.500 casas da cidade do Lubango são ligadas com contadores de água, no quadro da aplicação do projecto que visa ampliar o sistema de captação e distribuição de água da urbe.

O director provincial de Energia e Águas da Huíla, Abel Costa, disse ao Jornal de Angola que a instalação de contadores modernos nas moradias oferece vantagens aos consumidores, no concernente a fiscalização, pagamento justo e poupança da água.

A materialização do projecto surge em época oportuna, face às obras de reabilitação dos passeios da cidade, crescimento populacional e criação das Centralidades da Quilemba e Eywa, com várias infra-estruturas básicas que vão acomodar um número considerável de famílias.

As obras permitiram a substituição de 31 quilómetros da antiga conduta de transporte de água por uma tubagem sofisticada, com dimensões de 200 a 1.000 milímetros, assim como foram contempladas novas áreas onde o sistema de distribuição e abastecimento não era canalizado.

A empresa TSE trabalha na colocação da tubagem apropriada para servir a rede de distribuição ao domicílio, que vai atingir um percurso aproximado de 22 quilómetros e proceder às respectivas ligações.

Em relação às obras, iniciadas em Junho do ano passado, Abel Costa pediu maior celeridade à empreiteira pelo facto de o curso de execução estar à volta dos 45 por cento. Este programa, disse, fez com que vários pontos das principais artérias da cidade fossem escavados.

Condutas reparadas

O director assegurou que as condutas das nascentes da Tundavala e de Nossa Senhora do Monte, que normalmente abastecem a cidade do Lubango, são novas e com maior capacidade de transportar a água para vários reservatórios, fruto das obras realizadas pela construtora alemã Gauff Engineering.

As obras incidiram nas condutas que percorrem da linha que parte da Nossa Senhora do Monte para as áreas da Humpata, bairro da Lage e atinai

O director provincial disse que foram ainda abrangidas a Casa Verde, Bispado, Arco-íris e as imediações do BNA. Abel Costa afirmou que a substituição de tubos da antiga conduta de fibrocimento pela tubagem dupla do tipo PAD, instalada em paralelo com um outro condutor, favorece o transporte de raro de existir as queixas de danificação dos tubos provocada pela sua caducidade, como antes.

Disse que o programa prevê igualmente a construção de sete reservatórios capacitados para armazenar 60.750 metros cúbicos de água potável, superando a cifra dos quatro reservatórios que alimentam a cidade do Lubango.

A remodelação das condutas da Nossa Senhora do Monte e Tundavala, com 12 quilómetros de distância, executada pela construtora local Sela Group, faz parte do Pro-grama Água para Todos e do Programa de Investimentos Públicos.

Abel Costa anunciou a construção de mais oito furos na nascente da Nossa Senhora do Monte, o que eleva para 16 o sistema de captação de água. As obras vão estar a cargo de uma empresa chinesa que procede, neste momento, a testes de avaliação de caudal no subsolo.

Atenção aos bairros

As famílias residentes em diversos bairros do Lubango, sem água canalizada, são abastecidas por fontanários com lavandarias para salvaguardar os cuidados higiénicos. Ao todo, 300 furos equipados com bombas, painéis solares e reservatórios funcionam nas zonas rurais.

Para reforçar e aumentar a capacidade de abastecimento, o director de Energia e Águas garantiu a materialização do projecto que visa a construção de 64 furos com tanques reservatórios do tipo Inox e bebedouros para beneficiar mais de 44 mil populares e gado.

8.17 Só montanhas de lixo atrás de montanhas: Postal pouco abonatório para a imagem da cidade

Jornal Angolense

17 De Maio de 2014

Texto: Kim Alves

A problemática do lixo continua a assolar Luanda, sobretudo depois das fortes chuvas que caíram sobre a cidade.

O assunto é muito sério e grave, visto que há mortes causadas pela falta de recolha e tratamento atempado dos resíduos sólidos.

Apesar de alguns esforços do Executivo nesse sentido, não se encontrou ainda um método certo para estancar o mal pela raiz.

A doença do «katolotolo» está de volta e semear o rasto da morte em algumas famílias.

Uma série de doenças têm vindo a afectar a capital do país em consequência dos vários amontoados de lixo espalhados pela cidade em quase todos os cantos da urbe. Doenças como o paludismo agudo, que se fazem acompanhar de febres altas e dores musculares e articulares, têm estado a bater à porta de muitos lares. Alguns pacientes não conseguem levantar, caminhar ou sentar, devido ao «katolotolo», uma doença que há deixou de se falar; diarreias com sangue e tosses agudas são também enfermidades com que a população luandense tem vindo a debater-se e que já causaram vítimas mortais, principalmente entre as crianças e mulheres.

Alguns populares atribuem esta situação às enxurradas consecutivas que se abateram este ano sobre Luanda, sobretudo nas últimas semanas de Abril e princípios do corrente mês de Maio, que trouxeram à tona um velho problema social com que a província de Luanda se debate: a incapacidade de dar vazão ao lixo. Uma situação que tem se agravado devido à falta de saneamento básico nas comunidades.

Voltar a falar sobre este assunto poderá ser, para muitos cidadãos, mais um mero exercício de retórica, devido ao facto de as autoridades angolanas serem conhecedoras da situação mas têm sentido sérias dificuldades em encontrar soluções para debelar o mal colectivo.

Apesar dos gastos em projectos, implementação de estratégias, os anos vão passando e, ao invés de se

reverter a situação ou, ao menos, minimizá-la, a mesma tende a piorar com o lixo a aumentar nas ruas, becos e ruelas de Luanda.

Sabe-se que o Estado numa determinada ocasião, já chegou a pagar 20 milhões de dólares mensalmente às operadoras de recolha de lixo em Luanda, mas a situação em nada melhorou. Hoje, tudo aponta que esta cifra tenha aumentado e a coisa, ao invés de melhorar, tem estado a piorar.

Uma ronda pelos bairros

Esta semana, o Semanário Angolense (SA) visitou alguns bairros da cidade e constatou que a problemática do lixo é assaz preocupante e gravíssima. Durante uma visita efectuada ao Cazenga, deu para observar que o lixo prolifera por toda a parte nos passeios, ruas largos, à porta das residências, escolas, mercados e até em instituições públicas, como por exemplo próximo da Administração local.

Uma situação deveras constrangedora e arrepiante é a que se vive no conhecido mercado do Kikolo. Águas putrefactas, lama, lixo e cheiros nauseabundos são o quotidiano de quem frequenta aquele local para vender, comprar. A situação estende-se aos bairros circunvizinhos, assim como às vias de acesso ao local. Devido ao estado crítico daquela área, muitos vendedores suspenderam as vendas. O mesmo se passa com o mercado dos Kwanzas. Na parte frontal, devido à reabilitação da rua, a situação pode ser considerada normal, mas nas proximidades do mercado, nas laterais e ruas adjacentes é uma calamidade, uma situação que está a causar transtornos aos vendedores e moradores daquela zona.

Os distritos urbanos do Sambizanga e do Kilamba Kiaxi enfrentam a mesma situação ruas esburacadas, algumas com enormes crateras, que foram entretanto transformadas em depósitos de águas e reservatórios de lamas podres. Devido à intransitabilidade de grande parte das ruas, de acesso ao interior das comunidades, a recolha do lixo tem sido deficiente ou mesmo nula.

Os locais nos quais os moradores antes depositavam o lixo estão abarrotados, devido à falta de recolha do mesmo. Agora, os resíduos sólidos são deixados em qualquer lugar, no meio dos charcos, provocando desse modo a procriação de mosquitos.

No município de Via na vive-se os mesmos problemas. Em alguns bairros, devido ao solo arenoso, quase que não há charcos, mas há a acumulação de lixo em diversos pontos, por falta de recolha quotidiana. O que mais espanta é a situação do bairro da Caop - A, sobretudo na zona das «Manguerínhas». Todas as ruas

estão alagadas e as águas, de tão putrefactas, estão escuras, inclusive o lamaçal. O solo não absorve as águas, o cheiro é impossível e, como se não bastasse, o constante circular de camiões cisternas que se abastecem de água naquela zona para a revender em outras, contribui mais para a degradação da situação. Os moradores queixam-se e afirmam que já expuseram a situação aos distintos órgãos locais, à Comissão de Moradores, à Administração Municipal, mas nada foi feito até ao momento.

Cazenga, um dos bairros mais críticos

O Cazenga está mal e a situação não poupou até os chamados «snack-bar» mandados construir pelo actual administrador, Tany Narciso, ao longo da reabilitada «rua dos Comandos». Estes estabelecimentos têm sido muito contestados pela população local, porquanto, aquando da sua construção, dizia-se que seriam bibliotecas ou quiosques para a venda de livros e material didáctico, mas afinal são locais de venda de bebidas alcoólicas, mesmo à porta das escolas. Além da venda de álcool, os quiosques estão, agora, a servir para depositar lixo.

O Cazenga popular, como de hábito, está simplesmente inundado. A famosa S' Avenida, ou o que resta dela, é uma desgraça de todo o tamanho. A reabilitação que começou a ser feita não foi concluída, com todas as consequências negativas daí resultares.

O mercado do Asa Branca e as ruas das imediações estão inundados. A escola José Eduardo dos Santos, vulgo escola da FESA, está quase que submersa e o complexo que foi a «célebre» escola Angola e Cuba, encerrada há cerca de seis anos para reabilitação, para além de um antro de marginais e prostituição, é o «depósito» a céu aberto de lixo.

Ao lado desse estabelecimento estão os tanques de água que abastem o fontenário público. Os tanques aéreos deixaram de funcionar há muito tempo, restando os subterrâneos. Depois do encerramento da escola, as tampas de cobertura dos tanques foram quebradas, mas continuam a receber água que vem da rede. A reportagem do SA constatou que, enquanto de um lado, no fontenário, havia várias mulheres a acarretar água para consumo, dentro dos tanques algumas crianças tomavam banho como se estivessem numa piscina, sem qualquer constrangimento ou receio de afogamento. Refira-se que os mesmos tanques estão envolvidos por montanhas de lixo

Questionadas, as mulheres responderam que nada podiam fazer, porque «os miúdos são mal-educados». Se os chamar a atenção, além das ofensas verbais, eles chegam a arremessar pedras, por isso ninguém liga»,

explicou uma Minga, uma das entrevistadas. Ao seu lado, São lamenta não ter alternativas para obter a água, senão a partir daquele tanque.

Educação e punição

O problema do lixo em Luanda tem a ver também com a educação, higiene, consciencialização das pessoas de como elas devem lidar com esta questão. Embora os meios de comunicação social, sobretudo públicos estejam engajados na educação cívica dos luandenses, a mensagem não estará, porém, a ser totalmente bem-sucedida, a avaliar pelos focos de lixo que fazem morada um pouco por toda a cidade.

Há quem defenda que a escola tem um papel importante no sentido de educar as pessoas a ensiná-lhes como devem lidar com o lixo. Outras pessoas ouvidas pelo SA defendem que os trabalhos de sensibilização e educação também podem ser desenvolvido por assistentes sociais afectos ao Estado ou às ONG's. Estas instituições podem fazer um trabalho mais direccionado para as comunidades, com a população dos bairros, sem distinção, para que toda a gente saiba como lidar com o lixo.

Num outro ângulo de análise, especialistas defendem que as autoridades deviam criar sistemas para punir quem prevaricar em relação ao lixo. Em muitos países, principalmente nos desenvolvidos, não se pode deitar restos de comida num recipiente para lixo reciclável, senão fica-se sujeito à uma pesada multa. Outros métodos podem ser estudados e adaptados .

8.18 Ruas do Zango estão sem contentores de lixo

Jornal de Angola

17 De Maio de 2014

Texto: Nilza Massango

Moradores reclamam contra maus serviços na recolha de resíduos sólidos

Os moradores do Zango III estão preocupados com a acumulação de lixo nas ruas devido à falta de contentores e à demora dos carros de recolha que há semanas não circulam. Qualquer dia, as ruas transformam-se em lixeiras.

Nunca houve contentores na via pública, nem brigadas de limpeza. Para amenizar a situação, alguns moradores juntam o lixo e queimam os resíduos nas ruas e nos quintais.

Elisabete Francisco mora no Zango III há um ano. Na falta de contentores, deixava o lixo à porta de casa. Mas devido à demora por parte da empresa de limpeza para a recolha do lixo, a solução que encontrou foi queimar para evitar doenças.

O problema do lixo estende-se um pouco por todas as fases do Zango. As comissões de moradores pouco actuam. Ninguém faz nada. "Estamos por conta própria. Em tempos, resolveram o problema da energia eléctrica e agora cortaram a água", disse um morador.

Por uma questão de sobrevivência, os moradores pedem à Administração de Viana que coloque contentores de lixo nas ruas e que a recolha seja diária. As lixeiras existem em cada esquina das ruas.

A falta de água é outro problema que aflige os moradores do Zango III. Pelo menos, da Rua I à Rua 8, os moradores estão sem água desde Outubro do ano passado, disse Elisabete Francisco. Os moradores vivem de cisternas. A água é por contrato com ~ agência da Empresa Pública de Aguas de Luanda (EPAL) do Zango. Várias foram as reclamações junto da EPAL que promete resolver a situação. Mas os técnicos nunca dizem o real motivo do corte da água. São promessas atrás de promessas que acabam com a esperança dos moradores. O Zango é um bairro de Viana com uma construção ordenada. Mas o bairro do Zango enfrenta sérios problemas de saneamento básico. Não há espaços verdes. O que existe são pequenas matas e o capim cresce nos passeios. Algumas ruas carecem de asfalto, o que dificulta a circulação.

8.19 Os milhões de lixo

Jornal a Capital

19 De Maio de 2014

Na província de Luanda, a capital do país, o serviço de recolha e tratamento de lixo gira ao redor da nomeação de um novo governador. Nos últimos anos, tem sido assim. A entrada de um novo governador implica, necessariamente, a mudança da direcção da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL), empresa pública que é, na verdade, o braço operacional do Governo da província para o tratamento e gestão de resíduos sólidos.

O que é facto, e isso não requer qualquer ciência para se perceber, é que a mudança de director se, de alguma forma, muda a gestão da empresa, não produz os impactos esperados ao nível da recolha e tratamento de lixo. Se na zona urbana da cidade as reclamações

sentem-se quando os contentores se mantêm abarrotados, o que dizer dos bairros suburbanos onde o lixo vê-se às montanhas, evidenciando a inexistência de qualquer compromisso com a respectiva eliminação.

Esse cenário leva, imediatamente, à pergunta a que a maioria dos cidadãos se coloca quando confrontadas com a realidade demasiada suja de Luanda, que aos poucos se vai estendendo para outras do país: o que se estará a passar? Ante a falta de resposta para esta pergunta em concreto, o que restam são as certezas. E uma dessas certezas é de que o problema não decorre ou, pelo menos, não deveria decorrer da falta de dinheiro.

Dinheiro é, na verdade, o que menos falta. O Orçamento Geral do Estado para 2014 dispõe, nas suas rubricas, valores de certo modo elevados para a cobertura dos serviços de limpeza e resíduos sólidos um pouco por todo o país. Para este ano, estão previstos 565 milhões de dólares norte-americanos, ou o equivalente em kwanzas.

Constitui, de facto, um valor elevado e que deveria, a princípio, garantir que as cidades angolanas estivessem livres, não importa a época, do cenário de podridão que, aos bocados, lhes vai sendo característico.

Sobretudo na província de Luanda para onde, por ser a capital do país, e por congregar a maioria dos habitantes, é destinada a maior parte destes recursos. Luanda inscreve, anualmente, 257 milhões de dólares norte-americanos, ou o seu equivalente em kwanzas, portanto, quase 50 por cento da verba destinada para a execução deste serviço em todo o país.

Diante de tão elevada verba, era de esperar a movimentação de vários interesses, empresariais e outros, ao redor do bolo. Só na província de Luanda, por exemplo, existem, logo, 16 empresas de recolha e tratamento de lixo, espalhadas, com base nos critérios definidos pela ELISAL, nos seus distintos municípios.

No entanto, a eficiência de qualquer uma dessas empresas é altamente questionável. Os amontoados de lixo, na zona urbana, e as montanhas de resíduos que ainda cercam os subúrbios são, ademais, provas disso. Comprovam, sobretudo, o estado de falência técnica em que se encontram empresas ainda agora constituídas com esse fim específico.

Trabalham com equipamentos obsoletos e, quando não, usam meios inapropriados para o exercício da actividade numa determinada zona, pagam maus salários e privam os trabalhadores das regalias que, em

função do risco associado ao trabalho que executam, deveriam merecer.

Os indícios são claros, parece prevalecer a lógica de maximização dos lucros, com uma redução brusca dos investimentos necessários. Essas constatações, na verdade, não decorrem de um mero exercício de observação. São os próprios funcionários das empresas que se queixam da falta de meios de trabalho adequados e, claro está, da remuneração altamente desajustada. "Por esta razão é que há sempre greves", tal como afirmou, para o semanário *A Capital*, um funcionário.

E as reclamações, segundo explicou, são sempre as mesmas. "Por causa dos baixos salários da classe, falta de condições de trabalho, falta de assistência médica exigida pela natureza do trabalho, e por causa de actos de abuso de poder". O operário explicou ainda que, perante qualquer greve, os empregadores prometem melhorias que nunca são, sequer, alcançadas.

Mas serão as empresas de recolha e tratamento de lixo as únicas vilãs da história? Obviamente, elas recusam essa exclusividade. Queixam-se, por sua vez, de relações difíceis com a ELISAL, como estando na base dos problemas que enfrentam. Trata-se, no fundo, de uma empresa problemática que muda de direcção frequentemente.

Nos últimos quatro anos, a ELISAL já teve dois directores e dois coordenadores de Comissão de Gestão que implementaram, cada um a seu modo, várias políticas e modelos de recolha que redundaram, todos eles, num denominador comum: o fracasso.

As operadoras reclamam, nomeadamente, da falta de pagamento dentro de um molde que as permitira fazer mais que apenas pagar salários. Elas dizem que, em certo modo, apenas recebem 60 por cento do valor calculado, algo que inviabiliza a manutenção dos meios técnicos e a reposição dos mesmos.

Queixam-se, por outro lado, de um recurso permanente aos bancos para fazer face aos alegados incumprimentos da ELISAL. Este artifício fica, segundo explicaram, comprometido, pelos altos juros cobrados e, mesmo assim, pelo facto de o banco já não olhar com bons olhos para os contratos que as operadoras rubricaram com a ELISAL, por esta entidade os estar, constantemente, a mudar e a adoptar critérios de pagamentos fora dos termos contratuais.

As dívidas, essas, se avolumam sem qualquer explicação, levando a que muitas das operadoras estejam, efectivamente, à beira da falência. Um futuro nada agradável para a província de Luanda, uma

espécie de laboratórios de planos e estratégias falhadas para a recolha e tratamento de lixo, apesar dos milhões de dólares despendidos anualmente para esse fim.

8.20 Bairro Cassenda sem água a dois não

Jornal A capital

23 De Maio de 2014

Mais de 120 famílias residentes nos quatro prédios da rua dois e três do Bairro Cassenda, no distrito urbano da Maianga, em Luanda, estão privados do fornecimento de água potável há mais de dois meses.

As dificuldades vão 'desde o transporte nos fontenários, gastos na compra da água, que podem chegar aos mil kwanzas diários, isso para não falar' dos moradores que têm que subir até ao nono andar com a banheira à cabeça, baldes ou bidons às mãos. Eurico José da Costa vive no prédio 17 desde a década de oitenta. Funcionário das Linhas Aéreas de Angola (TAAGL, agora na reforma, conta que a água deixou de jorrar nas torneiras dos apartamentos desde 1986, altura em que as pessoas começaram a tirá-la em baixo dos prédios.

O PAÍS esteve no local, onde a fonte revelou que a partir daquele momento a situação piorou, até que a EPAL começou a efectuar cortes nos prédios por causa das avultadas dívidas, depois da requalificação que o bairro sofreu há três anos.

Já Alfredo Paquila, 40 anos de idade, ex-jogador do campeonato nacional de futebol "Girabola", agora nas vestes de coordenador do prédio, onde vive há mais de 15 anos, adiantou que as cobranças são feitas a partir de estimativas. Este facto que levamuitos consumidores a duvidar dos valores avançados pela EPAL a partir das facturas.

Langa, como também é conhecido nas lides futebolísticas, referiu que se "a EPAL colocasse contadores nos prédios ou em cada apartamento desde 2011, data em que foram instaladas as novas condutas nos prédios, valor seria inferior".

O responsável da comissão de moradores apresentou, na ocasião, quatro facturas, cuja soma passava de USD 2500. Acrescentou que recorreu a EPAL onde depois das reivindicações viu reduzida a sua dívida para 47 mil kwanzas, preço que ainda assim considera elevado, a julgar pela ausência dos contadores.

Contadores "pomo da discórdia

Langa discorda do critério de estimativas usado pela EPAL para fazer cobranças na ausência de contadores, pois, na sua opinião, "essa medida prejudica os consumidores".

Quem corrobora com a opinião de Langa é a anciã Maria Júlio Afonso, de 66 anos, residente no referido prédio há 27 anos.

Dona Maria fez igualmente referência aos contadores, para de seguida mostrar a sua factura com o valor de 80 mil Kwanzas, reforçando que deste valor já havia pago 48 mil Kwanzas, quantia insuficiente para liquidar a sua dívida e ver a sua situação regularizada.

A entrevistada de O PAÍS discorda dos preços avançados pela empresa de águas, manifestando disponibilidade em colaborar para ver a situação ultrapassada, "nós estamos dispostos a pagar a água, só não concordamos com os preços da EP, disse.

Por isso, apela à sensibilidade da empresa, por causa dos constrangimentos que têm passado nos últimos meses, citando o caso de moradores que transportam água todos os dias até ao nono andar, para além da distância dos fontenários e dos custos, que varia de 50 a 100 kwanza por cada bidon.

o âmbito da requalificação do bairro Cassenda em 2010/2011, a Empresa de Águas de Luanda fez uma campanha de sensibilização, durante a qual prometeu colocar contadores em cada corredor, facto que não aconteceu até à presente data.

Meses depois, segundo Aristides José, apareceram homens com facturas a fazerem cobranças, motivo que o levou a dirigir-se até à agência da Maianga, onde "a senhora da EPAL disse-me apenas que tens que dar graças a Deus porque a água até já esta em baixo do teu prédio".

O jovem, que reside no Cassenda há mais de 30 anos, aconselhou os seus vizinhos a fazerem reclamações junto a EPAL, a fim de negociarem e ver os seus preços reduzidos.

Há quem facture com a falta de água nos prédios Enquanto uns se queixam da falta de água, outros vêm nela urna oportunidade de ganhar dinheiro, como é o caso de alguns lavadores de carros que agora conseguem duplicar os seus rendimentos.

Os moradores que não se importam em pagar SO ou 100 kwanzas por cada bidon, têm a situação mais

aliviada, porque vontade para trabalhar é que não falta a aqueles jovens.

João José é um dos vários beneficiários da escassez de água nos prédios do Cassenda. Augusto, como é chamado, conta que chega a carregar diariamente cerca de trinta bidons para diferentes casas.

Questionado sobre se sente satisfeito pela falta de água nos prédios, respondeu negativamente, alegando que também sai prejudicado, pelo facto de ser morador de um dos prédios.

8.21 Obras condicionam abastecimento de água potável

Jornal de Angola

23 De Maio de 2014

Texto: Casimiro José

O atraso que se verifica na conclusão do sistema de captação e distribuição de água potável da vila da Quilenda está a criar sérios transtornos aos munícipes da sede municipal e arredores, disse na terça-feira ao Jornal de Angola, a administradora do município.

Maria Monteiro referiu que as obras do tanque e o respectivo sistema de captação, construído no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP), já foram concluídas no ano passado, faltando o sistema de distribuição domiciliar e público.

A administradora confessou estar preocupada com a pressão exercida pela população devido à falta de água, o que considerou um sério problema, devido ao silêncio da entidade encarregue das obras. "O tanque de captação e distribuição está operacional desde 2013 e o empreiteiro apenas pôs a tubagem que transporta a água para a vila, sem as componentes de abastecimento domiciliar ou aos chafarizes, o que preocupa os beneficiários", lamentou.

Maria Monteiro disse estar preocupada com o fim das chuvas, que facilitavam a obtenção de água, através das cacimbas, e apelou no sentido de o empreiteiro acelerar a conclusão do projecto, para evitar que, num futuro breve, as populações padeçam de doenças resultantes do consumo de água imprópria.

"A chuva terminou e a sede municipal está situada num ponto alto, o que pode rarear a água nas cacimbas. Receamos o surgimento de doenças de origem hídrica, como febre tifóide, diarreicas agudas, infecções da pele e outras", frisou.

O recurso para obter água têm sido as cacimbas e furos artesanais, que não são suficientes para atenuar a carência.

Sector da Saúde

Maria Monteiro garantiu ao Jornal de Angola que a Administração vai continuar a dar prioridade ao sector da Saúde, com a execução de programas e projectos destinados a melhorar a assistência médico e medicamentosa.

Entre as acções programadas para os cuidados primários de saúde para o ano de 2014, anunciou a aquisição de painéis solares para o fornecimento de corrente eléctrica ao posto de saúde de David, na comuna elo Quirimbo, construção de mais três residências para acomodar os médicos, juntando-se as seis residências já existentes e a construção de sistemas de abastecimento de água, por gravidade.

Além disso, face à procura dos serviços no Hospital Municipal, a Administração vai empenhar-se, nos próximos tempos, na criação de condições para o funcionamento de outros serviços que fazem falta no município, como bloco operatório, serviços de maternidade, de ortopedia, radiologia e outros indispensáveis.

Outros projectos em execução A Administração municipal da Quilenda conceberam ainda para o presente ano projectos que compreendem acções relacionadas com a merenda escolar, que está a beneficiar 1.512 alunos, distribuídos pelas escolas do ensino primário de Banza Quilenda, Banza do Pango, escola N° 332, incluindo as salas anexas de Bela Vista, Santa Ana e Pessegueiros.

Outras acções enquadradas no programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza incidem no saneamento básico, construção do muro de vedação da escola do I e 11 ciclo, construção de um armazém comunitário e banco de sementes, ambos na sede municipal, aquisição de moto-bombas para potenciar as associações e cooperativas agrícolas.

No programa "Água para Todos", as acções estão a consistir na construção dos sistemas de canalização por gravidade, para atender as comunidades de "Quitexe, Guaraná I e 11, Caietela I e 11, Carlaungo, Cassenguela e Banza Cassússua.

A grande preocupação manifestada pela administradora Maria Monteiro tem a ver com o estado avançado de degradação da principal estrada que liga o município Quilenda à Gabela e as

secundárias e terciárias, assim como a falta de energia eléctrica.

O município da Quilenda, acrescentou, tem uma superfície de 2.439 quilómetros quadrados e conta com uma população estimada em 99.187 habitantes.

8.22 Zango está sem contentores de lixo

Jornal República
23 De Maio de 2014

Os moradores do Zango III estão preocupados com a acumulação de lixo nas ruas devido à falta de contentores e à demora dos carros de recolha que há semanas não circulam. As ruas transformaram-se em lixeiras, No município de Viana.

Nunca houve contentores na via pública, nem brigadas de limpeza. Para amenizar a situação, alguns moradores juntam o lixo e queimam os resíduos nas ruas e nos quintais. Elisabete Francisco é moradora no Zango III há um ano. Na falta de contentores deixava o lixo à porta de casa. Mas devido à demora por parte da empresa de limpeza para a recolha do lixo, a solução que encontrou foi queimar para evitar doenças.

O problema do lixo estende-se um pouco por todas partes do Zango. As comissões de moradores pouco actuam. Ninguém faz nada.

"Estamos por conta próprias. Em tempos, resolvemos o problema da energia eléctrica e agora cortaram a água", disse um morador.

Por uma questão de sobrevivência, os moradores pedem à Administração de Viana que coloque contentores de lixo nas ruas e que a recolha seja diária. As lixeiras existem em cada esquina das ruas.

A falta de água é outro problema que aflige os moradores do Zango III. Pelo menos, da Rua 1 à Rua 8, os moradores estão sem água desde Outubro do ano passado, disse Elisabete Francisco. Os moradores vivem de cisternas. A água é por contrato com a agência da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) do Zango.

Várias foram as reclamações junto da EPAL que promete resolver a situação.

Mas os técnicos nunca dizem o real motivo do corte da água. São promessas atrás de promessas que acabam com a esperança dos moradores. O Zango é um bairro de Viana com uma construção ordenada.

Mas o bairro do Zango enfrenta sérios problemas do saneamento básico. Não há espaços verdes. O que existe são pequenas matas e o capim cresce nos passeios. Algumas ruas carecem de asfalto, o que dificulta a circulação.

8.23 Terra Nova intransitável cheia à catinga

Jornal A capital
23 De Maio de 2014
Por: Gaspar Faustino

Boa parte das ruas do bairro Terra Nova, distrito do Rangel, encontra-se invariavelmente em estado avançado de degradação, o que impossibilita a circulação rodoviária e dos peões.

Águas residuais a correr a céu aberto, aliadas à falta de drenagem, e vias fechadas, devido às obras iniciadas em Janeiro último, até ao momento não concluídas, tornam algumas boa parte das vias do bairro Terra Nova intransitáveis.

De acordo com os moradores, o estado de degradação das ruas de Macau, Alentejo e Henrique Gago da Graça, consideradas uma das mais movimentadas na circunscrição, por darem acesso à Avenida Deolinda Rodrigues, é preocupante, pois se encontram esburacadas e cobertas de lixo, colocando em risco a saúde de quem ali reside. A situação ainda é pior na rua de Macau, onde o lixo se junta às águas estagnadas e pútridas.

Os residentes acusam uma empresa de construção civil chinesa que fez uma série de escavações que aceleraram a degradação do bairro. O estado lastimável das vias preocupa os residentes que consideram urgente uma intervenção para mudar actual cenário. Além da degradação, as ruas, segundo apurou o Agora, debatem-se também com a falta de iluminação pública, o que representa um enorme perigo para a circulação de pessoas no período nocturno, já que favorece a criminalidade.

Leonel Fausto, morador do bairro, diz que a administradora não está solidária com a aflição dos munícipes, que nada podem fazer diante deste quadro. O jovem sugeriu que, havendo uma intervenção de vulto, essa deverá incidir na retirada do velho tapete asfáltico, reparação dos esgotos e colectores, bem como dos passeios e lancis.

Domingas Gonçalves, que reside na zona há mais de duas décadas, lamenta o facto de a actual administradora, Maria Clementina, nada fazer até ao

momento, para a melhoria do município. "Eu não estou a falar, especificamente, do bairro Terra Nova, mas do distrito em geral. Não estamos a ver o trabalho que a administradora está a realizar, desde que o antigo administrador foi exonerado", denunciou.

Segundo fonte do Ministério da Construção, que falou sob anonimato no mês de Setembro do ano passado, uma equipa do Gabinete Técnico do Governo Provincial de Luanda (GPL) terá visitado a zona para realizar um estudo sobre as formas de se ultrapassar a situação.

A mesma salientou que os secretários de Estado da Construção, António Teixeira Flor, e Ilídio Brás Martins, visitaram a zona da Terra Nova, recentemente, para inspecionar o andamento das obras nas ruas das Pedrinhas, Alentejo, travessa do Alentejo, Macau, Estremadura, Goa, Ilha da Madeira e a rua da Mão.

ADMINISTRAÇÃO ESQUIVA. Os moradores garantiram que o lixo está na origem da proliferação de mosquitos e, por conseguinte, do aumento do paludismo.

"Não há como passar, pois a maior parte das ruas se encontra interdita com lixo e águas nauseabundas. A vida aqui é insegura e vivemos num clima instável de dia e noite", descreveu Fernanda Miranda.

A moradora disse desconhecer o local onde os moradores podem solicitar ajuda, evidenciando o cansaço por, constantemente, pedirem à administradora distrital para reagir aos inúmeros problemas existentes tentes na circunscrição.

O chefe da Comissão de Moradores da Terra Nova mostrou-se indignado com o quadro vivido. António Cadete diz ter levado ao conhecimento da administração do distrito o rol de 'makas', há mais de um ano, mas, até ao momento, não houve resposta. "Apesar de os moradores terem feito muito pela melhoria do bairro, isso não tem sido suficiente. É preciso uma intervenção de vulto", evidencia.

O Agora tentou, em várias ocasiões, no decurso de duas semanas, contactar com a titular da administração distrital, Maria Clementina, mas sem sucesso.

Um funcionário público disse ao nosso jornal que os grandes problemas que os distritos e municípios de Luanda atravessam apenas teriam solução num quando da autonomia financeira: "Os nossos administradores são, praticamente, meras figuras decorativas que, em muitos casos cruciais, como saneamento básico, não têm poderes por falta de

verbas. As administrações não têm dinheiro, um quadro que poderá conhecer um novo rumo se, de facto, funcionarem as autarquias", evidenciou.

Soube-se que o GPL tinha distribuído equipamentos, nomeadamente pás carregadoras, motos niveladoras, cisternas e camiões basculantes, para que as administrações municipais pudessem intervir pontualmente, tanto no domínio do lixo, como de pequenas reparações das vias. "Os meios não foram rentabilizados e, em muitos casos, estão avariados", revelou a nossa fonte.

8.24 Lixo acumula-se e enterra moradores na vala do Cassequel

Jornal Continente

30 De Maio de 2014

Texto: Zeferino Praia

Os moradores, daquele bairro afecto ao município da Maianga, disseram à reportagem desse jornal que "em 2012 uma empresa, supostamente privada, tinha sido contratada pela Administração local para fazer a limpeza no corredor da vala onde existe uma quantidade elevada de lixo, a mesma prometeu que continuaria a fazê-la, entretanto os trabalhos ficaram parados, sem darem nenhum esclarecimento", desabafaram.

"O lixo a cada dia vai inundando as nossas casas e, conseqüentemente, por falta de local de brincadeira, as crianças vão tendo a lixeira como o local de lazer", disse o senhor Paulino da Costa, que vive no mesmo bairro há mais de 20 anos.

E, por outro lado, a senhora Jacinta Bitá, de 40 anos de idade, que vive no bairro há mais de 16 anos, lamentou a pior situação em que se encontra a sua casa, temendo que um dia pode vir a perder a mesma e passar a viver na rua. O grande problema diz a senhora Isabel "é que nós não temos próximo os contentores de lixo, se tivéssemos não correríamos este risco que hoje estamos a passar e, por falta de contentores no bairro os vizinhos são obrigados a deitarem o lixo na vala e arredores. E nós que estamos à volta da vala é que mais sofremos e também, a não conclusão da mesma, a vala, prejudica-nos bastante", lamentou. Durante a sua intervenção era visível perceber o grande descontentamento nas palavras de Jacinta Bitá. Falava triste e magoada, como uma mulher desprotegida, como muitas mulheres angolanas, sem abrigos e recursos para se defenderem.

Saúde «finta» a população.

O senhor Paulino afirmou que "todos os dias sofremos porque vivemos próximo da vala onde há muito lixo. Sofremos com as moscas de dia e nas noites somos perturbados pelos mosquitos e não conseguimos descansar a vontade", pontualizou.

No sentido de amenizar a situação, "veio uma cá uma equipa da Saúde e fizeram a desinfestação a fim de combaterem os mosquitos, e da lá pra cá nunca mais voltaram", afirmou.

Quem também se sentiu prejudicada com a ausência eterna dos técnicos da Saúde, é a senhora Isabel, que segundo contou-nos "Um dos meus filhos de 5 anos certa vez complicou-nos como nunca antes, de noite começaram as febres intensas e vômitos. Quando nos digerimos ao hospital o médico disse-nos que o menino estava com paludismo avançado, quando expliquei a situação do bairro e da localização da minha casa, o médico disse-me que o problema estava na minha casa, por causa do lixo que está em volta dela, o que tem causado a presença constante de insectos, como moscas e mosquitos".

No local a nossa equipa de reportagem verificou muitas crianças a brincarem na lixeira, quando lhes perguntamos porque estavam a brincar naquele local, os meninos confessaram-nos que "têm estado a brincar no lixo porque não existe um local onde possam brincar e que já brincavam naquele local desde miudinhos. Todas as vezes que saíssemos da escola o local de brincadeiras é sempre aqui. Declararam. E perguntamos porque preferem brincar no local onde existe o lixo, em resposta disseram-nos "não temos mais um outro local para brincar e todas as vezes que nós saíssemos da escola, era sempre aqui onde temos brincado, aqui recolhemos brinquedos, brincamos as escondidas e temos gostado de brincar aqui. Responderam os garotos em tom de brincadeira e sincero.

De realçar que a vala, divide o bairro Cassequel e o bairro Malangmo.

8.25 Populares consomem água contaminada

Jornal a República

30 De Maio De 2014

O grito de socorroé dos populares do bairro visto o bairro não tem água potável. Os habitantes daquela zona dizem estar a consumir água contaminada de produto tóxico.

Segundo a nossa fonte a água que estão a consumir é contaminada, tendo surgido através de uma mangueira privada que passou dentro da vala de drenagem, construída pela empresa Soares da Costa e, a mesma, esta com vários remendos; a água tem vindocom cheiro de sabão e petróleo facto que põe em risco a vida dos moradores.

Esta mangueira vem do Município de Cacucaco no bairro Ndala Mulemba, por detrás da Induve tem reabastecido os tanques de forma domiciliar, o bairro farol da Lagosta que tem mais de 10 tanques, que são reabastecidos pela mesma mangueira, incluindo os sectores mais afectados que são 21,22,e 23 o ultimo pertencendo ao bairro da Paz devido a vizinhança.

O lema é quem tiver dinheiro paga na hora e, os garimpeiros, por sua vez, ligam até que abarrotarem o tanque, assim sucessivamente, pois o proprietário destas ligações até ao momento é desconhecido pelas autoridades locais devido os limites administrativos.

Salientou Madalena Joaquim, mora-dora e funcionária pública, disse que o governo deve tomar medidas e responsabilizar os garimpeiros porque esse é trabalho da EPAL, que visa em abastecer a água às populações, lamentando,se oestado por onde passa a mangueira para abastecer estas populações, também estava em causa a ausência da EPAL na zona, acrescentou.

Manuel Kalengue, morador da zona ou, do bairro salientou que o proprietário desta mangueira estava a pôr em risco a vida das populações visto não haver centro Medico na zona; ele fazia o seu garimpo para o benefício próprio e prejudicando à saúde pública, o que seria bom se tivesse cuidado na preservação de conservar a saúde do povoado.

Outra moradora que identifi cou-se por Nzuzi, dizia que poucas palavras tinha a quem de direito para resolver este problema, antes que a situação não venha a piorar.

A nossa equipa de reportagem contactou o coordenador do bairro, Nzunga Eduardo Sal vador, disse que aquela situação já era do conhecimento das autoridades competentes da administração local, mas, até à data presente não se fazia nada, rematou.

9. AMBIENTE

9.1 Kilamba-Kiaxi. Aumenta os assaltos às cantinas de estrangeiros

Jornal Agora

09 De Maio de 2014

Texto: Gaspar Faustino

A falta de energia eléctrica e a exoneração do antigo comandante da esquadra da Polícia do Palanca são as razões apontadas pelos comerciantes para justificar o aumento dos assaltos. As autoridades policiais garantem estar atentas e a fazer o possível para combater a criminalidade no bairro, quando, no terreno, a realidade é diferente.

Fontes do Agora referiram que a rua 'F' tem sido das mais visadas pelos assaltantes. Foi ali onde encontramos o costa-marfinense Abidulai Kantona, para quem a falta de iluminação pública e o fraco policiamento estão na origem da insegurança na zona.

O comerciante lançou um grito de socorro, solicitando a ajuda da corporação. O mesmo acrescenta que, a partir das 17h, as coisas ficam realmente más. "Quando assim acontece, não sabemos a quem recorrer, e temos de fechar as portas mais cedo, por causa da insegurança", disse.

Quem também se sente preocupado com o problema é o guineense Traoré, que está há dois anos no país. Diz que já foi alvo de vários assaltos, mas os assaltantes nunca foram 'caçados'.

"Eles aparecem em grupos de cinco elementos não identificados e realizam disparos para atormentar a população, depois entram e levam todo o dinheiro do dia e alguns produtos alimentares", explicou, acrescentando que, desta forma, não conseguem trabalhar à vontade.

Emídio Manuel, morador do Kilamba Kiaxi que está a par dos problemas no bairro, não tem dúvidas e avança que o aumento dos assaltos resulta do fraco policiamento nocturno e das mexidas no Comando da Esquadra Policial.

"Estamos a passar por dias difíceis. Os assaltos são constantes e já solicitámos ajuda ao comandante desta esquadra, mas, até ao momento, não resolveu o problema", referiu, sustentando que os moradores não sabem por que razão foi exonerado o antigo comandante, que era mais dinâmico a dar resposta aos casos.

O morador insiste que o actual comandante nada faz para combater a delinquência na comuna do Palanca.

Maria Domingos, também moradora na zona, acredita que a insegurança está a generalizar-se, devido ao elevado nível de desemprego dos jovens. Por isso, solicita às autoridades a criação de políticas que favoreçam o emprego desta franja, que é o futuro deste país.

Não havendo aposta nos jovens, diz, os estrangeiros irão tomar conta do nosso próprio país, uma realidade que já está a acontecer nalguns sectores, como fez questão de sublinhar.

ROUBAR PARA SUSTENTAR FAMÍLIA. João Gonçalves, 32 anos, um dos supostos marginais que se encontra detido na Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC), revelou à nossa reportagem que enveredou por este caminho após ter sido despedido da empresa de segurança onde prestava serviços.

"Trabalhei durante três anos e, depois de me expulsarem, estava a passar por muitas dificuldades financeiras. Sou chefe de família e tenho sob a minha responsabilidade uma mulher e quatro filhos. Não tive outra alternativa senão roubar", contou, garantindo que, por não encontrar outra saída para o sustento do lar, a única solução que teve foi formar um gang.

MORADORES PEDEM A 'CABEÇA' DO COMANDANTE. Moradores ouvidos pelo Agora mostraram-se indignados com o comandante comunal que parece "indiferente" ante aos constantes assaltos às residências e às cantinas.

Uma destas figuras agastadas com a postura do policial é Títo Maurício. Este jovem realçou que a situação no Palanca tende a tomar-se cada vez mais insustentável. "Isto está cada vez pior", reforça, dando um exemplo: "Durante a semana passada, registaram-se três roubos de telemóveis à luz do dia. Estamos tristes, porque ninguém faz nada. Portanto, não é só à noite que a situação fica complicada, também de dia".

Por sua vez, Madalena Cruz, residente na Rua 'E', acusou o comandante da subunidade do Palanca, João de Menezes Pereira da Silva, de inércia, em virtude de não estar preocupando com as inquietações dos munícipes e que, "sem exagero, a última vez que foi vista uma patrulha da Polícia na rua 'E' foi há dois meses".

"Estarnos a viver momentos de 'terror' neste bairro, sempre debaixo de ameaça para as nossas vidas",

frisou, salientando que há três semanas uma jovem foi abusada sexualmente quando saía da escola, à tarde.

RESPOSTA DA CORPORAÇÃO. De acordo com João de Menezes Pereira da Silva, comandante da subunidade do bairro do Palanca, os moradores não estão a ser felizes nas suas palavras.

"Ainda na semana passada desmantelámos um gang na fronteira entre os bairros Palanca e Neves Bendinha Fico triste a ouvir isso. Eu trabalhei no distrito da Maianga, na 5.º Esquadra, tive boas referências. Contudo, o Palanca é um bairro pequeno e tenho de me adequar aos poucos, não será do dia para a noite que as coisas irão mudar", esclareceu.

Outro responsável da corporação, que preferiu anonimato, confirmou que o alvo dos assaltantes tem sido cantinas detidas por "Temos muitos comerciantes ilegais no nosso país. Por isso, quando ocorre um assalto não participam à Polícia. Fica complicado fazermos um trabalho adequado, quando não existem informações plausíveis e, posteriormente, dizem que as autoridades policiais não trabalham", lamentou.

A fraca resposta aos assaltos, de acordo com oficial da Polícia, tem a ver com o péssimo estado das ruas. "Muitas vezes, os efectivos não conseguem circular com viaturas sendo, por isso são obrigados a fazer patrulhamento a pé".

O Agora deslocou-se ao Comando de Divisão do Kilamba-Kiáxi, para obter informações por parte do chefe de operações do distrito sobre a situação na comuna do Palanca

Samuel Makengo fez saber que "reina a estabilidade na zona de jurisdição, na medida em que a Polícia tem feito o possível", mas lamentou o facto de, por vezes, os moradores não colaborarem, pois muitos destes jovens assaltantes são conhecidos.

O policial acrescentou que, muitas vezes, os efectivos se deparam com casos em que, quando chegam para actuar, os moradores escondem os filhos, supostos assaltantes, e alegam que não houve nada e que a situação está controlada, quando não devia ser assim. São coisas desta nossa metrópole, onde tudo pode acontecer.

9.2 Moradores da Rocha Pinto Clamam por quase tudo

Jornal A República

9 de Maio de 2014

Texto: Gonçalves Vieira

A onda de criminalidade que grassa nos últimos tempos o bairro Rocha Pinto, está a tirar a tranquilidade e a convivência entre os habitantes daquela municipalidade afectada ao distrito urbano da Maianga. Os populares que dizem estarem num beco sem saída atendendo as necessidades vitais decorrente à vida, clamam igualmente pelo saneamento básico, fornecimento permanente de energia eléctrica e água potável bem como a construção de mais escolas e centros médicos com vista a acudir a demanda.

Delimitado na faixa poente no distrito urbano da Maianga, o Rocha Pinto está localizado numa extensão de cerca de 2km, em direcção ao Morro Bento, estendendo-se em direcção ao aeroporto, que o limita a nascente, igualmente em cerca de 2 km. Segundo contaram a nossa reportagem alguns moradores que terão testemunhado o "nascimento" do bairro, não existe uma versão única quanto à origem do nome do bairro e, dentre as versões apresentadas pelos nossos interlocutores, afirma-se que, entre os poucos habitantes na altura, isto nos 70, vivia no referido bairro, um senhor identificado por Pinto.

O relato histórico dos moradores avança ainda que próximo de sua casa (no caso o senhor Pinto), havia uma rocha maior e junto dela, os camponeses iam buscar água para diversos fins. Essa rocha, explicam "era do senhor Pinto, então, é dali que vem o nome do bairro Rocha Pinto", esclareceu o ancião José Damião, 68 anos. É neste "emaranhado" bairro com todas as especificidades que a República percorreu os seus "meandros", constatando "in loco" a vivência dos seus habitantes que se afirmam apreensivos relativamente a questão da segurança pública, porquanto, segundo alguns cidadãos residentes naquela municipalidade abordados pela nossa reportagem, dizem que o nível de delinquência está vertiginosamente a aumentar nos dias que correm, não obstante existir no referido bairro duas Esquadras Policiais, uma instalada junto à escola primária nº 2026, também conhecida por "Kapipa" e outra localizada nas imediações do estádio de futebol "22 de Junho", para além da Unidade Anti Terror (UAT), que fica do outro lado da avenida 21 de Janeiro, que divide o bairro ao meio.

Segurança Pública

Oficializado há 15 anos, o Rocha Pinto, é considerado pelos seus moradores como um dos mais recentes da capital do país, mas advogam que os seus problemas são antigos. "Este bairro não está há mais de 30 anos, mas enfrentamos crónicos problemas, nem já os bairros que vêm desde o tempo colonial, tudo por má gestão de quem governa, pois as nossas reclamações são constantes, mas as pessoas de direito fazem ouvidos de mercadores", disse a nossa equipa de reportagem, a senhora Laurinda Domingos, funcionária pública.

Cismática e por ser noite, pois eram 20h: 13 minutos, altura em que foi abordada pela nossa equipa de reportagem, a cidadã que reside no Rocha Pinto, há mais de 20 anos, avança que atendendo o nível de delinquência que se tem evidenciado ultimamente no bairro, "perdeu-se a confiança com as pessoas que circulam no período nocturno e principalmente àquelas que não conhecemos", frisou Laurinda Domingos, pensando que teria caído na malha de alguns dos "malfeitores" que andam à qualquer hora da noite.

"Agora sim, fico tranquila por quanto, a bandidagem neste bairro diminuiu", sublinhou com um rosto sorridente, transportando uma embalagem de velas que comprara numa das cantinas próximas de sua casa, já que, a sua área contou, até momentos em que fazíamos esta reportagem estava sem energia eléctrica à caminho de uma semana. Outro morador que também diz estar alarmado com o crescer do "fenómeno criminalidade" no espaço geográfico em que reside, é o cidadão José Augusto Manuel "Jolay", professor de profissão. Há 13 anos no Rocha, o jovem disse que a situação da delinquência acentuou-se mais, pelo que as pessoas, vivem dominadas pelo medo, sobre tudo ao entardecer, pois segundo ele, "é com o pôr-do-sol" que os presumíveis marginais procuram fazer das suas na luta pelo lucro fácil.

José Augusto "Jolay" disse igualmente não compreender o trabalho dos homens da farda azul, por entender que os "marginais nem sequer temem a presença da Polícia no bairro, já que passam anos, desde que foi instalada a Esquadra Policial com o intuito de desencorajar acção "maléfica dos meliantes", mas lamentou dizendo que "infelizmente" persistem os assaltos à mão armada, quer na via pública bem como em residências, sem descorar a perseguição de que têm sido vítimas os proprietários das famosas cantinas, na sua maioria cidadãos oriundos do Centro e Oeste de África, a procura de melhores condições de vida.

"Afim, qual é o papel da polícia?", Questiona o morador, sublinhando que "uma vez a outra vemos um ou dois polícias a passar, mas quando estamos mesmo aflitos necessitando os préstimos da corporação, infelizmente não vem, e se vem, chega muito tarde", frisou o munícipe, admitindo que "poucas vezes a polícia tem vigiado o bairro por isso, imploramos por uma mais próxima ao cidadão". Quem também afirmou estar preocupado com o facto, é o adolescente António Aveiro, 17 anos. A conversa com este jornal, revelou que "não temos segurança pública no nosso bairro". Ele conta que, por diversas ocasiões testemunhou assaltos à luz do dia e brigas de "gangs", esta acção, contou "se repete quase todos os dias e já não sabemos o que fazer"

Deficiente Saneamento básico, fraco fornecimento de luz eléctrica e água potável é o outro dilema.

A problemática da segurança pública, não é, de acordo com os moradores, o único "calcanhar de aqueles". O rolo de preocupações dos habitantes do Rocha Pinto, passa igualmente pela garantia dos serviços básicos e essências com vista a satisfação das necessidades. Os populares revelaram à República que,

carecerem de quase tudo. Num diálogo que a nossa reportagem manteve com alguns deles, admitem que são múltiplas questões que não os deixa com uma vida sossegada, à começar pelo saneamento básico.

"É com a chegada da chuva em que a situação fica mais complicada", desabafou um morador, que embora para muitos "a chuva é tida uma bênção sempre que cai", mas os moradores do Rocha Pinto, advogam que o tempo chuvoso é o pior momento do ano, a semelhança de outros bairros considerados críticos, já que, segundo fizeram saber, sempre que no Rocha chove, "a vida para nós aqui fica quase sem sentido", para quem "agudiza-se a problemática do saneamento básico, uma vez que, as ruas não estão asfaltadas, as valas de drenagem estão todas elas apinhadas de amontoados de lixo, que constantemente libertam o cheiro nauseabundo, com todos os riscos à saúde pública".

"O pior de tudo é que, as crianças fazem das águas paradas e dos montes de lixo o seu local de lazer sem terem em conta o perigo", disse uma moradora que vive junto de uma das valas de drenagem, agastada com a inércia das equipas de limpeza. Os populares auferem que passam meses para verem limpas às valas, para não falar das ruas secundárias e terciárias que nunca testemunharam qualquer limpeza, nem dos homens da ELISAL nem de qualquer empresa vocacionada para o efeito.

Água e luz, uma verdadeira dor de cabeça "Sem água, não há vida", diz a velha máxima. A procura pelo precioso líquido, tem sido um verdadeiro "deus nos acuda". Os moradores afirmam que o bairro está sem água canalizada e para garantir a água para o consumo e a higiene do corpo, têm de percorrer longas distâncias com recipientes à cabeça com os preços a rondar entre os 50 e 100 kuanzas, por banheira! bidon, frequentemente retirada nos tanques depositada por camiões cisternas. "A água tem sido muito difícil aqui no Rocha, temos de acordar todos os dias às 6 horas, o que nem sempre tem", disse a senhora Josefina Rafael, transportando dois bidons vazios, quando subia à zona da "FAPA", em direcção Aeroporto, na esperança de encontrar água. "Água é um bem precioso, mas lamentavelmente para nós, este bem, procura-se por longas distâncias, e quando encontrado as pessoas têm de suportar enormes filas esperanão, para pelo menos levar para casa um recipiente cheio", afirmou José Augusto "Jolay", frisando que "é inconcebível num país com tantos rios as pessoas viverem com carência de água, que na ausência dela, a vida perde dignidade", sublinhou, acrescentando que o mesmo se passa com a questão da energia eléctrica, que "nos últimos meses tem sido uma verdadeira dor de cabeça, uma vez que não estamos a conseguir conservar nos frigoríficos, bens para o consumo", lamentou o cidadão. "O Rocha Pinto também é já demais", começou por explicar a jovem Cristina Monteiro, estudante de sociologia. Ela refere que tem encontrado muitas dificuldades na revisão de matérias à noite "pois temos tido luz urna vez a outra e quando vem, nem faz 24 horas, vai logo, mas a EDEL obriga aos clientes o pagamento completo do mês que não se consumiu; isto não pode ser", disse.

Os moradores lançam igualmente o grito de socorro, no sentido de serem construídos mais centros médicos com vista acudir a demanda da população que todos os dias acorrem à unidades sanitárias dos bairros limítrofes, em busca de soluções de saúde. O mesmo clamor é referenciado na questão da educação, na qual, exortam a construção de escolas primárias e secundárias para não terem como única solução os "colégios", que atendendo aos preços praticados, segundo ao que podemos constatar, nem todas as famílias, atendendo a condição social, têm capacidade financeira para custear as propinas, do primeiro ao ensino médio.

9.3 Degradação: Luanda precisa urgentemente de soluções para ser salva

Jornal A Capital

14-23 De Maio de 2014

Por: Ramiro Barreira

Nos últimos dias, tenho reflectido bastante sobre como poderíamos ter uma Luanda maravilhosa, limpa, com novos bairros, com ruas ordenadas, com água potável canalizada, luz, escolas e hospitais em número suficiente, jardins, parques naturais que funcionem como pulmão da cidade, boas estradas, subúrbios asfaltados, parques infantis, zonas com campos de futebol, basquetebol e outros desportos, transportes colectivos organizados, segurança, etc., mas, deparei-me neste leque de questões com muitas dúvidas, as quais, por uma questão de bom senso, prefiro abordá-las, seguindo alguma racionalidade.

Em primeiro lugar, considero que a questão do ordenamento do território continua a pecar pela ausência de uma política verdadeiramente estrutural e estruturante, dentro dos grandes marcos, o que leva, a priori, a que não se identifiquem nem se tomem as medidas necessárias para estancar já, - o quanto antes - a contínua degradação das cidades, por força do maior fenómeno que pressiona toda a estrutura existente, que é a emigração. Luanda, por exemplo, recebe, permanentemente, milhares de pessoas provenientes do interior do país, por razões que não vale a pena enumerar. De uma maneira geral, abandonam o seu habitat natural, vêm para a capital, vão a um grande armazém, compram o que pretendem revender, montam uma bancada ou fogareiro com carvão, e lá estão impávidos e serenos.

Não importa onde. Em frente à casa do vizinho, de um restaurante, de uma loja que paga os seus impostos, ao lado de uma esquadra da Polícia, nos passeios e na rua, nos hospitais, estradas, estreitando inclusivamente o trânsito e criando enormes engarrafamentos, e todos vemos isto com a maior naturalidade e na maior das calmas. Basta dormir, - para no dia seguinte, como num sonho de verdadeiro surrealismo -, constatarmos que uma bancada com tomate, batata-doce, cebola, gasosa e cerveja está montada em frente ao nosso portão e teremos de negociar com o vizinho para afastar a tenda do portão principal, porque, para muitos, é normal. E mais, chama-se pela Política e os fiscais municipais, mas nada é feito, porque vivemos sem regras, sem a aplicação de medidas e porque continuamos a ser populistas e muitos dos críticos ainda defendem a desregulação de todo o sistema de

vivência nas grandes cidades. Basta sair do interior do país, abandonar a agricultura ou outra actividade, vir para Luanda, começar a vender, ocupar uns terrenos, meter uns blocos, umas chapas e já está. Tudo é visto com a maior e total impunidade. Não há poder local. As administrações municipais e comunais não funcionam devidamente, e a regra é anuir por uns troquitos, mesmo que choque contra todos os princípios e normas. Os administradores não saem dos seus gabinetes. Não conhecem nem sabem o que se passa nas suas zonas de intendência. O espírito de deixar andar instalou-se a um nível que é preocupante. E mais ainda, estamos a acelerar a degradação permanente do meio ambiente e das condições de saúde. Ouve-se e propala-se que serão construídos mais mercados, como se estes passassem a ser a solução.

Não existem nem existirão mercados suficientes para tanto vendedor. Se calhar, teremos de transformar todos os quintais, campos de futebol que já não existem - em mercados, os largos com jardins em restaurantes, numa autêntica aberração e afronta à dignidade humana. Nas novas zonas onde se instalam os novos moradores não existe saneamento básico, água potável nem electricidade. Instala-se a miséria por força da ausência de firmeza da lei e muitos esperam ser 'corridos' daí, para vir a ser realojados em casa do estado com os elevados custos que daí advêm. De facto, estamos a ser muito permissivos! Toda esta pressão leva a que não existam suficientes hospitais, nem escolas, nem médicos, nem professores. À partida, a história do ovo e da galinha segue em catadupa. Mais grave ainda é que o ovo está a parir um gigante enorme com custos elevadíssimos ao erário público e ao ambiente, a médio-prazo, difíceis de calcular.

Temos, urgentemente, de procurar estancar essa emigração descontrolada por força da permissibilidade de normas e princípios que regem as grandes cidades. Não podemos absorver os maus exemplos de algumas cidades africanas. Não devemos, nem deveremos tentar resolver problemas à custa de outros problemas. Nesta senda, é importante que todas as forças políticas estejam no mesmo diapasão e que se tome a peito a Agenda Nacional de Consenso como uma tábua de salvação. A situação de Luanda é a mais grave, embora em menor dimensão muitas províncias vivam o mesmo dilema. Precisamos de um programa de emergência já, um programa politicamente bem assegurado e que não permita veleidades. Não permitamos mais que se aumente o crescimento dos musseques numa situação incontornável. Pelo menos que se demarquem ruas, se loteiem os terrenos e que a autoconstrução seja dirigida e fiscalizada com normas

e procedimentos. No interior do país, há cidades onde é possível construir e viver com baixo custo. Mas, têm de ser já demarcadas zonas para a indústria, para os bairros de alta renda, baixa renda, parques, zonas de prática desportiva, jardins, etc. Quem quer construir tem e deve obedecer à regra. O tipo de construção também deve obedecer a um plano. Na verdade, nota-se e não nos deveremos manter impávidos ante a calamitosa situação que vive Luanda, por razões tanto estruturais como conjunturais. Se analisarmos numa outra perspectiva, uma das grandes consequências de toda esta situação continua a ser o aumento vertiginoso da delinquência. Os 'gangs' não param de crescer. A máfia organizada está cada vez mais activa.

Temos de apoiar mais os serviços de segurança e inteligência, para garantir o bem-estar de todos nós. É necessário dismantelar as teias que continuam a corroer os órgãos intermédios de funcionamento da administração do Estado. Se perguntarem aos administradores comunais quantas pessoas vivem na sua área? Quais os novos vizinhos e onde saíram? Certamente não saberão nem estarão muito interessados. Atirarão obviamente a resposta para o Censo Nacional, numa verdadeira aberração dos meandros do exercício do poder local. E mais, não existe disposição normativa pelo menos que eu conheça que obrigue ao registo oficial dos moradores. Só isso dificulta o trabalho policial, o controlo dos marginais, o controlo do cidadão, o combate ao terrorismo, etc. Penso que teremos de ser mais ambiciosos. Olhar com olhos de ver. Sentir com afeição. Precisamos efectivamente de salvar Luanda, que clama por medidas urgentes, profundas, mas duras. Caso contrário, brevemente, vamo-nos envaidecer por termos uma boa marginal, prédios bonitos, bons carros, mas uma cidade verdadeiramente perigosa, que nos vai fazer lembrar o interior de muitas cidades do México, ou os morros do Rio de Janeiro, onde o narcotráfico tomou lugar, ou pior ainda, uma periferia, desregrada, feia, sem cabeça, tronco e membros.

Ps - Preferi, deliberadamente, para não criar confusão, nem misturar alhos com bugalhos, não abordar à jusante a questão de grande referência das grandes centralidades.

9.4 Feira dos municípios e das cidades um “Observatórios” da produção local (I)

Jornal Manchete

16 De Maio de 2014

O poder local, nesse diapasão particular, desempenharia um papel dimensionado no ordenamento e normatização estrutural e na capacitação institucional das comunidades, desde que os respectivos sistemas e processos reformulassem os pressupostos, a forma, o conteúdo e a qualidade da sua acção na comunidade. Enfim, a Feira dos Municípios, trata-se de um macro-retrato e uma ampla pista através da qual, poder-se-á aquilatar regularmente as grandes desafios estruturais e estruturantes do país, viabilizando o rastreio e o potenciamento das mais efectivas potencialidades nacionais; Bem como, tirando proveito da sua realização periódica, tomar-se no amplo laboratório/observatório nacional do desenvolvimento da produção interna, no seio do qual os desafios multifacéticos locais possam suscitar diagnósticos iniciais que contribuiriam para enriquecer a abordagem administrativa do Estado, face os problemas da comunidade, tendo como referencial integrativo, a produção e o desenvolvimento local integrado, numa démarche que conduzisse à uma reformulação gradualmente abrangente das políticas públicas em Angola, visando assim;

A). O desenvolvimento comunitário, equilibrado e integrado, visando a sustentabilidade global da plataforma produtiva nacional.

B). O reforço do poder local, nas suas diferenciadas capacidades e responsabilidades funcionais, visando o reforço do carácter da sua inteiração/parceria com as instituições e sinergias locais, e não só ...

C). A correcta estruturação e compartimentação do sector produtivo, e uma correspondente aplicação de políticas públicas e sectoriais na dinâmica socioeconómica local, visando a sustentabilidade de um forte e efectivo sector produtivo privado.

D). O potenciamento da Lei do Investimento Privado à escala nacional, tendo em vista oferecer expressão e funcionalidade ao Financiamento e ao Crédito, bem como aos diversos Fundos existentes, visando a optimização continuada da produção, o incentivo multi-sectorial de PME's e de projectos fabris e transformadores, à sustentação do investimento pesqueiro, agro-pecuário e alimentar, e subsequentes domínios transversais.

E). O desenvolvimento de um ambiente institucional público que estimule a reformulação e o correcto revigoramento da administração pública, garantindo espaço e fôlego digno ao potenciamento de empreendedores e empresários, bem como o refrescamento das instituições funcional e tecnicamente vinculadas à projecção e a sustentabilidade da produção e do desenvolvimento local.

F). Dinamizar o desenvolvimento local, pela via do fomento e extensão do ensino técnico-profissional elementar e complementar, e o potenciamento de actividades rurais não exclusivamente agrárias (mas também a si transversais; técnicas, metodológicas e estruturantes), nomeadamente ecológico-ambientais, de extensão rural e de modernização da agricultura em todos os seus subsistemas.

Para tal desideratum, o redefinir e o ensaio de modelos de estruturação sistémicas ao desenvolvimento; que estanquem um crescentemente forçado e sempre desastroso êxodo rural, cujo fenómeno representa a erosão da estrutura demográfica local, e um pleno estrangulamento da estrutura produtiva, cuja mão de obra originária, (através de instrumentos institucionais socializantes, deve estimular e potenciar o desenvolvimento rural e o equilíbrio territorial, pela via de políticas ajustadas à integração e aplicação dum forte sistema local de produção e respectiva comercialização, etc...); toda uma démarche que pode ser permanentemente teorizada, discutida e sinergiada, tanto em fóruns académico-interdisciplinares, como em instituições estratégicas afins, articulando-as a demais acções estruturantes na vertente do sinergismo sócio-profissional e produtivo-ambiental, que garantam uma dialéctica e fecunda cadeia de inovação sustentada, permanentemente compulsadora e rastreadora da conjuntura sócio-económica nacional, na vertente local-comunitária, numa abrangência integrativa nacional dos respectivos entes e actores, dinâmicas e forças vivas disponíveis, para operacionalizar um leque de premissas propulsoras de estratégias e de energias integradas à prazo, num dinâmico e amplamente participado desenvolvimento local, as quais, à luz do Plano Nacional de Desenvolvimento, e tendo como vector e premissa centrais, o desenvolvimento e o crescimento integrado do país como um todo orgânico inter-dependente; garantam uma realidade social dimensionada em crescimento económico diversificado, o incremento da qualidade de vida e a promoção da justiça social, pela via do emprego, e do incentivo ao fomento da micro e da pequena produção/empresa, rum ando decisivamente a uma dinâmica de prosperidade económica e harmonização social nacional, à cujas

premissas toda a sociedade, de modo diferenciado mas aglutinado, deva permanecer focada.

Enfim, a Feira dos Municípios e das Cidades, veio, de modo incontornável, confirmar as potencialidades maximais do país, demonstrado assim que, afigura-se possível e já muito oportuno, diversificar a produção interna em larga escala, esbatendo a dependência alimentar ao mercado externo, substituída então por uma crescente e criativa capacidade industrial alimentar endógena (interna/local). Instaurá-la faseadamente e, subsequentemente, dinamizá-la, requer potenciamento de eixos, elos e vectores articulados, reflectidos em 3 valências endógenas, nomeadamente;

1. Uma resposta alimentar nacional, visando a redução da fome e da pobreza, pela via da revalorização socializada da agricultura familiar (cooperativas rurais), e a diversificação da agricultura intensiva, um duplo factor drasticamente inibidor das importações; numa valência que viabilizaria o repotenciamento emergente de um moderno parque industrial essencialmente alimentar; o qual transformar-se-ia num incontornável segmento empregador da massiva mão-de-obra barata, ora existente, ainda refém do desemprego endémico, adicta a uma galopante informalidade comercial, num ambiente económico ainda sub-estruturado, instintivamente imediatista e ainda parasitário; clamando por um reestruturado e renovado sistema microeconómico; um esforço indispensável ao reajustamento e a reanimação do panorama produtivo nacional, hoje por hoje, tendendo a crescer, requer planeamento dinâmico, investimento técnico-profissional, reajustamento das instituições públicas e o fomento financeiro (investimento público)...

2. A promoção duma pragmática interdependência e complementaridade institucional intersectorial (essencialmente entre o poder local e a sociedade aberta/civil e profissional), garantindo uma dinâmica de parceria e de complementaridade sistémica, entre as esferas micro e macro económica, representando ambos, andaimes e pilares indispensáveis a um ambiente económico, cuja engrenagem, ainda caracterizada por elevados índices de discrepâncias e disfunções sistémicas; enformaria uma gigantesca roldana produtiva nacional, alavancadora e oxigenadora duma macroestrutura conjuntural capaz de, numa sinergia emulativa, propulsar e animar uma dinâmica produtiva mais estratégica, e daí, mais empregadora, menos importadora de bens e produtos essenciais; logo-logo, pujante, assegurando a crescente auto-suficiência do país, rumo à dignificação do seu futuro, e de cujo destino, deve ser actor e promotor fulcral...

9.5 Roubos Versus homicídios

Jornal Manchete

16 De Maio de 2014

Luanda é uma república de todos os males. Com uma plataforma especial entre o roubo e o homicídio. Seus grandes protagonistas são maioritariamente jovens com idade compreendida entre os 16 aos 18 anos... de acordo com juristas, os agressores nestas condições são designados por menores em conflito com a lei.

O ordenamento jurídico de Angola não pune o crime praticado pelos menores, ou seja, não há pena de prisão para os petizes. Contudo, a lei prevê que o menor inimputável seja acolhido num centro de reeducação quando praticar um delito mas não existe tais centros então onde vão os pequenos que cometem os crimes como de roubo qualificado e de homicídio qualificado?

Esse é o tema que arde o nosso corredor social e jurídico.

Luanda é uma cidade socialmente produtora de delinquentes... nesses últimos anos os roubos e os homicídios progridem fraudulentamente. O surgimento de associações de malfeitores, à maneira de assaltos em bancos, os roubos de telemóveis principalmente aos estudantes pinta de negro o quadro de vida da cidade da kyanda. Para a compreensão do tema importa-nos apresentar o conceito legal de roubo e de homicídio no parágrafo adiante; "É qualificada como roubo a subtracção da coisa alheia, que se comete como violência ou ameaça contra as pessoas. (Art. 4320 cod. penal)." De acordo com os cânones do direito o roubo é também designado por qualificado quando concorrem as seguintes circunstâncias:

1) a pena de prisão maior de 8 a 12 anos será aplicada quando o roubo for cometido por duas ou mais pessoas (...); 2) quando o roubo for cometido com armas de fogo será punido com pena de prisão maior de 20 a 24 anos e 3) quando o roubo for cometido com usurpação de título ou uniforme, ou insígnia de algum empregado público, civil ou militar, ou alegando ordem de qualquer autoridade pública, a pena será a de 12 a 16 anos de prisão maior.

Outrossim, no capítulo dos assassinatos surgem o tipo legal de "homicídio voluntário simples" e o "homicídio qualificado". Para o primeiro o código penal discorre nos seguintes termos: "qualquer pessoa, que voluntariamente matar outra, será punida com prisão Já maior de dezasseis a vinte anos" (art. 3490) e para o segundo plasma: "será punido com a pena de prisão maior de vinte a vinte e quatro anos o crime de

homicídio voluntário declarado no artigo 349º, quando concorrer qualquer das circunstâncias seguintes: 1) premeditação; 2) quando se empregarem torturas ou actos de crueldade para aumentar o sofrimento do ofendido; 3) quando o mesmo crime tiver por objecto preparar ou facilitar ou executar qualquer crime ou assegurar a sua impunidade; 4) quando for precedido ou acompanhado ou seguido de outro crime, a que corresponda pena maior que a de dois anos de prisão; 5) nos crimes a que se referem os dois números anteriores, não se compreendem aqueles que são pela lei qualificados como crimes contra a segurança interior do Estado, sem complicação de outro qualquer." (art.351º).

Qualquer adolescente, jovem ou adulto que compreende que o fulgor do seu futuro depende do seu presente não se entrega ao mundo da delinquência, ainda que a sua vida social o obriga a essas práticas nocivas.

O que se deve fazer para que os roubos qualificados e os homicídios voluntários ou qualificados cessem?

Qual é intervenção do Governo? Que participação deve ter a sociedade? E de quem é o futuro?

9.6 Violencia doméstica: Aumentam os casos no Bié

Jornal de Angola
17 De Maio de 2014

A directora provincial da Família e Promoção da Mulher, Carolina Vihemba Isaac, considerou quinta-feira, no Cuito, que o aumento de casos de violência doméstica está a contribuir na desestruturação de muitas famílias na província do Bié.

O Dia Internacional da Família foi assinalado ontem e Carolina Isaac apontou na ocasião a violência doméstica como uma das principais causas da dissolução dos lares nesta região, acrescentando que nos meses de Janeiro e Fevereiro a instituição registou 35 casos de violência doméstica, mais 12 em relação aos dois meses anteriores (Novembro e Dezembro de 2013).

A Direcção Provincial e parceiros sociais (igrejas e associações juvenis) têm estado a sensibilizar os cidadãos sobre as consequências da violência familiar na sociedade. A instituição vai trabalhar seriamente, este ano, para a redução de casos de violência doméstica, através da realização de palestras nas escolas, praças e aldeias.

9.7 As eleições autárquicas

Jornal República
23 De Maio de 2014

As eleições autárquicas permanecem e permanecerão ainda no fundo dos corações por muito tempo, por não haver uma agenda credível, responsável e abrangente, relativamente aos aspectos que têm haver com a eleição dos responsáveis municipais e comunais. A prática tem demonstrado, que indivíduos nomeados para cargos municipais e comunais, pouco ou, em nada reflectem nas aspirações e anseios dos seus habitantes. Os cidadãos não encontram critérios e seriedade de trabalho visível por parte desses administradores, que vão apresentando pouca substância nas suas actividades, onde muita das vezes se confunde com o seu empenho partidário.

O cidadão não conhece o orçamento cabimentado à administração para atender algumas aflições que se lhe apresentam no dia-a-dia. Em todos os anos vai vendo o município ou a comuna em que vive a degradar-se, substancialmente. Não sabe a quem pedir contas, sempre que vai vendo todo esse trabalho descartável feito por empresas nacionais e estrangeiras. Quando a luz se vai embora, de repente, e queima os aparelhos que com muito sacrifício comprou, não sabe a quem pedir responsabilidades. Uma série de situações desabonatórias jogando permanentemente contra ele, sem puder fazer nada. Assim andam os municípios e comunas no nosso país. Ninguém consegue realizar um trabalho credível e responsável a nível dos municípios e comunas. No tempo chuvoso, as águas paradas, os buracos, o lixo, os mosquitos, as baratas e os ratos tomam conta da saúde e disposições de muita gente.

Tudo isso revela a nomeação dos mais amigos do que mais competentes para se realizarem, com êxito, tarefas eficazes e eficientes a olho nu. Às vezes, o dinheiro que vem da província tarda em chegar. Mas, quando chega, pouco ou nada se faz em favor do município ou da comuna. Os bairros andam despidos dos seus deveres e obrigações. Ninguém lhes dá um tratamento adequado e salutar! O cidadão não deve somente assistir e contentar-se a ver constantemente as irregularidades e erros dos governantes. Ele é uma fonte necessária e precisa no processo democrático. Não deve apenas servir de alvo para apetência ao poder, nas ambições desmedidas daqueles que governam, ou querem governar, puxando a brasa à garupa. Não! Essa triste situação vem de vários governos provinciais, que pouco ou nada fazem para o melhoramento dos municípios, das comunas e dos bairros. Não há trabalho sério nem de fiscalização.

As eleições autárquicas são um imperativo fundamental e necessário, para os cidadãos escolherem os seus verdadeiros responsáveis, que só valerão quando atenderem, cabalmente, as aspirações e preocupações dos seus habitantes, sendo obrigados a serem mais competentes e responsáveis na sua governação, olhando e resolvendo os problemas que mais afligem os cidadãos. Caso não consiga, as portas estarão abertas para outros candidatos. É assim em democracia e, verdadeiramente, num estado de Direito. Governar é arte, e nunca é para quem quer, mesmo que não tenha aptidão e crave ira para tal. Governar é atender o cidadão sem olhar para a sua condição ou posição social, etc. Governar é saber inteligentemente distribuir a riqueza que a todos pertence...

9.8 Delinquência em alta em Cacucaco

Jornal República

23 De Maio de 2014

Texto: Inácio Cândido

Numa ronda feita pelo Jornal A República constatou-se que a delinquência em Cacucaco, tende a aumentar cada dia que passa por causa do mau abastecimento de energia eléctrica, que vai às 1800 horas e, só se restabelece às 1 hora da madrugada nos bairros da nova urbanização, Kicolo, Vidrul, Boa esperança e no Forno do cal, são as zonas com mais casos de assaltos à mão armada.

João Joaquim, morador no bairro do Forno do cal disse que nunca viram o patrulhamento da nossa polícia mesmo a escassos metros do comando de divisão do município de Cacucaco e da 37ª esquadra; as autoridades só garantem estar atentas e a fazer o possível para combater. "Nós os moradores estamos a fazer o possível para que a criminalidade no bairro, baixe mas não temos como combater-los, porque os marginais são filhos de vizinhos e quando são queixados, a mesma polícia explica mais ao próprio marginal, e, quando sai da cadeia começa a fazer promessa de morte" disse.

A outra moradora que se identificou apenas por Maura, disse que aqui no bairro kamassende os casos de assaltos são constantes à luz do dia, e os Jovens aparecem com as armas de fogo, mas a polícia nunca está presente na hora quando é chamada para uma intervenção. "Agora, não se sabe, se existe mesmo esquadras da polícia ou não! Porque tem se registado vários casos de assaltos de motorizadas em residências e à mão armada", disse.

Manuel Victor, morador do bairro Paraíso em Cacucaco, revelou que o fraco policiamento é que tem provocado o aumento dos assaltos no período nocturno, pois a falta de energia eléctrica tem contribuído, por isso é que tem havido muitos assaltos.

Os assaltos têm sido constantes e já solicitámos ajuda ao comando de divisão do município, mas, até ao momento, não resolveram nada Sustentam os moradores que não sabem por que razão. Não têm tido policiais de ronda constante, mas apenas, para mandar parar as viaturas rapidamente; manter a ordem aos cidadãos não tem sido sempre no tempo, disse Manuel Victor.

Domingas Miguel, morador da Nova urbanização acredita que a insegurança está a generalizar-se, devido ao eleva do nível de desemprego do Jovens.

Por isso, solicita às autoridades na criação de política que favoreçam o emprego desta franja, que é o futuro deste país. Não havendo aposta ta nos jovens, os assaltos irão tomar conta, de nós.

"Nós os moradores queremos uma polícia que fica próxima do cidadão, agora os marginais assaltam matam e a nossa polícia não diz nada." Outro indivíduo adiantou. "A outra realidade que tem acontecido é a queima do gatuno; já está acontecer em alguns bairros de Cacucaco." Rematou Domingas Miguel.

9.9 Violência Doméstica

30 De Maio De 2014

Jornal a República

Cinquenta e nove casos de violência doméstica foram registados desde Janeiro, na província do Moxico, pela direcção da Família e Promoção da Mulher, anunciou hoje, terça-feira, nesta cidade, a chefe de departamento deste sector, Paulina Cairingue.

Os casos de violência doméstica circunscrevem-se em 20 abandonos de lar, nove espancamentos e ofensas corporais, nos quais estiveram envolvidos 10 homens e 49 mulheres.

Paulina Cairingue disse que a sala de aconselhamento da direcção da Família e Promoção da Mulher funcionem colaboração com os órgãos judiciais, para esclarecimento e tomada de medidas punitivas aos infractores.

9.10 Armas de fogo amedrontam municípios

31 De Maio De 2014

Jornal a Capital

Simple confrontações entre grupos formados por menores, inicialmente vistas como sol de pouca dura, ganharam contornos bastante perigosos, representando, agora, um sério problema para os moradores do bairro Mabor, no município do Cazenga. As pessoas que se fazem ao perímetro do mercado da zona do Imbondeiro até à Sonefe, quer seja de manhã ou à noite, são obrigadas a suportar uma forte carga de violência. Trata-se, sem qualquer exagero, de uma verdadeira batalha, com rapazes munidos de material contundente, incluindo armas de fogo.

Os muitos feridos graves são a consequência do uso de garrafas, catanas, pedras, paus e ferros, conforme o relato de uma moradora, a primeira ouvida pela nossa reportagem. "É muita selvajaria", reconhece uma jovem, que optou pelo anonimato, temendo represálias. Ela tem razões mais do que suficientes para descrever o quadro nestes termos, ou não tivesse testemunhado, em diversas ocasiões, situações como as que opõem grupos de rapazes que andam em ajustes de contas.

Um destes grupos, segundo conta, é oriundo da comuna do 11 de Novembro, ao passo que o seu rival, também responsável pelo clima de insegurança, emerge da Sonefe. Com alguma ironia à mistura, afirma que "eles nem sequer podem cruzar o mesmo caminho", uma vez que o pior está sempre à espreita.

Uma outra cidadã refere que os moradores têm estado a ouvir disparas de armas de fogo há já alguns dias. "É proibido ficar distraído, mesmo quando se está a caminhar, porque, a qualquer momento, todas as pessoas podem ser confrontadas com assaltos", salientou a fonte. Para muitos, este tipo de confrontos entre uma e outra zona, no caso o Imbondeiro e a Sonefe, resulta de um velho antagonismo. "Sempre existiu esta rivalidade entre os dois bairros", lembra a mais velha Nazaré, uma antiga moradora da Sonefe, agora a residir no Imbondeiro. Ademais, acrescenta, a única diferença está no facto de, nos dias que correm, a alteração descambar para uma violência a roçar o limite do insuportável.

O pronunciamento da anciã sugere que a disputa verbal foi transformada em confrontos físicos. "E parece que não há dias em que estas 'guerrinhas' não acontecem. São todos os dias, sempre com a mesma

carga de violência", elucidou. Colocados os dados nesses termos, salta à vista a estranheza dos moradores face a apatia da Polícia Nacional, com uma unidade nas proximidades, mas que se vem revelando, ao que tudo indica, insuficiente para manter a ordem.

Perante este clamor, o semanário A Capital quis saber se a Polícia não tem aparecido, tendo, em resposta, ouvido um dos seus interlocutores dizer que "é difícil ver a polícia, não aparece. Até parece mais turas", apontou.

Viana é uma autêntica fotocópia.

Aqui, concretamente na zona da Sonangalp, os bandos manuseiam armas de fogo em algumas das suas operações e em casos de brigas. "Temos que fugir, porque há tiro de verdade. Quem for apanhado no meio da confusão, corre o risco de perder a vida", contam moradores.

A estes confrontos, juntam-se os assaltos, que também têm sido tema de conversa. E não é para menos. Os casos e os números da criminalidade aumentam de forma assustadora. Da zona do mercado à paragem dos táxis, assim como no interior do bairro, todo o cuidado passou a ser pouco, dada a existência de grupos de assaltantes camuflados entre os transeuntes.

O jovem Renato Miguel Vunge, diz ter testemunhado um assalto a três cidadãos malianos. "Os rapazes, enfileirados, assistiam a movimentações de todas as pessoas, que circulavam sem saber que tinham a companhia de malfeitores. Foi assim que os malianos ficaram sem o dinheiro e os telemóveis", explicou.

Renato acabou por escapar porque preocupada com outras coisas, com quem está a andar de mota, com as vias encontrava atrás dos assaltados, por isso, e com a lição bem estudada, conseguiu evitar os meliantes. Num outro contacto, o A Capital soube que, em alguns casos, nem mesmo agentes da Polícia estão livres das acções dos delinquentes.

Há não muito tempo, diz o morador, um agente da PN foi assaltado por elementos de um grupo denominado "os Queima Bilha", na Zona de uma capela da Igreja Católica. Sem qualquer hipótese de reacção, o agente perdeu o computador. "E a zona deles. Parecem dominar tudo e não têm medo, nem da Polícia", afirma.

Batalhas com nomes e rostos

Os moradores ouvidos por este jornal revelaram que os grupos estão identificados, cabendo à polícia agir em conformidade. São vários os grupos, não um ou

dois, como vimos na peça sobre o Cazenga. Passeiam pelas redondezas do município, semeando o pânico entre as pessoas. "Os seus integrantes são bastante conhecidos. Eles mudam apenas as denominações dos grupos, mas os objectivos convergem", avançou um munícipe.

No bairro da Sonangalp, 'merecem' destaque as gang's 'Zé Pica', 'Deus no céu, nós na terra' e 'Queima Bilha'. Os dois últimos são tidos como os reis do assalto. "Não hesitam quando têm de se apropriar de bens alheios, geralmente aos finais de tarde", acrescentou a fonte.

O seu ponto de concentração, conforme indica o nosso interlocutor, é a paragem dos táxis, bem defronte às bombas de combustível, nas instalações da Comarca. Mais adiante, na Vila de Viana, estão no centro das contendas os grupos 'Quebra Galho', Caixa de Pandora' e os 'Priva', que também não deixam os seus créditos por mãos alheias.

"Quando se encontram, o melhor é desaparecer", disse um dos moradores, estabelecendo uma analogia com a música de Calabete. Até porque, refere, prevalece o dito popular segundo o qual "em briga de elefante, quem paga é a formiga". Unâimes, os moradores entrevistados pediram o patrulhamento da Polícia, tendo em conta a aflição que caracteriza o estado de espírito da população.

10. AMBIENTE

10.1 Chuva desalojou famílias em localidades do Bengo

Jornal de Angola
02 De Maio de 2014

Um relatório do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na província do Bengo, divulgado na quarta-feira, revelou que 253 famílias do município do Dande ficaram desalojadas em consequência das chuvas que caíram nos dias 15 e 21 de Abril.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros distribuiu 2.500 chapas de zinco a 245 famílias do bairro de Mussenga, município do Dande, e bens alimentares e detergente às que estão alojadas no centro de acolhimento do Caboxa, em Caxito.

No mesmo período, a chuva destruiu 240 casas na localidade da Mussenga, comuna do Úcuá, e provocou o desabamento de três moradias no bairro Riceno e duas no bairro Kixiquela, em Caxito. Na comuna de Quiabo, foram destruídas oito casas e, no município do Ambriz, uma jovem de 20 anos morreu depois de ter sido atingida por um raio. Cerca de 30 casas, situadas no bairro Kinjanda, município do Dande, podem desabar devido à acumulação de grandes quantidades de água no interior do bairro.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros apelou, no relatório, à população para não construir casas em zonas de risco e fixar correctamente as chapas de zinco ao tecto com pregos, em vez de pedras, como acontece nas casas de adobe.

10.2 Famílias sem casa no Icolo e Bengo

Jornal de Angola
06 De Maio de 2014

A chuva que caiu na quarta-feira nas localidades de Caquengue, Salão e Gonçalo, comuna de Caculo Canhangó, município de Icolo e Bengo, província de Luanda, desalojou 63 famílias.

O administrador comunal, Armando da Costa, disse ontem à Angop que as autoridades administrativas do município de Icolo e Bengo já foram informadas e estão a ser tomadas medidas.

Os desalojados necessitam de chapas de zinco, barrotos e roupa usada. A maioria dos habitantes da comuna, integrada por 11 localidades, dedica-se à pesca, agricultura e caça.

10.3 Chuva desaloja famílias no município do Lucala

Jornal de Angola
09 De Abril de 2014
Texto: Kátia Ramos

Pelo menos 70 pessoas de diversos bairros do município de Lucala, no Cuanza Norte, perderam as suas casas, em consequência das fortes chuvas, acompanhadas de ventos, que se abateram no dia 22 de Abril, informou na quinta-feira o comando provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

O porta-voz da corporação, André Damião, disse que pelo menos 24 casas dos bairros suburbanos de Cacoso, Vila, Embondeiros, Cemitério, Camajile e Ngola Nhinhi ficaram sem tecto.

Para minimizar a situação dos sinistrados, a Protecção Civil do Cuanza Norte entregou mais de 400 folhas de chapas de zinco, roupa usada e bens alimentares de primeira necessidade. Foram ainda identificadas duas localidades na vila do Lucala com 23 casas construídas em lugares de risco de inundações, em caso de transbordo do rio.

Durante o primeiro trimestre deste ano, os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros registaram 65 desabamentos de casas em vários pontos da província, o que desalojou 249 pessoas.

Este ano, as chuvas provocaram a morte de uma criança, em consequência da queda de um muro de vedação, no município de Cambambe, e destruíram uma escola, em Ambaca. No Cazengo, houve três inundações que deixaram submersas 112 casas.

Neste momento, os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros têm disponíveis 2.500 folhas de chapas de zinco e nove atados de roupa usada para assistir aos sinistrados.

10.4 Luandenses aplaudem chegada do cacimbo

Jornal Angolense

10 De Maio de 2014

Quando chega o cacimbo, muita gente suspira de alívio, porque há um interregno do tempo quente, em que as altas temperaturas incomodam, para além de que são acompanhadas de chuvas e, conseqüentemente, mosquitos e doenças próprias da época quente, como a malária e a cólera. Algumas pessoas, poucas, dizem que não gostam do tempo frio, porque ficam pouco à vontade, são friorentas e propensas a contrair doenças como enxaquecas, gripes, entre outras.

Entretanto, regra geral, as pessoas admitem que é no cacimbo que se veste melhor. Para os que gostam de alguma extravagância ou de formalidade, nesta época aproveitam para exibir tudo que não pode no tempo quente.

Também, é no cacimbo que as festas são mais «quentes», porque a temperatura permite maiores proezas, animação e há mais intimidade entre os casais. Por isso, o povo também diz que é nesta época que há mais «produção de bebés».

Embora o tempo de praia e de piqueniques também tenha um interregno no cacimbo, pessoas há que não temem a frescura do ar e da água e não dispensam um mergulho ou uma «kizombada» ao ar livre, «porque até é mais saudável», segundo dizem.

Dona Ana Santos, casada, mãe de seis filhos, residente em Viana, é de opinião que a melhor época do ano é a estação fria. Para si, «o cacimbo é um regalo, sinto-me bem e a minha saúde melhora bastante, porque não tenho problemas nenhuns com doenças e tenho mais gosto em me vestir, sair e cuidar dos meus filhos».

A senhora disse ainda que tem muito cuidado com as crianças porque «elas têm mais tendência a apanhar gripe, sendo preciso ter atenção para que não brinquem com água, nem tomem banho em horas impróprias ou com correntes de ar e nas horas mais frias. De manhã quando acordam e no princípio da noite, devem estar bem agasalhadas e não andar descalças em chão húmido ou frio».

Francisco Inácio, funcionário público, morador no Cazenga, é um indivíduo que, regra geral, independentemente da época, anda formalmente vestido. Sempre em camisas de mangas compridas e abotoadas nos pulsos, geralmente com casaco e gravata.

«Tornou-se um hábito vestir-me assim por causa do trabalho que faço e mesmo com calor, indo trabalhar ou não, gosto de estar bem apresentado. No tempo quente sofro um bocado, embora eu não seja de transpirar muito como certas pessoas, se não passaria muito mal. De qualquer forma, o tempo de cacimbo é muito melhor e é confortável usar um bom casaco».

Bom para uns, nem tanto para outros Makiesse, estudante universitária, moradora na Maianga, gosta muito do cacimbo. A jovem diz que nesta época dorme bem, sem sobressaltos e não precisa de estar aflita por causa da energia. «No tempo de calor a pessoa fica sempre preocupada por causa da luz, se vai haver ou não. Como sabe, nós vivemos numa cidade em que nunca há energia constante, é sempre aos soluços e, geralmente, nas horas em que mais se precisa, como de noite, nunca há luz»

A cidadã afirma que os constantes cortes de energia faz com que não se possa ter as ventoinhas a trabalhar, ou o ar condicionado, para quem tem. «Então passa-se horas horríveis, com muita transpiração e mal se dorme. Agora no cacimbo a coisa é diferente, não sendo necessários esses acessórios, já que pão se transpira e dorme-se bem, as roupas de cama não cheiram a calor, devia haver sempre cacimbo», defendeu.

Para ela, as pessoas sentem-se melhor para vestir como quiserem e pode-se usar cremes e maquilhagem à vontade, sem medo de transpirar por causa do calor».

A opinião do jovem Adriano Pereira, técnico de informática e estudante universitário, morador no bairro Neves Bendinha, foi a seguinte: «Gosto muito do cacimbo, mas também gosto da época quente, porque as coisas têm de ter um equilíbrio. No cacimbo, andamos mais agasalhados, não se transpira tanto e é melhor para a prática do desporto e do amor; sabe melhor fazer amor e é um tempo propício para intimidades. Mas também gosto do calor, porque o sangue corre mais veloz nas veias, há mais energia e é o melhor tempo para a praia ou para um passeio pelo campo».

Para os amantes de patuscadas, no tempo seco ou cacimbo, cai melhor um ambiente entre amigos, acompanhado de um bom copo. «No cacimbo, cai bem uma boa bebida espirituosa, um bom vinho, acompanhado de um petisco, em boa companhia e conversa agradável», disse João Marino, supervisor de segurança particular, morador no Sambizanga. Magui, solteira, mãe de duas crianças, vendedora de cerveja e pinchos num alpendre anexo à sua residência no Cazenga, afirma que gosta do cacimbo como tempo,

por ser «bom e não faz tanto calor, mas para nós que vendemos cerveja e sobrevivemos disto, não é muito bom, porque no cacimbo bebe-se pouca cerveja, é mais barata e nós quase nunca vendemos e não temos lucros nenhuns».

Mais velhos preferem o calor apesar da época do cacimbo trazer as vantagens descritas pelos interlocutores, há quem não gosta do tempo frio, por várias questões. Dona Delfina, mulher sexagenária, moradora no Golf, diz que, no tempo de cacimbo, sente muitas dores no corpo. «Sinto muito reumatismo, os ossos doem-me no corpo todo por causa do frio e, de noite, mesmo com cobertores fortes, sinto as dores, o que não me acontece no tempo de calor».

Adão Diogo, aposentado, morador em Viana, é da mesma opinião. «Não gosto do cacimbo porque, talvez por causa da idade, sinto os músculos presos, dores nos ossos e dificuldade para andar. Quando fui jovem a coisa era outra, jogava futebol e gostava muito de ambientes, agora já não tenho idade para essas coisas e, para mim, é melhor o tempo quente».

Mudança de clima e protecção

Tendo em consideração a variação da temperatura e mudança de clima, aconselha-se a população a proteger-se com roupas adequadas, apelando para que se preste maior atenção às crianças e aos idosos, pessoas consideradas mais vulneráveis na época do cacimbo.

É muito importante o papel das famílias na protecção das crianças e os mais velhos, tendo em conta que, pelo facto de o clima se tornar mais frio, surgem diversas doenças, para além de haver pessoas que não suportam temperaturas baixas.

Angola tem duas estações. A das chuvas e a do cacimbo. O cacimbo ou estação seca é a menos quente e dura, normalmente, de 15 de Maio a 15 de Agosto, estendendo-se até princípio de Setembro. A estação chuvosa é a mais quente, indo geralmente de Setembro a Abril. As chuvas e a variação anual das temperaturas são duas características comuns a todas as regiões. A localização de Angola na região inter-tropical e subtropical do hemisfério Sul, a proximidade do mar, a corrente fria do mar de Benguela e o relevo são factores que determinam e caracterizam duas regiões diferentes no que diz respeito ao clima.

A região costeira apresenta uma humidade relativa média acima dos 30%, uma pluviosidade média anual abaixo dos 600 milímetros, decrescente de Norte para Sul, sendo de 800 milímetros na zona costeira de

Cabinda e no Sul, Namibe, de 50 milímetros. A temperatura média é superior a 23 graus.

A região interior está dividida em três áreas: zona Norte, com grande pluviosidade e altas temperaturas; zona Alta, formada pela região do planalto central, que se caracteriza por uma temperatura média anual perto dos 19 graus centígrados, com uma estação seca de temperaturas mínimas; zona Sudoeste, semidesértica, devido à proximidade do deserto do Calahari, apresentando baixas temperaturas na estação seca e altas na estação quente. Esta região sofre a influência de grandes massas de ar tropical.

Especialistas do Instituto Nacional de Meteorologia (Inamet) alertam, principalmente, os habitantes das cidades do Uíge, Huambo, Kuaio (Bié), Lubango (Huila), Lwena (Moxico) e Menongue (Kuangobango), localidades que começaram já a apresentar temperaturas baixas, para as precauções que devem tomar para evitar moléstias.

A época que terminou foi considerada pelos meteorologistas do Inamet «bastante chuvosa» com variações de precipitações nas diversas regiões de Angola, situação que as pessoas devem igualmente ter em consideração, tendo em conta as imprevisões surgidas no tempo em função das ditas mudanças climáticas.

O litoral do país teve uma precipitação de três mil milímetros cúbicos, acima da média normal, enquanto na região do interior as chuvas ultrapassaram os 18 mil milímetros cúbicos habituais, o que justifica as fortes chuvas na estação quente que terminou.

10.5 Os nossos candengucs das margens

Jornal de Angola
13 De Maio de 2014

Por força das contingências que atravessamos mesmo já depois dos Acordos de Paz e de terem passado despercebidos aos registos após o seu nascimento, muitos dos nossos monandengucs ganharam, paradoxalmente, uma surda notoriedade. Quem diria, mas nada que lhes compare propriamente a canzurnbis ou aos seres que por estranha sorte, são expulsos pelas suas famílias acusados de feiticeiros.

O caso a que aqui me refiro merece melhor atenção até porque esses cidadãos inominados são mais de metade de todas as crianças angolanas com menos de cinco anos!

Eles não existem nos registos do país, revelam a UNICEF e a União Europeia, que se afirmam actualmente apostadas em ajudar a alterar este panorama que mancha o nosso tempo de incertezas, embora essas crianças sejam o sangue novo de que a Pátria esvaída na guerra necessita.

Não foram assim acolhidas, diz-se, porque os seus progenitores ou as mães que lhes pariram, ignoravam os procedimentos administrativos.

Não sou de makas e passo adiante, mas esses candengues, ao invés de constituírem uma dádiva dos céus, passaram a representar um manancial de problemas sérios. As políticas do Estado assentam essencialmente na existência da Família como principal suporte para a subsistência da criança. No caso dos candengues não registados, é de supor que as suas famílias se tivessem dissipado.

Não interessa aqui encontrar as razões para justificar a ausência dessa instituição social básica indispensável para cuidar dos seus filhos. Importa apenas assinalar que a grande maioria dessas crianças vive em grande desamparo, o que faz com que se transforme num alvo fácil e apetecível de criminosos.

Ainda recentemente o Procurador-Geral da República deu a conhecer que os criminosos se permitem a transaccioná-las na "bagagem" como pseudo pais de ocasião, à semelhança das que foram surpreendidas na fronteira pelas autoridades portuguesas.

No entanto, se a sociedade ignora esses candengues, por sua vez, eles não lhe perdem de vista. Estou convencido que é mesmo o motivo principal da sua existência e isso faz deles, observadores muito argutos. E até cruéis. Nada lhes parece motivar mais do que ter, possuir. Creio mesmo que a percepção que têm de não serem vistos ou evocados, lhes confere uma perigosa quanto falsa ideia de liberdade. Plena. Aparentemente desconhecem restrições morais e a diferença entre o Bem e o Mal, para além das regras estritas do seu próprio meio.

A sua conduta tem chamado a atenção da sociedade e também do Ministério da Família, que após o seu último Conselho Nacional, decidiu mesmo criar uma comissão, perdão, um grupo multisectorial para estudo da sua "conduta desviante", formulação quanto a mim precipitada, porque parte da presunção que candengues conhecem a diferença entre o Bem e o Mal.

Era o mínimo que o MINF ANU podia fazer.

As pessoas vivem alarmadas perante a fria raiva com que essas crianças actuam. Não lhes basta o produto

do roubo. Matam. É muito mais do que um comportamento desviante. Talvez uma forma de ser tomado a sério, ou de contrariar a sua existência inominada. Neste momento, o país mobilizou-se em toda a sua extensão para se reencontrar através de nosso Censo Geral 20 14. Ele não será a panaceia para todas as nossas malambas, mas vai permitir que esses candengues sem registo, re-gressem das margens onde tentam sobreviver.

10.6 Destruição de árvores: Província do Bengo ameaçada pela erosão

Novo Jornal

16 De Maio de 2014

Texto: David Filipe

À semelhança de outras províncias, algumas regiões do Bengo poderão transformar-se em deserto, caso as autoridades não tomem medidas para conter a distribuição anárquica de árvores para a produção artesanal de carvão e lenha. Em Quicabo, adoptou a fórmula "uma árvore derrubada, uma árvore plantada" para travar a erosão dos solos. Mas é preciso um plano e fiscalização eficazes.

O velho Sandombo José, de 64 anos, ofereceu um Toyota Dina ao filho Domingos José, que casou no mês passado.

Residente nos arredores da comuna do Úcua, 61 quilómetros a leste do município de Dande, província do Bengo, Sandombo é etiquetado como campeão na produção artesanal de carvão e lenha.

Natural do Huambo, Sandombo abandonou a terra natal devido à guerra.

Encontrei uma nova terra, onde vivo há 25 anos", conta ele, destacando o comportamento carinhoso dos habitantes da comuna.

É maravilhoso quando encontramos uma pessoa que é hospitaleira sem nenhum interesse pessoal. Ela simplesmente tem prazer em suprir todas as necessidades daquele momento e não mede esforços para isso, não passa dos limites, e sempre surpreende com alguma coisa que você está a precisar", diz ao Novo Jornal o filho do velho Sandombo, Domingos José, fazendo referência à calorosa recepção que a família teve nesta região.

Com nove rebentos (filhos), o ancião controla 15 trabalhadores, que nas matas do Úcua se dedicam ao fabrico do carvão e lenha.

"Estes jovens eram desempregados em Luanda. Convenci-os, agora ganham aqui qualquer coisa para sustentarem as suas vidas", revela Sandombo.

"Quem fabrica 20 sacos de carvão recebe 5.000.00 kwanzas", esclarece o homem, que tem obrigado os jovens a continuarem os seus estudos:

A produção do carvão inicia-se cedo, tendo em vista as chuvas que assolam a região.

"Eles começam a produzir a partir das 6h00 e às 15h00 descansam. No período da tarde, os que não sabem escrever vão às aulas de alfabetização", refere. Com a exploração de carvão, Sandombo é hoje um mini-empresário na região.

Construiu um prédio de dois andares na comuna de Kikolo, município de Cacucio. É também proprietário de oito moagens de fuba e de bombo, localizadas em vários bairros da capital.

Consta ainda da pequena fortuna do velho, dois camiões Volvo e dois Toyota hilux. Tudo isto fruto da exploração de carvão e lenha.

De 1998 a 2004, Sandombo não tinha dificuldades para produzir a lenha e o carvão. Face ao aumento de muita gente envolvida no negócio, a lenha e o carvão passaram a ser escassos.

"Neste momento há uma disputa enorme para encontrar árvores para a fábrica de carvão e lenha", reconhece o empresário, salientando que "tendo em vista o rendimento do negócio, actualmente aparecem muitos empresários a demarcarem as áreas".

NOVOS OPERADORES

Mesmo sabendo os efeitos negativos que o negócio da lenha e carvão vem causando à região, novos proprietários de terras estão envolvidos nesta actividade. É gente bem posicionada no país, que nos últimos tempos tomou de assalto as vastas terras que ligam o Caxito e a comuna do Úcuá.

"De Caxito ao Úcuá as duas bermas da estrada estão ocupadas. Já não temos sucesso na nossa actividade", lamenta.

O vizinho de Sandombo, Armando Oubele, também explorador de carvão e lenha, já está "anexado" numa propriedade que pertence "a um tubarão" (gente pesada).

"Nunca vimos o tipo aqui desde 1998. Mas, no mês passado, o homem apresentou documentos dizendo

que a propriedade é dele", queixa-se Quihele, de 56 anos.

Segundo a fonte, são os novos donos que estão a contratar pessoas em Luanda para dar continuidade à actividade deles.

"Sabendo que o desmatamento é uma actividade que prejudica o meio ambiente, os novos donos das terras estão a aderir ao mesmo negócio", lamenta Oubele.

Um proprietário que não quis identificar-se disse à nossa reportagem que não fazia actividade na sua propriedade, porque não tinha meios financeiros para iniciar a tarefa agropecuária.

"Eu apresentei os documentos que confirmam que pago impostos destas terras. Não há motivos para reclamarem", justifica a mesma fonte.

A perda de grandes áreas de floresta na comuna do Úcuá é, cada vez mais, foco de preocupação na província.

"As mudanças climáticas trarão desastres ambientais com maior frequência. Podemos ganhar secas ou outras irregularidades climáticas, cujos impactos serão acentuados", diz uma fonte da Administração Municipal de Dande.

Nesse sentido, acrescenta que os problemas associados ao derrube anárquico das árvores, ao mesmo tempo, causa e consequência das mudanças climáticas, ganharam contornos mais sólidos, chamando a atenção da opinião pública e do governo.

Além de questões ambientais, outro fenómeno desperta grande preocupação em relação ao processo de ocupação da região:

A grande frequência de conflitos violentos associados à ocupação do território.

"Esses conflitos tão pouco são novos e a opinião pública já não se surpreende com a sequência de tristes acontecimentos notórios", afirma o professor primário da região do Úcuá, Santos Cafuena.

Estes relatos mostram a forma desenfadada como algumas regiões arborizadas da província do Bengo estão a ser destruídas por populares. O impacto será tremendo e começa a ser visível.

"De Caxito ao Úcuá as duas bermas da estrada estão ocupadas. Já não temos sucesso na nossa actividade"

10.7 Consequências das chuvas: Luanda com os problemas de sempre

Jornal Manchete

16 De Maio de 2014

Texto: Moreira Mário

O problema das chuvas em Luanda, o que pode querer dizer que não é de fácil solução

As constantes quedas pluviais que se abateram a província de Luanda, entre Abril e princípio de Maio, agravaram as já precárias condições de vida dos cidadãos. Os habituais problemas de saneamento básico são agora mais graves, pois a difícil drenagem das águas das chuvas tornaram num verdadeiro caos à circulação automóvel, nas ruas e principais vias de acesso da cidade. Finalmente a época chuvosa está chegar ao fim e, entretanto, o Cacimbo começa a partir do dia 15 desta semana. Para trás fica o pesado rasto de destruição provocado pelas enxurradas, sobretudo nas zonas suburbanas como Sambizanga, Rangel e Cazenga, onde o cenário é ainda dominado por grandes quantidades de água, lamaçais e buracos nas ruas.

No entanto, é com base na chegada da estação seca que as autoridades competentes devem começar já, a pensar na elaboração de um plano de obras de recuperação das vias então ficaram danificadas com as chuvas.

Os problemas estão devidamente identificados. Importa apenas atacá-los em profundidade, de modo que as operações não sejam meros paliativos. Isso, sem esquecer os trabalhos de limpeza nas valas de drenagem, já que muitos moradores depositam toda espécie de lixo doméstico nessas vias de escoamento das águas pluviais ou residuais, num claro atentado à saúde pública. Como se não bastasse, há pessoas que depositam, sem qualquer respeito pelo meio ambiente, carcaças de automóveis, geleiras e demais electrodomésticos, pneus e latas. Tais resíduos sólidos acumulados em grande quantidade travam o avanço da água, fazendo subir o seu caudal a medida que a chuva se avoluma. Uma das consequências desse mau comportamento, é a falta de escoamento das águas pluviais e residuais, o que por vezes provoca o transbordo das valas de drenagem e o consequente alagamento das casas e ruas mais próximas.

É aqui que, às vezes, as empresas operadoras de lixo justificam a insuficiência dos seus serviços de limpeza, alegando o mau estado das vias de acesso por estas encontrarem-se intransitáveis. Mas, tal fundamento

não convence os cidadãos visto que inclusive nas vias em que as chuvas não foram incisivas, as operadoras tardam igualmente remover o lixo dos contentores.

Por outro lado, os responsáveis das operadoras admitem encontrar dificuldades de adaptação se adaptar à nova versão do novo modelo de limpeza, bem como às zonas de intervenção actualmente indicadas. Esta situação, segundo os mesmos, está também a contribuir para acumulação do lixo em muitas artérias da cidade.

Recorde-se que em princípios deste ano, o governador, Bento Francisco Bento, se mostrou desapontado ante a metodologia de recolha de lixo pouco eficaz utilizada pelas operadoras.

Razão porque as empresas são pagas agora, por áreas limpas, ao contrário do volume de lixo entregue ao aterro sanitário. Isto obrigou as mesmas a ajustar o pessoal de limpeza em virtude do emagrecimento dos orçamentos.

Também não se pode descurar, o facto segundo o qual a acumulação de lixo nas ruas tem sido um autêntico viveiro de mosquitos, para além dos charcos e outros locais húmidos. O Manchete constatou que a maioria dos hospitais e centro médicos situados nas zonas suburbanas continuam a receber muitos doentes atacados pelo paludismo.

Tal como nos informou a chefe de enfermagem do Centro de Saúde da Paz, situado no bairro 11 de Novembro, no Cazenga, nas áreas de pediatria, medicina interna e externa, são atendidos diariamente um total de 100 casos, entre crianças e adultos. E os números não deixam de se preocupantes. O que não se percebe contudo, é o facto das unidades de saúde terem deixado de distribuíres mosquiteiros impregnados à população.

Dada à procura gritante desses meios de prevenção à malária pelos populares, nesta altura em que os mosquitos reinam dentro das suas casas, alguns armazéns passaram a comercializar mosquiteiros. E, conseqüentemente, as zungueiras compram para revende-los nas ruas por 1.500 a 2 mil kwanzas, o que não fica ao alcance de todos os cidadãos com estes preços.

E que dizer dos candongueiros? Estes bens essenciais de transporte urbano de passageiros, ultimamente têm estado bastante difícil de apanhar, em alguns pontos de paragem. Realmente se pode imaginar os transtornos que está a causar às pessoas soas que diariamente dependem dos mesmos para as suas deslocações.

Tal ocorrência se deve em virtude do mau estado das vias, agravada pelas consequências das chuvas. O que leva os taxistas a fazerem " festa "das rotas curtas ou cobrar mais por distâncias mais curtas". Nas paragens, os passageiros acabam por ficar mais de trinta minutos à espera, tudo, porque os homens de azul e branco nem sempre aceitar chegar a determinados locais, disseram alguns passageiros interpelados pela nossa reportagem na zona do São Paulo.

10.8 Devastação da floresta preocupa ambientalista

Jornal de Angola
29 De Maio de 2014

O ambientalista César Pakissi denunciou a devastação da floresta do Sacaála, nos arredores da cidade do Huambo, para fins habitacionais, um fenómeno que pode originar desequilíbrios ambientais.

César Pakissi, que fez a denúncia à Angop, disse que parte da floresta já foi invadida por indivíduos que construíram casas, pelo que teme o alastramento da urbanização caso não sejam tomadas medidas, e desapareça o perímetro florestal do Sacaála.

Com a destruição da floresta, de acordo com o ambientalista, a cidade do Huambo, que concorre para ser capital ecológica de Angola, pode sofrer com a força dos ventos, já que uma das funções do Sacaála é proteger a cidade da acção dos ventos.

Por esse motivo, o ambientalista pediu à Administração Municipal do Huambo, ao Instituto de Investigação Agronómica, ao Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas e à Direcção do Território, Urbanismo e Ambiente para realizarem actividades que contribuam para a preservação e conservação da floresta em causa.

Sobre a denúncia, a Angop ouviu o administrador municipal da província do Huambo, José Marcelino, que também se mostrou preocupado com a situação, tendo informado que estão a ser criadas medidas, em parceria com as direcções da Agricultura, Território, Urbanismo e Ambiente, para se pôr fim à devastação da floresta do Sacaála.

"A invasão do Sacaála pela população é cada vez mais preocupante, tendo em conta a falta de terrenos para a construção de habitações nos arredores da cidade, daí que também seja necessária a

colaboração da população para conter este fenómeno", realçou o ambientalista César Pakissi.

10.9 Lixo foi recolhido no Kilamba Kiaxi

Jornal de Angola
29 De Maio de 2014

A chefe de secção de Saneamento Básico do distrito do Kilamba Kiaxi informou que foram recolhidas seis toneladas e 800 quilos de lixo e capim ao longo da Rua Pedro de Castro Van-Dúnen (Loy), durante a campanha de limpeza realizada no "sábado pela Administração local.

Francisca Augusto, que falava à Angop, disse que a campanha registou o envolvimento de mais de 500 moradores, entre religiosos, membros das comissões de moradores e da JMPLA, organização juvenil do MPLA.

A responsável anunciou que está agendado para o próximo fim-de-semana outra campanha, numa outra localidade do distrito urbano do Kilamba Kiaxi. As campanhas de limpeza visam sanear o meio e melhorar a circulação de viaturas e pessoas nas vias terciárias e secundárias, salientou Francisca Augusto.

10.10 Chuvas deixam ruas intransitáveis

Jornal A República
30 De Maio de 2014 Texto: Adriano Sobrinho

Sempre que as chuvas caem, neste período chuvoso, muitos bairros de Luanda e não só, ficam completamente intransitáveis para receberem visitantes ou, mesmo, os seus frequentadores que, às vezes, são obrigados a traçarem outras rotas para se movimentarem eficientemente, atingindo os seus destinos. Muitas das vezes, são forçados a pararem e reflectirem sobre os transtornos e consequências causadas pelas quedas fluviométricas que vêm da abóbada celeste, inesperadamente. Os moradores destes bairros em calamidade vêem-se a braços com a situação, porque as ruas, casas, incluindo muitos tectos das mesmas, não apresentam condições para suportarem o período chuvoso. A falta de saneamento básico e outros atributos indispensáveis a uma condição mínima não existem, pondo os moradores totalmente preocupados e, completamente, em estado de aflição. A baixa renda também é um grande calcanhar de Aquiles.

No entanto, para se apurar esse estado de coisas calamitosas, causadas por esse fenómeno natural, este Jornal desceu até ao bairro Kalawenda, que se encontra afecto ao município do Cazenga, para ouvir

alguns dos seus moradores que aceitaram, com disposição, falar à nossa reportagem, sem reticências. Arrnindo Bambuila de 46 anos de idade e habitante desta circunscção há mais de vinte e um anos, disse que a situação já vinha de há muito tempo, porque aquela área nunca fora contemplada com obras de terraplanagem e de saneamento básico. "Quando chove, nós passamos muito mal e, às vezes, no mesmo dia não conseguimos sair de casa. As águas evadem as nossas casas, nossas casas, quintais e ruas. Se houver grande preocupação como, por exemplo, ir a um funeral ou, ao serviço saímos de botas ou chinelas até determinado sítio descalçamos e calçamos os sapatos, levando aqueles artigos num saco preto.

De regresso, voltamos a calçá-la até à casa." Afirmou o nosso entrevistado já com um, certa tristeza no rosto. Em seguida, ouvimos com atenção margarida João Manuel de 36 anos de idade, e moradora deste bairro há mais de dezasseis anos, que assegurou a este Semanário de que a área da Conduta - pracinha tem ficado sempre alagado, intransitável e cheia de lama, desencorajando os camionistas, automobilistas e motociclistas, devido ao seu estado lastimável, agravando-se sempre que chova. E o buraco cavado junto ou próximo da Conduta, tem estado cheio de água. Pois, certa empresa, ao tentarem realizar trabalhos de terraplanagem da rua, não concluíram a empreitada deixando aquela via em condições desastrosa e desajustada. "Eu moro, aqui, perto da pracinha da Conduta.

Quando chove não consigo ir ao serviço nem os meus filhos de oito, dez e treze anos, irem à escola, que fica no Sucupira"(Bairro próximo, a sensivelmente quatrocentos metros, também afecto ao município do Cazenga) Procurando ganhar tempo, a nossa reportagem dirigiu-se à rua do novo Hospital municipal para entrevistar mais moradores daquela circunscção do município do Cazenga. Joana Mutala Hebo de 61 anos de idade, camponesa de profissão, desde aos 16 anos como nos confidenciou, disse a este Jornal que o bairro estava cheio de casas e de gente. Pois quando fora para aí morar os imbondeiros dominavam completamente o sítio e, naquela altura, ali vivia fazendo com o seu marido, agricultura de subsistência.

Havia também alguns currais de gados bovinos, suíno e caprino. A área já fora verdejante e vantajosa. Hoje nada ou pouco se vê, do que era antes."A situação é muito preocupante quando cve, e para sairmos de casa temos de fazer muito esforço para pensarmos onde vamos pisar. Às vezes, usamos a estrada asfaltada que pisem frente do novo Hospital para ir onde pretendemos. Mas volto cedo, ainda de dia, para ver

bem no o caminho pro onde voltamos a passar. Dia seguinte os noite, os mosquitos tomarão conta de nós. É preciso usarmos o mosquiteiro para não apanharmos paludismo ou outra doença que afecta a pele ou, os olhos. Temos que ter muito cuidado para não ficarmos doentes". Perguntada ainda sobre a situação da água canalizada e da energia eléctrica, a nossa entrevistada afirmou que muitas casas tinham torneiras e, o precioso líquido, indispensável, jorrava já, e que, em relação a luz os soluços continuavam por causa do mau serviço que lhes era prestado pela entidade de direito, vocacionada para o efeito.

Sebastião Alfredo Buta de 52 anos de idade, e também morador deste bairro há mais de vinte-e dois anos, afirmou a nossa reportagem que esse espaço geográfico do município do Cazenga foi-se danificando, cada dia que passava, por nunca ter havido uma intervenção de fundo por parte das entidades responsáveis e de direito, para que houvesse saneamento básico e esgotos para o escoamento das águas, no intento de melhorar a sua imagem, facilitando, seguramente, o andamento nas suas ruas principais, de pessoas e de viaturas. As travessas das ruas secundárias e terceárias, também encontram-se em péssimas condições de transitabilidade, preocupando mesmo os seus moradores.

"Vivemos numa situação difícil. Sempre que chove, já sabemos que vamos ter muitos embaraços e aflições. Temos que escolher os caminhos por onde havemos de passar. Aqui no Kalawenda a chuva nos prejudica muito porque vivemos a desenrascar. Nesse tempo os carros ou táxis já não chegam até aqui" - disse ele. De facto, a rua que passa em frente do ex-bar Rei Pelé, moagem Bento Roma e vai desembocar na estrada que vai à Bananeira e Gamek, encontra-se em estado degradante. Sendo a mesma de terra batida, devia no aproximar das chuvas receber sempre reparação e recuperação de terraplanagem por parte das entidades de direito, assim como as estradas da Conduta, a que liga a Sonef e outras, para melhor facilitar a vida dos seus moradores. Não havendo nenhuma intervenção neste sentido, de modo a tomar aquela área mais agradável, para se viver, os seus moradores continuarão ainda a sofrer, sempre que chegar o tempo chuvoso, lançando para um ambiente infernal com pequenos focos de lixo a espalhar o cheio nauseabundo em várias partes desta circunscção do município do Cazenga. Outros bairros como o Kalawenda existem por esta Luanda adentro, mas a recuperação e reabilitação tardará em chegar, por não haver prioridade no melhoramento das condições que as mesmas apresentam, para que possam espelhar um ambiente ameno e pitoresco de vivência nos domínios social, económico e de salubridade.

10.11 Tempo chuvoso

Jornal República

30 De Maio de 2014

É muita chuva mesmo, é muita chuva a dar no osso; as quedas pluviométricas não estavam para brincadeiras nesta fase do ano com o cacimbo à espreita, para que as pessoas desfavorecidas deixem de ficar muito aflitas com a situação; os tectos dos sem tectos não têm aguentado as águas que vêm do céu ferindo as estradas, as ruas e as casas, incluindo as cubatas, Corações aflitos e apavorados lançando para o abismo aqueles que vivem sem braços para conter a situação. Os mosquitos e outros insectos nocivos vêm participar da festa inóspita para os homens, que não sabem o que fazer. Tia Lemba ficou muito preocupada com a chuva que caiu no outro dia, por sorte não perdeu os seus haveres, porque estava em casa a fazer algum trabalho doméstico; os filhos tinham ido à escola e, o marido, à procura de emprego.

Tia Lemba ainda acredita nele, desde que vivem juntos há mais de 30 anos, e não se deixa enganar por quem quer que seja, só porque tem dinheiro; a dignidade faz muito bem à tia Lemba que não se vende, nunca. Tia Lemba não troca o tio Kanunda por nada deste mundo. Dinheiro é o que ela viu e ganhou quando trabalhava como costureira numa fábrica de tecidos múltiplos, que dava e trazia muita inveja em várias pessoas daquele tempo.

Qual empresa de hoje se aproximando daquela. Não havia igual! O tempo passa e não deixa rastros porque alguns indivíduos perderam-se completamente no espaço. Tio Kanunda pensava naquele tempo, onde a fartura enchia os seus ombros de trabalho, pois o que fazia era reconhecido pelos seus patrões. Marceneiro de profissão, sempre foi excelente no que sabia fazer com mestria, com maturidade, com perfeição dentro das regras da sua indispensável arte. Os patrões valorizavam-no e lhe prestavam o devido respeito e mérito." Senhor Kanunda, hoje pretendo que dê acabamento destas mobílias, este mês," apontando para os artigos dava recomendações com a devida propriedade.

Foram nos tempos em que os profissionais eram admirados e reconhecidos por muitos crescendo-se os seus patrões e chefes, onde a história dos incompetentes não tinha lugar. Hoje, mesmo, tudo mudou, tudo se esvaziou num saco roto, que vai levar tempo para se concertar, para juntar o útil ao agradável. Tudo isso será feito um dia, um dia diferente em que as competências terão de falar mais alto, para haja valorização da pessoa humana para que, de mãos

dadas, se possa construir um ambiente melhor e maior para todos; sonhou assim uma criança amante do bem estar, da harmonia e da vontade de ter pão, leite, carne e ovos todos os dias na escola para todos. Pensar positivo para que nasça uma atmosfera mais salutar, mais amiga, mais enriquecida para que todos tenham tecto de verdade onde a água da chuva não caia, para pôr as pessoas desesperadas com o seu futuro. Mas tia Lemba diz ainda, com certeza, que bons dias virão para atender a maioria. Custe o que custar, meus senhores.

II. IMIGRAÇÃO

II.1 Construtoras chinesas lideram lista dos que desrespeitam a lei laboral

Jornal Manchete

02 De Maio de 2014

Texto: Constantino Eduardo

O 28 de Abril é considerado mundialmente como "O Dia de Segurança e Saúde no Trabalho". A data é celebrada desde 1996, como forma de homenagear as vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

A primeira cerimónia realizou-se em Nova Iorque, na Organização das Nações Unidas (ONU), onde foi construído um memorial para recordar todos aqueles que perderam a vida enquanto trabalhavam ou que contraíram doenças relacionadas à sua actividade profissional. Com esta primeira Jornada de Luto, estava consagrado o Dia Internacional de Luto pelas Vítimas de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais.

Na cidade de Benguela, por exemplo, a acção da Inspeção Geral de Trabalho do MAPESS, está muito aquém, no que a inspecção às empresas diz respeito, pois ainda assistese, um pouco por toda a província, à um autêntico atropelo à Lei Geral do Trabalho por parte de algumas entidades empregadoras. Muitas vezes, os trabalhadores de algumas empresas de recolha de resíduos sólidos nos municípios do litoral, vieram à público denunciar a insegurança de que têm sido vítimas, obrigadas, entretanto, a trabalharem sem luvas nem botas, facto que pode colocar em causa a saúde desses funcionários. Mas, por esse facto, ao que se sabe, nenhuma dessas empresas foi sancionada pelas instituições do Estado. Segundo denúncias de trabalhadores de empresas chinesas, os patrões não garantem qualquer segurança no trabalho.

Eles reprovam o facto de não haver nessas firmas uma área específica para atender o trabalhador em caso de ferimento no local, tal como exigem as normas internacionais sobre o trabalho. "É certo dia, um trabalhador foi agredido com martelo pelo seu mestre (chinês), porque este não aceitou fazer um trabalho", disse uma fonte deste jornal, tendo de seguida lamentado o facto de não constatar, mesmo quando casos desses são denunciados pela imprensa, a intervenção imediata das instituições do Estado, para a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores lesados. Entretanto, segundo a chefe do Departamento de

Inspeção no Trabalho do MAPESS, Maria do Rosário Fernandes, em entrevista a uma rádio local, as empresas chinesas de construção civil são apontadas como aquelas que mais desrespeitam as regras de segurança, higiene e saúde no trabalho, sobretudo as de fabrico de blocos, que apresentam cenários bastantes deploráveis. "É horrível a situação com que nos deparámos e estas empresas estão sendo sancionadas, estão a pagar multas. Para além de terem pago multas, há situações que muitas das vezes continuam e nós estamos a fazer as inspecções e voltamos para constatar se realmente se está a cumprir as orientações, incluindo tudo que tem à ver com a segurança e a higiene", garantiu a responsável.

Maria do Rosário Fernandes avançou, por outro lado, que as acções da sua direcção para este ano, estão totalmente viradas à prevenção dos trabalhadores que manuseiam produtos químicos. As acções serão desenvolvidas no sentido de chamar à atenção sobre os riscos das substâncias químicas na saúde humana.

"O lema «A prevenção dos riscos químicos» serve para chamar à atenção dos riscos das substâncias químicas na saúde humana, e para não descurar as repercussões humanas no futuro. Vamos dar importância à protecção da saúde dos trabalhadores nas empresas com que objectivo?

De garantir quer a gestão racional dos próprios produtos químicos, para que se atinja um adequado equilíbrio entre os benefícios da utilização desses próprios produtos químicos e a prevenção e controlo dos riscos na saúde", realçou.

II.2 Fronteira do Zaire: Ilegais foram repatriados

Jornal de Angola

5 De Maio de 2014

Cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) foram repatriados no município do Soyo, Zaire, pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), por permanência ilegal em território angolano.

Em declarações à Angop, o porta-voz do SME no Zaire, João Lourenço Júnior, revelou que o repatriamento de 90 estrangeiros foi feito por via fluvial, através do Rio Zaire, que separa o Soyo de Mwanda (RDC). A localização dos imigrantes ilegais resultou de uma operação realizada na última semana, nos bairros Nona, Kikala Kiaku e Kímbumba (Soyo).

A complexidade da situação geográfica do município, que tem vários canais fluviais navegáveis e ilhas ao

longo do seu território, tem dificultado o trabalho de fiscalização da fronteira.

O porta-voz do SME referiu a falta de meios aquáticos adequados como "uma grande dificuldade" na fiscalização da orla fluvial e no combate à imigração ilegal, considerada uma ameaça à segurança nacional.

A província do Zaire partilha uma fronteira de 330 quilómetros com a região do Baixo Congo, 180 dos quais terrestres e 150 fluviais.

11.3 Relação comercial Angola e China ultrapassa os 37 bilhões de dólares

Jornal o País

09 De Maio de 2014

Texto: Dani Costa

Trinta e seis bilhões de dólares norte-americanos é quanto está orçado o volume de negócios entre Angola e a China, de acordo com informações prestadas recentemente por Cao Jianchiang, um alto responsável para África e Oeste da Ásia do Ministério do Comércio da China.

O referido valor, apenas ultrapassado pela África do Sul com negócios com os chineses orçados em mais de 55 bilhões de dólares, tornam Angola no segundo principal parceiro da República da China no continente africano. De acordo com informações avançadas pelo alto responsável chinês, que deverá integrar a comitiva do primeiro-ministro Li Keqiang que chegou ontem ao país, o 'top ten' dos seus principais parceiros integram ainda países como a Nigéria, o Egipto, a Argélia, a República Democrática do Congo, o Ghana, a Líbia, o Sudão e a Zâmbia.

Dados oficiais fornecidos pelo governo sino indicam que os investimentos directos que efectuam em África têm crescido rapidamente. Segundo dados estatísticos locais, entre 2009 e 2012 os investimentos chineses sofreram um incremento de 1.440 milhões a 2.520 milhões de dólares, com um aumento médio anual de 20,5 por cento. Entretanto, os investimentos subiram de 9.330 milhões para 21.230 milhões de dólares norte-americanos, isto 1,3 vezes mais.

A China, país que apoia o processo de reconstrução de Angola com empréstimos bilionários, importa principalmente petróleo, além de outras matérias-primas e as suas autoridades dizem estar abertas para receberem outros produtos provenientes de África. De acordo com Cao Jaichang, além de encorajar o

surgimento de investimentos africanos no seu país, o alto responsável chinês garantiu que estão disponíveis para facilitar a promoção dos produtos oriundos de África. Segundo ele, os embaixadores dos países africanos reconhecidos naquele país asiático podem expor os seus produtos. No encontro, que ocorreu numa das salas do Ministério do Comércio daquele país asiático, os jornalistas africanos questionaram inúmeras vezes o representante do Estado sobre a qualidade das obras e mercadorias exportadas pelas empresas chinesas.

Jianchiang começou por dizer que 'a exportação de produtos é um assunto muito sério. Segundo ele, as companhias são submetidas aos regulamentos de exportação e importação baseados na lei chinesa.

O responsável assegurou que os produtos para exportação são inspeccionados pelo Ministério do Comércio e que durante este processo alguns problemas são detectados.

Quando assim acontece, segundo nosso interlocutor, algumas das empresas que exportam produtos sofrem restrições nas suas actividades, reconhecendo que as firmas têm diferentes categorias e níveis.

Por outro lado, Cao Jianchiang chamou a atenção ao facto de muitos importadores africanos fazerem negócios com supostos fabricantes através da internet, sem conhecerem as suas fábricas e muitos deles acabam por não existir.

Sugiro que os nossos amigos africanos vejam quem são realmente os seus parceiros chineses. Os chineses fazem produtos de acordo com os nossos padrões e muitos importadores ou instituições em África não acatam as sugestões feitas pelas autoridades chinesas sobre as companhias do nosso país, garantiu.

Para justificar, Jianchiang revelou que, por exemplo, os inspectores de alguns países árabes inspeccionam os stocks dos produtos que vão importar, ao contrário do que acontece em muitos outros estados.

Sobre a qualidade das obras que as construtoras chinesas têm feito nos países africanos e muitas vezes criticada pela comunicação social, o responsável para Ásia e África do Ministério do Comércio chinês foi peremptório: 'Estamos a fazer coisas em Angola e no Sudão. Vi casas em Angola que são melhores do que muitas aqui na China'.

De acordo com um documento intitulado Cooperação económica e comercial China-África, do departamento de informação do Conselho de Estado da República Popular da China, o governo deste país

começou a construção da cidade internacional do comércio de Angola'.

Segundo o mesmo documento, este projecto vai ser o maior centro logístico comercial, o maior centro de convenções e exposições e ainda o maior centro de serviços de investimento no Sudoeste africano'.

Acções públicas

Além dos investimentos directos feitos pelo seu país em alguns domínios no continente considerado berço da humanidade, o dirigente chinês ressaltou também, o facto de saltou também o facto de as empresas do seu país estarem empenhadas na realização de muitas actividades e obras sociais.

Estou contente porque a maioria das companhias chinesas estão a fazer acções sociais em África. Temos feito acções sociais como a construção de escolas, hospitais e isso é uma responsabilidade de desenvolvimento', comentou Cao Jianchiang, quando recebeu jornalistas de Angola, Zâmbia, Uganda, Tanzânia, Nigéria e Etiópia. Além destas acções, destacou igualmente outras como a assistência noutros domínios, como o alimentar e ambiental, que têm prestado a alguns 'países amigos. Um dos exemplos que mencionou foi Quénia, onde estão a trabalhar com o governo local também na preservação do meio ambiente.

Temos questionado as companhias chinesas sobre as suas acções sociais e o que têm feito', garantiu o responsável para a África e Ásia do Ministério do Comércio chinês.

No mesmo domínio, Cao Jianchiang ressaltou que, por intermédio de acordos feitos pelo seu governo e algumas das companhias do seu país, muitos estudantes oriundos de África estão a frequentar as universidades chinesas e outros em operações de treinamento.

11.4 Polícia repatria imigrantes

Jornal de Angola

11 De Maio de 2014

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) no município do "Soyo, província do Zaire, repa-

triu 103 cidadãos, entre os quais dez crianças, provenientes da República Democrática do Congo (RDC), por entrada e permanência ilegal em Angola.

O chefe do Serviço de Migração e Estrangeiros no Soyo, Arcádio Salongue, esclareceu que os estrangeiros

foram interpelados na sequência da campanha trimestral de repatriamento levada a efeito pelo Ministério do Interior na região.

Arcádio Salongue revelou a existência de um número elevado de imigrantes em situação ilegal no Soyo, que entram de forma clandestina, através de mais de cinquenta canais fluviais existentes ao longo do leito do rio Zaire. A entrada no país dos imigrantes ilegais, salientou, é geralmente facilitada pela população que insiste em lhes dar abrigo, incorrendo assim no crime de promoção e auxílio à imigração ilegal, previsto e punível no Artigo 113, da Lei nº 2/07 de 31 de Agosto, Lei sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros na República de Angola.

Arcádio Salongue desencorajou comportamento dos cidadãos que assim procedem, sob pena de serem responsabilizados judicialmente.

De Janeiro até à presente data, o SME repatriou para a RDC 612 imigrantes em situação ilegal a partir do município do Soyo.

11.5 Emigrantes voltaram para visitar a sua terra natal

Jornal de Angola

15 De Maio de 2014

Texto: Casimiro José

Uma caravana de 38 cidadãos naturais e amigos do Amboim, radicados em Portugal, visitou o município, nos dias 12 e 13, numa romagem de saudade e auscultação da realidade sócioeconómica da circunscrição.

A caravana foi recebida pelo administrador municipal do Amboim, Francisco Manuel Mateus, membros da Administração e autoridades tradicionais.

O reencontro com familiares foi marcado por momentos de grande emoção, de parentes separados há quatro décadas.

Depois das visitas efectuadas aos empreendimentos sociais e económicos, que permitiram diagnosticar a realidade do município do Amboim, alguns visitantes disseram à nossa reportagem que já têm ideias sobre onde e como intervir.

Josefina Marques, que chefia a caravana, nasceu na cidade da Gabela e é professora reformada. Manifestou o desejo de se juntar aos esforços da Administração Municipal para o desenvolvimento do Amboim. "Eu vim à terra em que nasci, 40 anos

depois, e tenho força anímica para juntar-me na batalha de reconstrução do município", garantiu.

O empresário Américo Cordeiro nasceu em Portugal, mas viveu muitos anos em Angola e manifestou o desejo de se estabelecer no Amboim. "Sou empresário do ramo de máquinas, ferramentas e prestação de serviços e vim ao

Amboim identificar as oportunidades de investimento nesta terra maravilhosa. Tenho fé que desta visita possam ser estabelecidas parcerias com empresários locais", frisou, acrescentando que as relações entre os povos de Angola e de Portugal são históricas e consanguíneas.

Maria Virgínia Ribeiro nasceu na Boa Entrada, ex-CADA, e deixou Angola na véspera da independência. Na altura tinha 21 anos. Volta a ver a terra que a viu nascer quando já está na casa dos 60 anos. Ao constatar a realidade da localidade em que nasceu, envolveu-se em lágrimas. "A guerra foi o factor desestabilizador deste lindo país, mas estou certa que com a paz e a força de vontade das autoridades e da população, a CADA pode voltar a resgatar os seus momentos áureos", disse.

O auge da visita foi no Ginásio da Administração do Amboim, num jantar de confraternização oferecido pelas autoridades administrativas, ao som da banda musical "Sagrada Esperança", da

Boa Entrada, num ambiente festivo e de dança.

O administrador municipal disse que a visita constituiu uma oportunidade de troca de opiniões sobre o desenvolvimento da região. "Durante a visita dos naturais e amigos do Amboim trocámos impressões sobre o rumo que deve ser tomado para que o município possa desenvolver-se, mas também notámos o sentimento de pertença e força anímica para, cada um, contribuir para alavancar o desenvolvimento do nosso município", disse.

A Administração realiza programas de desenvolvimento, mas a conjugação de esforços com o sector privado e entidades singulares pode acelerar a resolução dos problemas que afligem as populações, adiantou. Os naturais e amigos do município do Amboim visitaram as Cachoeiras do Binga, Fazenda Boa Entrada, Paróquia Santa Isabel, Hospital Municipal do Amboim, Estação Regional do Café do Amboim, Estação de Tratamento de Água do Cruzeiro, as escolas do II Ciclo do ensino secundário Dr. António Agostinho Neto, Mutu ya Kevela, José Marti e Igreja Assembleia de Deus Pentecostal, entre outros empreendimentos.

11.6 A esperança de um dia voltar à terra

Novo Jornal

16 De Maio de 2014

Texto: Ernesto Gouveia

Um dia em que decorria a década de 60, Pedra deixa a sua terra e atravessa a fronteira para cumprir uma missão de trabalho, longe a ideia de que estava a fazer uma viagem sem ata de regresso. Já lá vão 50 anos. Perdeu contacto com a família e perdeu a visão. Mas nada disso o leva a perder a esperança de "rever" a terra que o viu nascer.

"NEM QUE SEJA para descer do avião e pisar a minha terra para depois voltar onde vivo e morrer tranquilo". Este é o desabafo de Macai Ndala Muata, que nos foi apresentado pelo nome Pedro, o angolano de 75 anos de idade, 50 dos quais vividos fora de Angola. Saiu das terras do Cuando-Cubango para atravessar a fronteira, em direcção à Namíbia, numa viagem sem regresso. Ainda.

Macai ou Pedro chegou a estar algum tempo na África do Sul e lá permaneceu até ao dia 11 de Março de 1966. Um dia depois, chegava a Moçambique, onde foi informado que a maneira mais fácil de chegar ao seu país era através de um percurso pelas terras de Samora. A ida

a Angola tardava. A justificação era a mais óbvia para sua própria segurança. A guerra que assolava o país, sobretudo na região de onde é originário, palco de vários confrontos durante a guerra de libertação e a guerra civil, limitava os intentos desde cuidador de bovinos de regressar à sua terra berço.

Esperou, mas não se sentiu cansado. Saberá esperar como tantos outros que a vida arrancou aos seus. Começou por estar na condição de refugiado, alojado nas instalações da Administração do Concelho, localizada algures no 24 de Julho, uma das principais avenidas da capital moçambicana.

O tempo passou e Pedro sentiu que precisava dar um rumo à sua vida. Duas das pessoas com quem saiu da África do Sul para Moçambique eram naturais daqueles país e, rapidamente, conseguiram regressar ao convívio dos seus. Um era natural da Beira e outro de Inhambane. Ficou sozinho.

Ter uma casa e constituir família, porque sozinho nada conseguiria fazer a não ser contar com a ajuda dos

irmãos moçambicanos, surgiu-lhe como solução para afogar o desespero que o apoquentava por sentir a sua

terra cada vez mais distante. O tempo e a idade roubaram-lhe a visão, sem esperança de voltar a ver, segundo diagnóstico dos médicos. Mais uma contrariedade que teve de enfrentar e somar às muitas que a vida lhe deu.

IRREDUTÍVEL

Desde os 25 anos de idade, altura em que se separou dos avós, com quem foi criado, até à data em que saiu para não voltar mais, passou meio século. Tudo parecia perdido para os que ouviam a história do mais velho Pedro, mas ele manteve-se sempre irredutível na vontade de voltar a pisar o solo da terra onde nasceu.

A luz surge no fundo do longo túnel cada vez mais perto. A representação diplomática de Angola em Moçambique diz que não é impossível voltar a Angola. O primeiro passo

será encontrar alguém que possa reconhecer Pedro como seu familiar no Kuando-Kubango.

Algumas tentativas feitas não trouxeram resultados. Estar próximo da terra, só quando há eventos na embaixada ou encontros de confraternização, organizados pela Associação de Angolanos Residentes em Moçambique, onde é recebido com todo o carinho e tratado com o maior respeito. É um pedaço da sua caça materna na terra que o recebeu, o acolheu e lhe deu uma família.

A história, grande parte dela explicada pelo próprio, não morre por aqui. O processo que levou o Novo Jornal ao encontro deste septuagenário, já casado com uma moçambicana e pai de cinco filhos, é desencadeado por um responsável da embaixada angolana que, preocupado com a situação, não mediu esforços para encontrar uma solução para reduzir a angústia deste ancião.

Ao entrarmos em sua casa, no bairro das Mahotas, não muito distante da grande Maputo, uma zona da capital moçambicana que começa a registar um crescimento populacional e urbano muito grande, deparamo-nos com um quintal vedado com trepadeiras, que não impedem a visibilidade para os dois extremos. Dentro deste, duas casas, ambas com aspecto rudimentar e diferenciadas uma da outra nos paus e blocos. Uma delas está inacabada.

PRECÁRIAS

As condições em que este angolano vive são precárias. Quase nada se encontra no interior de qualquer uma das casas. O pouco que tinha desapareceu, depois de um incêndio que deflagrou na habitação, há três anos,

contou-nos a senhora Maria, de nacionalidade cabo-verdiana moradora da casa do lado oposto e que nos ajudou a perceber melhor a história e a vivência da família de Pedro.

Segundo ela, o incêndio ocorreu numa altura em que o ancião se encontrava em casa com os filhos. A esposa tinha ido à machamva, termo que os moçambicanos usam para denominar a lavra. Já sem visão, a situação não foi fácil para Pedro. A família perdeu o pouco que tinha e poucas são as ajudas que recebe.

A pergunta que não se calou, ao colocar-lhe algumas questões, era se mantinha a esperança de voltar ao seu país. Pedro tentou responder com os olhos direccionados para lugar que só ele via, convertidos pela imaginação e emoção por perto dele estar alguém que vinha da terra que quer pisar antes de morrer.

Ao invés da resposta, mais velho chorou, contagiando todas as pessoas que acompanhavam a conversa, entre eles uma senhora angolana que vive há mais de 30 anos em Moçambique. A responsável pela Associação dos Angolanos em Moçambique enxugou as lágrimas e consolou o homem, buscando exemplos de outras pessoas que encontraram as suas famílias, depois de vários anos de espera.

Ao recompor-se, Pedro mostrou que está ainda lúcido e capaz de dar informações que ajudem a localizar os seus familiares. Nayombe Muata Ndumba e Ishaka Jamba são os nomes dos seus pais, mas ele viveu grande parte da sua vida em Angola, ao lado dos avós Calumbo Ngando e Ishavishaka Ndanzi. Nhama e Chindumbo são os irmãos, cujos nomes também não esqueceu.

Segundo a vizinhança - alguns já o encontraram a viver naquele bairro - Pedro, mesmo sem a visão, é um homem trabalhador. Não sai sem um guia, mas no interior da sua residência movimenta-se normalmente. Algumas vezes, trabalha em tarefas necessárias para a casa.

Rachar lenha ou podar as árvores é algo que ainda consegue fazer, mas a sua vontade em ir mais além esbarra na falta de visão, o que aumenta as responsabilidades. A esposa Celina César Chivuli, conhecida na rua como Vovó Ndumba.

Mais facilmente, Pedro comunica, em Shangana, uma das línguas nacionais de Moçambique, resultado da convivência de anos com a esposa e uma das noras, de nacionalidade sul-africana, com quem vive ao lado do seu filho.

VONTADE

Boa vontade e disponibilidade é que não falta à embaixada de Angola em Moçambique e à Associação dos Angolanos Residentes naquele país. Mas para o adido de imprensa da representação diplomática angolana, Higino Piedade, isso não basta. É preciso uma união de esforços, também a nível da província de onde é originário, para que se possa localizar algum familiar, visto que Pedro está nesta procura e na ansiedade do regresso há exactamente 50 anos.

Após este processo, acrescentou representante diplomático, estarão reunidas as condições para que o compatriota possa ser deslocado a Angola para estar junto dos seus por um período que lhe permita matar as saudades e a vontade de voltar a sentir que está em sua terra. "Tudo tem sido feito para que, de alguma forma, possamos ajudá-lo e também para que a sua esperança permaneça acesa", sublinhou Higino Piedade. A integrante do corpo directivo da Associação dos Angolanos manifesta-se também esperançosa num desfecho feliz, uma vez que, segundo ela, já encararam outras histórias que tiveram um desfecho favorável.

São Gama diz que, enquanto esperam, o que resta mesmo é dar a 'ajuda possível e continuar a fazer todos os esforços para que um dia Macai Ndala Muata possa voltar à sua terra. Um sonho que o ancião carrega e que ninguém consegue tirar. Só a morte.

A aposta dos que o tentam ajudar é que o sonho se cumpra.

“Desde os 25 anos de idade, altura em que se separou dos avós, com quem foi criado, até à data em que saiu para não voltar mais, passou meio século “

11.7 Angola conseguiu moldar' relação com a China, diz investigadora

Jornal O PAÍS

16 De Maio de 2014

A investigadora sul-africana Lucy Corkin considera que Angola é um país que conseguiu não só 'evitar ser explorado', como até alcançou a moldar a relação' com a China de forma a aumentar a sua posição política e económica.

'Longe de ser explorado, o governo de Angola conseguiu de forma eficaz moldar o relacionamento com a China para fortalecer a sua posição, quer política, quer economicamente', explica a investigadora sul-africana, autora de uma tese de

doutoramento sobre o modelo de funcionamento do Eximbank, o braço financeiro da política externa chinesa, nos empréstimos a Angola, que deu origem ao livro *Uncovering African Agency: Angola's Management Of China's Credit Unes*.

Em entrevista à agência Lusa, Corkin explica que o problema da relação entre os governos africanos e a China é, sobretudo, de percepção política, não só pela opinião pública interna, mas também pelas organizações não-governamentais que criticam a falta de transparência dos contratos e, muitas vezes, o resultado final das obras em termos de qualidade.

o entanto, defende, a culpa não pode ser atribuída só a um lado, uma vez que a ajuda financeira chinesa é dada mais depressa e sem burocracia do que a maioria dos outros países do Ocidente: 'Do ponto de vista africano, a chinesa é melhor, mas se a ajuda for analisada por um parlamento ou uma a G, há logo uma imensa controvérsia sobre os dinheiros chineses, desde logo porque não passam pelo 'due process', há um sentimento de falta de transparência, e estas organizações prefeririam empréstimos ocidentais'.

No entanto, 'do lado chinês a resposta é que o processo é tão transparente quanto a outra parte quiser que seja', resume a antiga directora de projectos no Centro de Estudos Chineses da Universidade de Stellenbosch, na África do Sul, actualmente a trabalhar como consultora no Rand Merchant Bank.

Por outro lado, referindo-se ao excepcionalismo chinês, realça o facto de os contratos obrigarem a que 50% da mão-de-obra e de materiais sejam fornecidos pelo contratado ser já uma prática comum nos negócios estrangeiros com as economias africanas.

'As empreitadas de grande sucesso são frequentemente feitas por empresas portuguesas, brasileiras, sul-africanas, norte-americanas e francesas, havendo apenas algumas subconcessões a empresas locais, por isso usar a maior parte de produto nacional não é uma coisa que possa ser só imputada aos chineses', diz. Lucy Corkin defende na entrevista à Lusa que, 'ao contrário daquilo que se costuma dizer relativamente à invasão chinesa aos pobres africanos, as elites políticas angolanas moldaram activamente a natureza das negociações com a China e o governo angolano desempenha um papel importante no resultado da cooperação bilateral'.

a verdade, conclui, 'o presidente angolano e os seus seguidores exploraram a relação com Pequim para fortalecer o seu controlo do poder económico e político, por isso o governo angolano tem tanta responsabilidade pelos benefícios (ou falta de- les) do

povo de Angola no aprofundar das relações comerciais e financeiras com a China'.

Mútuo benefício

Uma relação de mútuo benefício, em que a China precisa do petróleo angolano para alimentar o crescimento e Angola olha para a China como forma de diversificar o leque de clientes e encontrar financiamento mais fácil, é a característica central sublinhada por outra analista ouvida pela Lusa.

a visão de Ana Cristina Alves, investigadora portuguesa radicada na África do Sul, a classe dirigente angolana faz uma gestão 'inteligente e estratégica na maneira como tem gerido a ajuda dos vários países'. 'Em Africa, uma das grandes dificuldades é a coordenação das ajudas internacionais recebidas, porque não há capacidade institucional para gerir as ajudas de modo estratégico, com excepção de Angola', refere a investigadora sénior no Instituto de Relações Internacionais da África do Sul (SALLA) da Wits University.

Angola, aliás, é uma excepção no âmbito do continente africano, considera Ana Cristina Alves, porque 'é um país que não gosta de receber ajuda, prefere estabelecer uma relação igualitária, privilegiando o apoio técnico'.

Isto explica-se porque 'Angola não precisa tanto, na medida em que já é um país de rendimento médio, e o engajamento (dos parceiros internacionais, nomeadamente da China e Japão) é mais comercial e de criação de infraestruturas - a China está muito presente aí, há chineses por todo o lado em Angola, nas áreas mais remotas há chineses a fazerem uma estrada ou um caminho de ferro'.

Segundo as estimativas das autoridades chinesas, existem cerca de um milhão de habitantes a trabalhar em África.

As infraestruturas são, aliás, uma espécie de cartão-de-visita da China em África, à semelhança do que acontece com os empréstimos concedidos a taxas de juro muito baixas em troca da garantia de acesso a recursos naturais.

a comércio entre a China e o continente africano aumentou 5,9 % em 2013, para USD 210,2 mil milhões, com um saldo de USD 24,6 mil milhões favorável a África.

A China tomou -se o maior parceiro comercial de África em 2011, ultrapassando a Europa e os Estados Unidos da América.

11.8 CABINDA: Imigrantes detidos por situação ilegal

Jornal de Angola

31 De Maio de 2014

A Polícia de Guarda Fronteiras de Angola anunciou na quarta-feira, em Luanda, a detenção de 32 indivíduos por violarem a fronteira nacional, e a apreensão de cinco viaturas e 12 bidões de combustíveis.

Numa nota de imprensa, a corporação refere que esta detenção se deveu à acção das forças em serviço de patrulha ao longo da fronteira terrestre e marítima do país.

As forças policiais detiveram, em Cabinda, por entrada ilegal em território nacional, quatro pessoas da República Democrática do Congo (RDC).

Na mesma província, as forças do Posto de Guarda Fronteiras do Massabi detiveram e apreenderam, por transposição ilegal e contrabando de combustível, um angolano do sexo masculino e 12 reservatórios de combustível com 300 litros.

Na cidade de Mbanza Congo, província do Zaire, foi detido, por entrada ilegal, um congolês da República Democrática do Congo.

Na localidade de Luremo, província da Lunda Norte, foram detidos, também por entrada ilegal em território nacional, 22 indivíduos da RDC, sendo 14 de sexo masculino, quatro mulheres e igual número de crianças.

Em Luanda, a Polícia de Guarda Fronteira deteve oito pessoas oeste-africanas, sendo quatro da Guiné Conacri, dois da Mauritânia, um da Guiné-Bissau e um burquinabe. Todos eles tentavam atingir território nacional com o objectivo de exercerem actividades lucrativas. "Os mesmos foram enviados para o Serviço de Migração e Estrangeiros para a instrução do competente processo e outros procedimentos legais".

